RITA DE CÁSSIA FRANCISCO

Construtores anônimos em Campinas (1892-1933):

fortuna crítica de suas obras na historiografia
e nas políticas de preservação da cidade

**São Paulo
2013**

RITA DE CÁSSIA FRANCISCO

Construtores anônimos em Campinas (1892-1933):

fortuna crítica de suas obras na historiografia
e nas políticas de preservação da cidade

Tese apresentada à Faculdade de
Arquitetura e Urbanismo da Universidade
de São Paulo para obtenção do título de
Doutor em Arquitetura e Urbanismo

Área de Concentração: História e Fundamentos
da Arquitetura e do Urbanismo

Linha de pesquisa: História e
Preservação da Arquitetura

Orientadora: Profa. Dra. Beatriz
Mugayar Kühl

**São Paulo
2013**

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

E-MAIL: ritacfrancisco@gmail.com

F819c Francisco, Rita de Cássia
Construtores anônimos em Campinas (1892-1933) : fortuna crítica de suas obras na historiografia e nas políticas de preservação da cidade / Rita de Cássia Francisco. – São Paulo, 2013.

182 p. : il.

Tese (Doutorado - Área de Concentração: História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) - FAUUSP.

Orientador: Beatriz Mugayar Kühl

1. História da arquitetura 2. Construção civil (História)
3. Patrimônio cultural (Preservação) 4. Arquitetos licenciados
I. Título

CDU 72.03

Agradecimentos

Eu só poderia iniciar esse texto manifestando minha imensa gratidão e admiração à Profa. Dra. Beatriz Mugayar Kühl. Quando, em 1999, eu e duas amigas – Alessandra e Francis – fomos procurá-la para que nos orientasse na iniciação científica, ainda na graduação da FAUUSP, eu nem imagina a relação que iríamos construir ao longo desses anos. Depois vieram o TFG, o mestrado e agora o doutorado. Meu desenvolvimento acadêmico e profissional se deve muito à sua orientação criteriosa e de generosidade ímpar. Agradeço ainda a confiança mesmo perante minhas ausências durante a gravidez – revelada no susto, esperando as professoras Silvana e Bia, antes da banca de qualificação! – e a licença maternidade, acompanhando com carinho a chegada e o crescimento do pequeno Tomás, até que eu pudesse retomar minhas atividades.

Às Profas. Dras. Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno e Silvana Rubino agradeço a atenta leitura e as importantes sugestões feitas durante a banca de qualificação, fundamentais para o aperfeiçoamento da condução do trabalho e finalização desta tese. À Silvana devo ainda um especial agradecimento por ter me proporcionado, pela participação no projeto “Inventário da região Central de Campinas” realizado pela Unicamp em parceria com a Coordenadoria Setorial do Patrimônio Cultural, local onde trabalho, o contato com a documentação que fez com que eu me deparasse com os *anônimos*, ora aqui revelados.

Agradeço também à Profa. Dra. Ana Paula Cavalcanti Simione e ao Prof. Dr. Paulo César Garcez Marins pelas trocas de ideias nas disciplinas cursadas e às Profas. Dras. Maria Lucia Bressan Pinheiro e Mônica Junqueira de Camargo pelas sugestões de referências ainda no início da realização desse trabalho.

Pela colaboração com a pesquisa, agradeço aos funcionários do Arquivo Municipal de Campinas: Antonio Carlos Galdino, Joana Tonon e Regina Joselita. Agradeço ainda a Daisy Serra Ribeiro, da Coordenadoria Setorial

do Patrimônio Cultural, da Prefeitura Municipal de Campinas, pelo incentivo à pesquisa e pela liberação para cumprimento dos créditos do programa.

Aos colegas da FAU e da Secretaria de Cultura de Campinas agradeço pelo interesse, compartilhamento de ideias e pelas muitas discussões sobre temas pertinentes ao trabalho. A Lindener Pareto Junior agradeço em especial pela disponibilização de suas pesquisas, tão próximas às que deram origem a essa tese, na época em que ainda estavam em curso para sua dissertação de mestrado.

Aos amigos Denise Geribello, José Alexandre Mazzer, Soraya Zanforlin e Valdir Bertoldi Junior agradeço a boa companhia e tantas reflexões pertinentes, mesmo quando à distância, do interior paulista ao Canadá. À Denise, agradeço ainda a gentileza em revisar o Abstract.

Finalmente, manifesto meus agradecimentos a Lourdes e Osvaldo Francisco e a José Hermes Martins Pereira, pelo apoio incondicional, e a Tomás, que apenas por sua chegada tornou o percurso tão mais leve de ser percorrido.

Resumo

Esta tese aborda o panorama da construção civil em Campinas, São Paulo, entre fins do século XIX e as três primeiras décadas do século XX, trazendo à tona a produção material de construtores não diplomados, então enquadrados pela legislação como *arquitetos licenciados*. Apesar de sua intensa atividade, da permanência material de suas obras e da existência de referências documentais do conjunto edificado, tais obras chegaram aos dias de hoje sem autoria conhecida, atribuídas, assim, a construtores *anônimos*.

Uma das vias propostas para discussão baseia-se na análise da extensa documentação reunida no Arquivo Municipal de Campinas, visto que os processos tramitados para obtenção de licenças para construir ou reformar, com respectivos desenhos técnicos, revelam-se exemplares não só da grande atuação que os *licenciados* tiveram no período mas também da qualidade técnica e formal de suas obras. Por outro lado, propõe-se averiguar como tais *licenciados* se inseriram, à época, no mercado campineiro da construção civil, revelando os primeiros embates pela regulamentação da profissão e as decorrentes tentativas de desqualificação desses profissionais por parte dos diplomados.

Por fim, partindo da cidade real, expressa tanto materialmente quanto na documentação arquivística e aproximando a discussão a problemas contemporâneos, a tese propõe-se a mapear o movimento das ideias e a atuação das personagens envolvidas com a questão da história, da arquitetura e do patrimônio cultural. Pretende-se, com isso, verificar a repercussão do esquecimento desses construtores na historiografia, nas pesquisas acadêmicas e práticas preservacionistas do município e averiguar quais foram os processos e/ou motivos que levaram à reiteração desse esquecimento, dessa vez por meio da consolidação de uma visão monumental e alegórica do patrimônio cultural de Campinas.

Palavras-chave: história da arquitetura – construtores licenciados – patrimônio cultural (preservação) – Campinas/SP

Abstract

This dissertation discusses the building scenery in Campinas City, São Paulo State, Brazil, between the late 19th century and the first three decades of the 20th century. It reveals the production of builders who were not graduated, known by that time as licensed architects. Despite their intense activity, the permanence of their works through time and the existence of archives that document their projects, the licensed architects' works are nowadays taken as undetermined authorship. Thus, they are assigned to anonymous builders.

This study proposes, on the one hand, a discussion based on the analysis of the extensive documentation located at the Municipal Archive of Campinas. This documentation is composed by building and renovating permit applications, with technical drawings, that reveal not only the extensive production of the licensed architects, but also their work's technical and formal qualities. On the other hand, the study investigates licensed architects' insertion the construction field. It reveals the first battles towards professional regulation and the consequent disqualification of the licensed by the graduated architects. Finally, from the perspective of the built city, expressed both by its material dimension and by archival documentation, and bringing the discussion to contemporary issues, this work aims to map the movement of the ideas and the actions of the involved actors, relating them to the issues of history, architecture and cultural heritage. Thereby, it intends to verify the echoes of those constructors' oblivion within historiography, academic researches and municipal preservation policies. It also intends to investigate the processes and/or reasons that led to the reiteration of this oblivion through the consolidation of a monumental and allegoric perspective of Campinas cultural heritage.

Palavras-chave: architecture history – licensed architects – cultural heritage (preservation) – Campinas City/São Paulo State

Sumário

Introdução 9

I De construtores anônimos a arquitetos licenciados: o estabelecimento de um campo de pesquisa 21

I.1 Esclarecimentos necessários: o termo *arquiteto licenciado* e os embates pela regulamentação da profissão 22

I.2 A cidade e os *licenciados*: configuração do espaço urbano campineiro 40

2 A produção dos *anônimos*: dimensões materiais de suas obras no panorama campineiro da construção civil 47

2.1 A legislação edilícia em Campinas: pelo aformoseamento da cidade 48

2.1.1 O código de Posturas de 1880 e as primeiras iniciativas de aformoseamento 48

2.1.2 O regulamento da Lei nº. 43:

um novo padrão de desenvolvimento urbano para Campinas 54

2.2 A produção da cidade cotidiana pelos *arquitetos licenciados*: novas tipologias e arranjos compositivos 72

3 Construtores anônimos - esquecimento ou recusa deliberada? 92

3.1 O tema na bibliografia: o tratamento da arquitetura não monumental 93

3.1.1 O tijolo e a construção de uma nova cidade 93

3.1.2 Os agentes na construção da cidade (e da historiografia) 101

3.2 Políticas de preservação em Campinas: o (não) lugar dos *anônimos* 110

3.2.1 Notas sobre as origens das práticas preservacionistas na cidade 110

3.2.2 A Sociedade Febre Amarela 118

3.2.3 O Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Campinas e as decorrentes políticas de preservação 130

Considerações finais 148

Crédito das ilustrações 155

Fontes consultadas 156

Referências bibliográficas 172

Anexos 180

Ao se falar sobre a cidade de Campinas na passagem do século XIX para o XX é premente apontar que o município atravessava uma completa remodelação, assim como outros do estado de São Paulo, passando a receber um novo conjunto de atribuições, sobretudo no tocante à sua paisagem urbana.

Do acelerado processo de crescimento que avançava sobre o interior paulista, decorriam o incremento do ainda incipiente processo de urbanização e a formação de mercados locais, com o desenvolvimento do comércio e a constituição de uma elite agrária (SEMEGHINI, 1988; 1991). Como elemento catalisador desse processo havia o café, cuja presença trazia consigo ares de modernidade para o interior, visto que muitas das fortunas constituídas pela agricultura cafeeira investiram, nesse período, em melhoramentos para atender às suas exigências econômicas e sociais.

As transformações estabelecidas na esfera da produção agrária repercutiam na dinâmica da especialização de funções, equipamentos e bases produtivas, estruturando novas complexidades na cidade e reforçando a necessidade de uma nova urbanidade. A ferrovia, recentemente surgida,¹ configurou-se como ícone maior desses novos tempos, imbuindo na cidade ritmos e costumes até então desconhecidos. Relativamente à arquitetura, houve, como se sabe, a propagação de novos materiais construtivos. A aplicação do trinômio *tijolo, ferro e vidro* viria a alterar por completo a feição da cidade, possibilitando novas tipologias e arranjos compositivos.

Os novos programas de edifícios necessários ao funcionamento da ferrovia foram emblemáticos desse panorama, pois, justamente por seu caráter inusitado, estavam mais próximos de serem resolvidos segundo as transformações tecnológicas ocorridas no século XIX. Há que se considerar, no entanto, que no Brasil a importação e a utilização dos

¹ Em Campinas, a inauguração dos trilhos da Companhia Paulista de Vias Férreas e Fluviais em 1872, ligando-a a Jundiaí, e lá se entrocando com a São Paulo Railway, colocou a cidade em contato direto com São Paulo e Santos. Por outro lado, com a inauguração da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro e Navegação, em 1875, se estabelecia também a conexão com o interior, acompanhando o itinerário do café e gerando as condições básicas para que Campinas assumisse, a partir de então, uma função de polo regional (SAES, 1981; MATOS, 1981).

padrões europeus teve que ser reinventada, “*na circunstância de uma sociedade que mudava e persistia ao mesmo tempo*” (MARTINS, 2004).²

Corroboram tais considerações os resultados de outro de nossos trabalhos, em que abordávamos justamente as edificações ferroviárias construídas nesse período (FRANCISCO, 2007), adotando como foco os edifícios componentes do complexo produtivo da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, estabelecida em Campinas. Nele foi possível verificar que as edificações projetadas, além de seu importante papel para o pleno funcionamento da ferrovia assumiram outro, de caráter mais subjetivo que este, relacionado à disciplinarização dos gostos na *peculiar modernidade*³ que a cidade vivia então e, perseguindo tais objetivos, um nome nos apareceu como fundamental para a difusão de padrões técnicos e estéticos: o do engenheiro Carlos William Stevenson.

Durante a pesquisa bibliográfica, o nome do engenheiro, a despeito de sua notável relevância para a história da arquitetura em Campinas, constaria apenas como o responsável por proferir uma palestra intitulada *Urbanismo* (STEVENSON, 1933), cujos princípios seriam reconhecidos, nos anos 1930, no plano de melhoramentos desenvolvido por Francisco Prestes Maia para a cidade (BADARÓ, 1986). Stevenson foi o primeiro construtor hoje relegado ao anonimato com o qual nos deparamos. A partir dele foi possível reorientar nosso olhar e dar início à constatação de que tantos outros existiram.

Mais tarde, durante o desenrolar de pesquisas com fontes documentais no acervo do Arquivo Municipal de Campinas, concernentes aos trabalhos para realização do primeiro inventário de bens imóveis do Centro Histórico de

² Para José de Souza Martins, “A ferrovia anunciava e realizava o novo, ao mesmo tempo em que nele inseria o velho e tradicional. Era como se descosturasse a trama das velhas relações sem destruí-las inteiramente, recosturando-as no sistema de significados e funções do primado do capital e de sua reprodução ampliada. Não atuava apenas no âmbito da economia, mas também no do reajustamento e refuncionalização das relações sociais, dos valores, das concepções” (MARTINS, 2004, p. 12).

³ Conforme o termo cunhado por Mirza Pellicciotta (1997). Discutiremos a questão da pretensa modernidade que vários autores atribuem a Campinas no período no Capítulo III.

Campinas (FRANCISCO, 2008),⁴ foi que nos deparamos, uma vez mais, com outros numerosos *construtores anônimos*.

A expressão aqui adotada, vale esclarecer, adveio da constatação do anonimato ao qual foram relegados todos esses construtores pela historiografia disponível sobre a história e a arquitetura local. Apesar de sua intensa atividade – inclusive com a constituição das primeiras firmas da construção civil –, da permanência material e da existência de referências documentais do conjunto edificado, tais obras chegaram aos dias de hoje sem autoria conhecida, atribuídas, assim, a *construtores anônimos*.

À época, em um levantamento preliminar realizado no acervo do Arquivo Municipal de Campinas, foram quantificados quase sete mil requerimentos referentes à solicitação de autorizações para construções, reformas e demolições, para o período compreendido entre os anos de 1892 – primeiro ano para o qual se encontram documentos relativos à licença para construir – e 1929 – ano da realização da primeira planta cadastral da cidade.

É certo que desse montante, mais da metade não possui indicação do projetista, construtor ou responsável pelas obras, mas ao sistematizar os resultados obtidos, pudemos verificar que para a outra parcela, na qual é expressa a responsabilidade técnica, apenas dez profissionais concentram 35,8% do total, ou seja, 1184 de 3306 requerimentos.⁵

No início de nossa pesquisa, optamos por adotar aquele mesmo recorte temporal, justificado pela possibilidade de visualizar a transformação da Campinas que começou a tomar forma urbana nesse período – inferência facilmente verificada ao contrapormos, por exemplo, mapas do município de 1878 e 1929 (Fig. 1 e 2).

⁴ No âmbito de nossas atribuições na Coordenadoria Setorial do Patrimônio Cultural (CSPC), órgão técnico de apoio ao Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Campinas (Condepacc).

⁵ A consulta aos processos no Arquivo Municipal foi realizada por uma equipe de estagiários entre os anos de 2005 e 2007, sob nossa coordenação. O processamento das informações e os resultados aqui apresentados, no entanto, são inéditos e fruto de nossa pesquisa de doutoramento.

Fig. 1 – Planta da cidade de Campinas em 1878. Nessa época, a cidade se limitava a norte pelo Largo de Santa Cruz (à esquerda na imagem), a sudoeste pela linha da Companhia Paulista de Estradas de Ferro (quadrante inferior direito da imagem) e a leste pelo então nascente bairro Cambuí, nas proximidades onde hoje se encontra o teatro do Centro de Convivência Cultural.

No entanto, durante o desenrolar dos estudos e com o aparecimento de temas correlatos a serem investigados, foi necessário estendê-lo, para algumas das consultas efetuadas, até o ano de 1933, por duas diferentes razões. De um lado, a data marca a fase de estudos para implementação do primeiro Código de Obras de Campinas, decretado em 1934, e, de outro, a criação do Conselho de Engenharia, Arquitetura e Agrimensura (CREA),⁶

⁶ Atualmente Conselho Regional de Engenharia e Agronomia, em função da adequação à Lei nº. 12.378 de 31 de dezembro de 2010, que aprovou a criação do Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) (BRASIL, 2010, Art. 65).

que acabou por limitar (e mais tarde proibir) a atuação dos profissionais abordados por esta tese.

Fig. 2 – Planta da cidade de Campinas em 1929. Em destaque vê-se, sobreposta à planta de 1929, a extensão da cidade existente em 1878, demonstrando o grande crescimento urbano da cidade entre as últimas décadas do século XIX e as três primeiras décadas do século XX. Notar que a planta de 1878 foi girada em relação à sua aparência na Fig. 1, pois nela não foi observada a convenção em que o eixo norte-sul coincide com o eixo vertical do desenho.

Intentamos assim, analisar, para um período em que a legislação urbanística e o planejamento urbano ainda eram incipientes na cidade, além das escolhas arquitetônicas e estilísticas de nossos construtores *anônimos*, sua contribuição ao desenho da paisagem urbana. Ao mesmo tempo, é possível

averiguar os motivos do processo de desvalorização desses profissionais, que se inicia no período e que tem como ponto culminante a regulamentação profissional de engenheiros e arquitetos.

Apesar do silêncio da historiografia a respeito desses agentes, tema que será abordado ao longo desta tese, acreditamos que coube aos construtores hoje ditos *anônimos*, entre a última década do século XIX e as três primeiras do século XX, a construção da cidade real e vivida, repleta de residências, vilas, oficinas, galpões, armazéns e botequins. Quem foram esses construtores, quais suas experiências profissionais, qual o seu legado e quais os motivos de seu anonimato são algumas das reflexões que este trabalho pretende incitar.

Vale lembrar que a proposta de realização de um estudo sobre a produção arquitetônica *não monumental* em Campinas entre os anos 90 do século XIX e as três décadas iniciais do século XX trouxe, atrelada a si, desde o início, a constatação de toda uma série de carências informativas passíveis de serem supridas principalmente por meio de um trabalho mais afeito ao exame e ao tratamento de fontes documentais e materiais.

Reconhecemos com isso que, apesar do esforço de pesquisadores e profissionais de diversas áreas, além dos técnicos envolvidos com a preservação do patrimônio cultural nos órgãos públicos, a quase totalidade das produções que tem como objeto a história da arquitetura campineira⁷ trata única e somente da alegórica produção de portentosos edifícios particulares – caso dos palacetes dos barões do café – ou institucionais. Símbolo maior dessa abordagem é a recorrente exaltação do nome de Ramos de Azevedo como *campineiro ilustre* e grande construtor do período (MONTEIRO, 2000).

⁷ Mais à frente, no capítulo III desta tese, intitulado *Construtores anônimos - esquecimento ou recusa deliberada?*, no intuito de subsidiar as reflexões finais, serão expostas nossas considerações acerca dessa produção bibliográfica.

Do outro lado encontram-se as fontes primárias relativas à construção civil em Campinas para o período abordado,⁸ cuja análise e interpretação nos oferece um contraponto às imagens consolidadas pela bibliografia tradicional. Ao considerarmos essa nova opção de pesquisa,⁹ a alardeada produção de Ramos de Azevedo,¹⁰ por exemplo, passa a ser ofuscada pela dilatada escala de imóveis construídos aos milhares por um conjunto de profissionais que permanece desconhecido.

Pela inviabilidade de se trabalhar com todos os construtores então em exercício¹¹ – e consequentemente com todo o conjunto de fontes documentais e materiais derivados –, e em virtude de sua representatividade em relação ao montante, optamos por abordar a obra dos dez construtores mais atuantes no período. Como mencionamos anteriormente, em relação aos requerimentos de aprovação de projetos nos quais é expressa a responsabilidade técnica, esses dez profissionais concentram mais de trinta

⁸ Principalmente o acervo de processos e plantas apresentados à Prefeitura Municipal para obtenção de licenças para construir ou reformar, disponível para consulta pública no Arquivo Municipal de Campinas.

⁹ Vale mencionar a dissertação de mestrado de Lindener Pareto Junior (2011), que se alinha ao mesmo tipo de trabalho aqui proposto, tendo como objeto a atuação de *práticos licenciados* em atividade em São Paulo entre 1893 e 1933. Além da abordagem, o trabalho de Pareto tem em comum com este o fato de ter se originado da inserção do autor em pesquisa junto ao acervo do Arquivo Histórico Municipal Washington Luis e do consequente contato com a documentação primária.

¹⁰ Durante a pesquisa no Arquivo Municipal, localizamos apenas um requerimento de Francisco de Paula Ramos de Azevedo, relativo à construção do Colégio Bento Quirino, em 1916. Apesar disso, sabe-se que há outras obras do arquiteto em Campinas, sobretudo nos primeiros anos de sua atuação profissional, a maioria institucionais. Entre os anos de 1879 e 1918, além da Escola Bento Quirino citada, foram edificadas: Escola do Povo; Matadouro Municipal; Matriz Nova; Capela de São Benedito; Circolo Italiani Uniti; Cadeia Nova; 1º Grupo Escolar; Mercado Municipal (MONTEIRO, 2000). Há ainda alguns palacetes *atribuídos* a Ramos, mas excetuando-se os casos em que foi possível comprovar sua autoria por meio de documentação, sequer consideramos tais informações.

¹¹ Ao final do trabalho, no Anexo I, entre as páginas 181 e 182, apresentamos uma lista completa com o nome de todos os construtores para os quais se encontram requerimentos referentes a construções e/ou reformas no Acervo do Arquivo Municipal de Campinas. A lista foi elaborada pela autora a partir das fichas de registro preenchidas para o banco de dados do mencionado *Inventário da Região Central de Campinas*. Pode, portanto, apresentar incongruências em função do preenchimento e da variada grafia de alguns nomes. Consideramos importante apresentá-la, ainda assim, para ressaltar que a escolha por trabalhar com os dez construtores mais atuantes do período foi apenas metodológica e que esses representam parte de um universo muito maior.

e cinco por cento do total de solicitações do período,¹² nas seguintes proporções, em relação ao total de 1184 requerimentos:

Construtor	Nº. de requerimentos para obtenção de licenças para construir ou reformar
Ercole Bonetti	199
Affonso Massaroto	189
Raphael Mauro	127
Miguel de Filippis	118
Antonio Cezar	106
Henrique Fortini	104
Euzébio Carlos Dias	94
Lima, Gouvêa	94
Elias Cezar	81
Albino Riguetto	72

Quadro I – Número de requerimentos protocolados junto à Prefeitura Municipal entre os anos de 1892 e 1929 pelos dez construtores mais atuantes do período. Os dados foram tabulados pela autora a partir dos levantamentos realizados para o Inventário da Região Central de Campinas, mencionado anteriormente (FRANCISCO, 2008).

Desses 1184 requerimentos, por razões metodológicas decidimos reproduzir e catalogar apenas aqueles que chegaram aos dias de hoje com seus respectivos desenhos técnicos, num total de 820 processos.¹³ Essas solicitações, organizadas sistematicamente por ano e tipologias, permitem, de um lado, entrever a vasta gama de projetos idealizados por tais construtores e, de outro, verificar o atendimento à aplicação da legislação edilícia em vigor ou, no caminho contrário, exemplificar como se dava uma espécie de *burla consentida* às normas precocemente consideradas ultrapassadas.

Isso porque para uma melhor compreensão do quadro campineiro procedemos a um minucioso exame da legislação edilícia promulgada no período, coletada em *Livros de Correspondências da Câmara Municipal* – para o período anterior à República e, logo, anterior à criação do executivo municipal – e nos compêndios de *Leis, resoluções e mais actos*, passando pelas

¹² Os outros sessenta e cinco por cento das solicitações contemplam mais de 60 profissionais.

¹³ O acervo do Arquivo Municipal de Campinas ainda não foi digitalizado. Desse modo, todos os processos foram fotografados com câmera digital, em partes, devido às grandes dimensões, e depois montados conforme sua configuração original, por meio de programas gráficos. Os ajustes feitos foram mínimos, apenas para garantir a melhor legibilidade, mantendo íntegra a possibilidade de percepção dos diversos suportes materiais e de seu estado de conservação.

determinações da Intendência Municipal – entre 1890-1908 – e da Prefeitura Municipal – entre 1908 e 1933.¹⁴

Além dessas fontes, que constituem a base documental deste trabalho, de fundamental importância para a análise da obra dos construtores objeto da pesquisa, foram buscadas outras diversas no intento de esclarecer, igualmente, quem foram tais agentes e que inserção tiveram no mercado campineiro da construção civil àquela época. Iniciamos essa investigação ainda no Arquivo Municipal de Campinas, onde foram de grande valia os livros de *Impostos de Indústrias e Profissões* e de *Registro de Construtores*. As informações lá obtidas nos remeteram aos acervos de outras instituições, como a Biblioteca do CREA-SP e o Arquivo Histórico do Centro de Memória da Unicamp.

Por fim, foram consultadas também as leis concernentes à atuação dos construtores de que tratamos neste trabalho, justamente em um período que antecedeu a criação do CREA, mas que já exibia os conflitos decorrentes do anseio de diplomados pela regulamentação profissional, como veremos ao longo do trabalho.

Pode-se dizer que o percurso de pesquisa realizado subsidiou o objetivo principal desta tese, de analisar o panorama da construção civil em Campinas entre fins do século XIX e as duas primeiras décadas do século XX, por meio da obra de projetistas e construtores da *cidade cotidiana*,¹⁵ até hoje pouco estudados pelas pesquisas acerca da história e da arquitetura do município, bem como verificar quais foram os processos que levaram ao *apagamento* desses agentes na historiografia e nas práticas preservacionistas locais. Tal percurso, como veremos, é apreensível na própria estruturação do trabalho.

¹⁴ Os resultados desse levantamento, bem como suas relações com o objeto desta tese serão apresentados no *Capítulo II - A produção dos anônimos: dimensões materiais de suas obras no panorama campineiro da construção civil*.

¹⁵ Remetendo-nos à ideia da dimensão do espaço cotidiano das cidades, defendida por Milton Santos (SANTOS, 1999, p. 313-330).

O primeiro capítulo, *De construtores anônimos a arquitetos licenciados: o estabelecimento de um campo de pesquisa*, estabelece conceitos basilares para a compreensão desta tese. Nele apresentamos os resultados da investigação que nos levou à confirmação da hipótese de estarmos trabalhando exclusivamente com profissionais não diplomados, os *arquitetos licenciados*, bem como os embates com engenheiros e arquitetos derivados de sua atuação. É também nesse capítulo que brevemente apresentamos como se encontrava à época o quadro da construção civil em Campinas, a cidade em que atuaram nossos *construtores licenciados* e com a qual estabeleceram profícua relação, no intuito de identificar a consonância existente entre a atuação desses profissionais e a situação do desenvolvimento urbano local.

Colocados tais esclarecimentos iniciais, no Capítulo 2, *A produção dos anônimos: dimensões materiais de suas obras no panorama campineiro da construção civil*, passamos a nos deter sobre os edifícios projetados pelos *arquitetos licenciados*. Por meio da análise de exemplares selecionados no *corpus* documental pertencente ao Arquivo Municipal de Campinas, pretende-se mostrar a qualidade técnica e formal das obras, assim como o conhecimento e o domínio dos códigos de composição arquitetônica em voga no período por parte dos licenciados.

Para encerrar, o Capítulo 3, *Construtores anônimos - esquecimento ou recusa deliberada*, aproxima a discussão a problemas contemporâneos, ao mapear o movimento das ideias e a atuação dos agentes envolvidos com a questão da história, da arquitetura e do patrimônio cultural. Pretende-se, com isso, verificar a repercussão do *esquecimento* desses construtores na historiografia, nas pesquisas acadêmicas e práticas preservacionistas do município e averiguar quais foram os processos e/ou motivos que levaram à reiteração desse *esquecimento*, dessa vez por meio da consolidação de uma visão monumental e alegórica do patrimônio cultural de Campinas.

Desde o projeto preliminar para o desenvolvimento desta tese, nossa hipótese principal consiste em atribuir a uma série de *anônimos* a considerável produção arquitetônica edificada em Campinas entre fins do

século XIX e o início do século XX, em oposição às ideias amplamente difundidas, de vinculação dessa produção a um ou mais nomes de projeção.

Como demonstram os dois primeiros capítulos, há não somente uma rica documentação primária capaz de fornecer elementos para o desenvolvimento dessa tese como também alguns edifícios remanescentes contemporaneamente no tecido urbano de Campinas. O capítulo final questiona, desse modo, que tipo de conhecimento tem-se pretendido construir sobre a história da cidade ao excluir essa produção, ainda que consideradas as limitações de cada época na produção historiográfica e no estabelecimento das políticas de preservação. E, enfim, ao analisar as tentativas conscientes de definir ou reforçar o que deve ser *rememorado* como patrimônio cultural campineiro, acreditamos contribuir para que se reconheça a que ponto e com que intensidade o presente colore o passado.

**I De construtores anônimos a arquitetos licenciados: o
estabelecimento de um campo de pesquisa**

1.1 Esclarecimentos necessários: o termo *arquiteto licenciado* e os embates pela regulamentação da profissão

Durante boa parte de nossa pesquisa utilizamos o termo *construtores* para identificar os desconhecidos agentes da construção civil em Campinas na passagem do século XIX para o XX e no início desse último. A classificação, bastante genérica, é aquela encontrada na documentação arquivística do município e engloba de engenheiros e arquitetos a projetistas e mestres-de-obras.

Surgiu daí um dos primeiros e fundamentais questionamentos deste trabalho: quem eram, enfim, os construtores com os quais nos propusemos trabalhar e qual sua inserção no panorama campineiro da construção civil naquele período? Almanques, jornais e revistas da época foram consultados e não apresentaram informações capazes de dirimir tais dúvidas, pois, no reduzido número de anúncios encontrado, era comum a reprodução do termo *construtor* ou, então, uma breve descrição dos serviços executados, como se vê na Fig. 3 abaixo: “*Lima, Gouvêa & Comp. Encarregam-se de construções, consertos e todo serviço concernente a este ramo. Trabalhos garantidos e preços módicos*” (A ONDA, 1923).¹⁶

Fig. 3 – Anúncio da firma Lima, Gouvêa & Comp., sétima colocada entre os dez construtores mais atuantes do período (conforme Quadro I, p. 7), veiculado na revista *A Onda* (1923).

As pistas iniciais foram encontradas nos livros de *Registro de Construtores* da Repartição de Obras de Campinas (Fig. 4). A prática de registro nesses

¹⁶ Todos os textos de época aqui transcritos tiveram sua grafia atualizada.

“Arquiteto licenciado nº. 452 – 28/1/27. Observações: Apresentou carteira profissional nº. 225. Reg. no CREA nº. 262. Licenciado pela Secretaria de Agricultura em 28/1/27. Título: Licença de Arquiteto nº. 452” (Fig. 5)¹⁷.

Fig. 5 – Detalhe do registro de Raphael Mauro. Assim como Miguel de Filippis, do exemplo anterior, Raphael Mauro também obteve a revalidação pelo CREA do “título” de arquiteto licenciado conferido pela Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo. Repartição de Obras, Registro de construtores, Acervo do Arquivo Municipal de Campinas.

Foi por meio da consulta a tais livros e à legislação estadual nele apontada – bem como àquela que, alguns anos mais tarde, já em nível federal, regulamentaria o exercício das profissões de engenheiro e arquiteto – que obtivemos a confirmação de nossa hipótese inicial: vínhamos, de fato, trabalhando com profissionais não diplomados.

Assim como nos casos de Miguel de Filippis e Raphael Mauro, mostrados nas Fig. 4 e 5, as licenças a que se refere o livro de *Registro dos Construtores* eram expedidas, no estado de São Paulo, pela Secretaria de Agricultura, conforme autorização dada pela Lei nº. 22 de 27 de dezembro de 1924. A

¹⁷ Para a firma Lima, Gouvêa e para os construtores Albino Riguetto e Euzébio Carlos Dias não localizamos, até o término desta pesquisa, dados consistentes sobre a natureza de sua atuação. Pedimos autorização para consulta e reprodução dos arquivos documentais do CREA-SP, mas a solicitação permaneceu meses sob análise e não foi atendida. As únicas informações que obtivemos do órgão se devem à iniciativa pessoal do funcionário da Biblioteca André Maschietto e serão apresentadas mais à frente. Agradecemos a gentileza dos pesquisadores Joanna Mello e Lindener Pareto Junior de nos ceder seus levantamentos pessoais. No entanto, por terem sido feitos a partir dos registros do CREA existentes no Arquivo Municipal Washington Luis, contemplam exclusivamente profissionais atuantes na capital paulista. No Arquivo Municipal campineiro, apesar dos esforços da historiadora Joana Tonon e da bibliotecária Regina Joselita Barbosa dos Santos, não foi possível localizar materiais similares.

obtenção de tais licenças para os não diplomados era, no entanto, condicionada à comprovação de atuação em execução ou direção de trabalhos profissionais e à aprovação por congregação da Escola Politécnica (SÃO PAULO, 1924, Art. 1º, alínea “d” e §2º).¹⁸

Complementarmente, outras iniciativas similares seriam em breve adotadas também no âmbito das administrações locais. Campinas, por exemplo, viu surgir, pouco mais de um ano depois da promulgação do regulamento estadual, a primeira normativa municipal que tratava do assunto: a Lei nº. 400 de 26 de fevereiro de 1927 (CAMPINAS, 1928a). Essa lei, que na verdade tratava do Serviço de Águas e Esgotos, continha, entre os artigos 7º e 17, determinações sobre o exercício profissional dos construtores na cidade e vinculava sua admissão ao atendimento das normas estaduais.

O requerimento da Portaria nº. 26.471 de 15 de junho de 1927,¹⁹ que reproduzimos a seguir, de autoria de Ercole Bonetti, apresenta-nos o quadro resultante da adoção de tais medidas:

Ilmo Sr. Dr. Prefeito Municipal,

O Abaixo assinado leva ao conhecimento de V. S. que deixou de registrar na Repartição de Obras o seu diploma de construtor por estarem os documentos referentes a ele na Secretaria de Agricultura, aguardando o despacho do Exmo. Sr. Dr. Secretário de Agricultura.

Pelo presente solicita de V. S. a fineza de autorizá-lo a fazer esse registro logo que receba o diploma acima referido.

Nestes termos,

P. deferimento.

Campinas, 15 de junho de 1927.

Ercole Bonetti.

¹⁸ Inserimos aqui as informações mais relevantes para análise do quadro campineiro. Para uma melhor compreensão dos instrumentos reguladores dos profissionais ligados à construção civil no período e, também, dos embates que culminaram na criação do CREA, é de fundamental importância o livro *Os arquitetos da Poli: ensino e profissão em São Paulo*, de Sylvia Ficher (2005) e, em especial o capítulo 2, *A associação profissional (1916-1933)*, p. 175-236.

¹⁹ *Portaria* era o sistema em uso no período para registro da entrada de documentos na Prefeitura Municipal de Campinas. Assemelha-se ao atual sistema de *protocolo geral*, existente na maioria dos órgãos públicos.

A resposta da Prefeitura Municipal deixa entrever o movimento então em curso de atendimento às novas normas:

Exmo Sr. Prefeito Municipal

Do total de construtores²⁰ desta cidade, que é de aproximadamente 30, só 13 regularizaram os títulos de conformidade com a Lei 400 de 26-2-27. Dos restantes, a grande maioria, representada pelos 13 requerimentos inclusos, aguarda solução para os papéis encaminhados à Secretaria de Agricultura. Assim, pensamos, a exemplo de precedente a Mazzini e Cia., poder ser concedida uma prorrogação de 30 dias para obtenção do título a que se refere o art. 8º da Lei 400.

Perseu Leite de Barros [Eng. Chefe da Repartição de Obras]

22/6/27 (ARQUIVO, Portaria nº. 26.471 de 15/06/1927. Grifo no original).

Mas a flexibilização dos prazos de adequação, é importante ressaltar, se daria única e exclusivamente nessa ocasião. Mais tarde, em 1928, quando um novo regulamento profissional foi implementado para os construtores, esses prazos foram inclusive reduzidos. A Lei municipal nº. 418 de 9 de maio de 1928, além de reforçar princípios já presentes na Lei nº. 400 de 1927, estabeleceu o diminuto prazo de um mês, a partir de sua publicação, para que os profissionais não diplomados com exercício na cidade efetuassem seus registros na Prefeitura Municipal (CAMPINAS, 1928b, Art. 2º, alínea “c”). Findo esse prazo os registros somente seriam aceitos após comprovação de competência em exame especial instituído pela Repartição de Obras.²¹

Localizamos no Arquivo Municipal de Campinas, na Portaria nº. 5969 de 30/06/1932, requerimento de Herminio Cezar pleiteando a realização desse

²⁰ Notar uma vez mais a dificuldade de precisar o termo *construtor*, empregado à época para todos os profissionais atuantes na construção civil, a despeito da diversidade da natureza de suas funções. Acreditamos, neste caso, de tratar de *arquitetos licenciados*, visto que era a essa a categoria em que se inseria o requerente Ercole Bonetti, como comprovamos também por meio das informações do *Livro de Registro de Construtores*.

²¹ O expediente adotado pela prefeitura de Campinas nunca chegaria a ser utilizado pelo CREA. O Art. 2º do Decreto n.º 23.569 já mencionava ser necessário a funcionários públicos e empregados particulares não diplomados a comprovação de sua atuação, mas a Resolução nº. 10 de 30 de setembro de 1936 é que, em seu Art. 1º, esclarece o assunto, deixando claro que essa comprovação se daria por meios administrativos e não pelo teste de conhecimentos técnicos: “A prova a que se refere o Art. 2º do Decreto n.º 23.569 será feita por meio de um atestado, devidamente autenticado, expedido pela repartição pública, firma ou empresa a que estiver subordinado o funcionário ou empregado, com especificação do nome, natureza do cargo ou função e data da nomeação, promoção, remoção ou contrato”.

exame para obtenção de registro de construtor. A prova, pensada ao requerimento, foi composta das questões elencadas a seguir:

1) Qual o peso de 1 m³ de: concreto simples; concreto armado; alvenaria de tijolos comuns; alvenaria de tijolos ocos; alvenaria de pedra; terra vegetal; cascalho; areia; madeira forte; ferro?;

2) Qual a carga que, com segurança, pode suportar o terreno seco da cidade? Como deve ser preparado o terreno? Qual o peso do maço? Qual o limite de carga sobre fundações: a) rocha; b) piçarra; c) brejo?

3) Quais os meios de consolidação de terrenos?

4) Quando é que se usa estaqueamento? Qual a carga que pode suportar uma estaca de madeira de 25 cm de diâmetro que sofre um recalque de 3 cm quando batida com um macaco de 80 kg caindo de 4 m de altura?

5) De que modo pode-se verificar a carga que pode suportar um terreno qualquer?

6) Indicar qual a posição dos ferros nas vigas abaixo:

7) Qual a dimensão das sapatas abaixo?

8) Verificar se há esmagamento e, se há [sic], indicar as soluções possíveis para indicar segurança:

5) Indicar quais as dimensões mínimas de: quartos, salas, cozinha, banheiro, pé-direito, corredores laterais para prédios de um andar, corredores laterais para prédios de dois andares, áreas internas (na condição mais favorável).

Embora não faça parte do rol de profissionais com os quais trabalhamos em nossa pesquisa, optamos por reproduzir o requerimento de Herminio – o único desse tipo localizado no Arquivo Municipal de Campinas – pois o conteúdo de seu teste demonstra como, apesar de não diplomados, os *arquitetos licenciados* eram cobrados quanto ao domínio de campos disciplinares bastante técnicos, que iam da natureza dos materiais a temas como fundação, estrutura e composição espacial dos edifícios. A então recorrente questão da salubridade dos ambientes também não escapava, como pode se depreender da pergunta em que eram exigidos conhecimentos sobre dimensões e áreas mínimas.

Diante da aplicação de exames de proficiência como esse, podemos lançar mão da hipótese da eficiência da circulação, entre os profissionais não diplomados, de uma literatura menos erudita sobre construção civil, como a da coleção *Biblioteca de Instrução Profissional*, cujos livros foram editados a partir de 1904 pelas Livrarias Aillaud e Bertrand, em Portugal, e Francisco Alves, no Brasil. João Emílio Segurado, um dos principais autores da coleção, no prefácio de uma das edições do volume *Edificações*, dava indícios da aceitação desse tipo de publicação:

O presente volume constitui, por assim dizer, a introdução geral ao estudo das Construções Civas, tratando por uma forma que nos esforçamos por ser clara, dos princípios de arquitetura indispensáveis a todos os construtores civis, bem como das regras para a confecção de um projeto de edifício. [...]

Este trabalho, como todos os outros volumes da série da *Construção Civil* que temos publicado, não é original, mas sim a compilação, tanto quanto possível metódica e concisa, do que sobre o assunto se encontra em modernos livros estrangeiros, apresentando, sempre que o haja, referências a trabalhos e materiais nacionais. A propósito dos diversos assuntos esforçamo-nos por empregar a tecnologia exata [...].

Com a publicação desta nova edição julgamos corresponder ao acolhimento benévolo que da parte do público português e brasileiro tem merecido a publicação da série de volumes da *Construção Civil* da *Biblioteca de Instrução Profissional* (SEGURADO, 3a, edição, s/d, p. VII-VIII. Grifos do autor.).

Outro livro de boa aceitação parece ter sido o *Auxiliar do Constructor* de Cornélio Carneiro de Barros Azevedo e Alfredo de Azevedo Marques pois, no prefácio da edição de 1908, encontramos a seguinte consideração:

Animado pela aceitação que teve o “Auxiliar do Constructor”, e atendendo à grande procura resolvemos fazer esta nova edição, correta e melhorada com o concurso do Engenheiro Dr. Alfredo de Azevedo Marques, e ora a entregamos à publicidade, esperando que terá o bom êxito das primeiras (AZEVEDO, 1908, prefácio).

Em seu texto na coletânea *Ecletismo na arquitetura brasileira*, por ela organizada, Annateresa Fabris também aponta a relação entre esses manuais de ofícios e a produção arquitetônica de edificações paulistas, para o período que engloba o recorte temporal desta tese:

O “Vinhola dos proprietários”, edição reduzida das “Cinco ordens de arquitetura”, acompanhada por um apêndice de Thiolllet Filho, carpintaria, marcenaria e serralheria, é um livro de ampla circulação entre empreiteiros e mestres-de-obras, quase todos de origem italiana, responsáveis pela remodelação de bairros inteiros, resultantes da adaptação de modelos exemplares às circunstâncias locais e às exigências da residência unifamiliar (FABRIS, 1987, p. 285)

A publicação mencionada, de 1853, com ricas pranchas de desenho (lá chamadas de “chapas”), almejava a seguinte intenção:

Publicando esta obra, quisemos por as pessoas que desejam edificar em estado de mandar, ou elas mesmas explicarem suas intenções: eis porque ela será útil aos praticantes. A fim de facilitar aos que a consultem, julgamos indispensável dar algumas noções de geometria; bases dos traços que empregamos nesta obra; e também a teoria da construção, que exporemos em todas as suas partes (MOISY, 1853, p. VII)..

O acesso a publicações como as aqui mencionadas, aliado à prática no canteiro de obras poderia explicar facilmente como, no exemplo de que tratamos, a resolução da prova de proficiência por Herminio Cezar teve cem por cento de aproveitamento.

E depois de se submeter ao teste, na sequência da tramitação dos documentos, consta, finalmente, o despacho do Engenheiro Chefe da Repartição de Obras, favorável à sua inclusão no rol dos profissionais registrados, consta sua justificativa: “*O requerente demonstrou na prova a que se submeteu perante esta Repartição, possuir os conhecimentos elementares necessários para o exercício da profissão de construtor*” (ARQUIVO, Portaria nº. 5969 de 30/06/1932).

Mas apesar disso, Herminio Cezar, assim como os demais construtores sem diploma foram impedidos de assumir a responsabilidade técnica por todo tipo de obra, como acontecia até então. A Lei nº. 418/1928, corroborando o que acontecia no âmbito federal, deu início à limitação do escopo de ação dos *licenciados*, que passaram a ter permissão apenas para “*executar e construir, sob sua exclusiva responsabilidade, prédios térreos e comuns, outras obras de arte, pequenas reformas, consertos, etc, tudo a juízo da Repartição de Obras*” (CAMPINAS, 1928b, Art. 3º).

O quadro apresentado para a cidade de Campinas exemplifica como estavam colocadas as questões que levariam, apenas cinco anos mais tarde, em nível federal, à regulamentação definitiva das profissões de engenheiro e arquiteto e à exigência formal de diploma para atuação na área, muito embora, de início, a atuação dos *licenciados* tenha sido garantida pelo Decreto nº. 23.569 de 11 de dezembro de 1933, desde que suas licenças fossem registradas no recém criado Conselho de Engenharia, Arquitetura e Agrimensura – justamente como ocorreu para Miguel de Filippis e Raphael Mauro, exemplos apresentados nas Fig. 4 e 5.

O Quadro 2, a seguir, realizado por meio da compilação dos dados existentes no livro de *Registro de Construtores* e das poucas informações coletadas junto à Biblioteca do CREA-SP,²² demonstra como pelo menos seis dos construtores abordados por essa tese obtiveram a revalidação de seus “títulos” após a criação do Conselho.

Não demoraria, no entanto, para que fossem estabelecidas várias restrições ao exercício dos não diplomados, com manifestação expressa de associações, institutos de ensino técnico e representações de arquitetos nos conselhos de classe, todos contrários ao “*uso irregular e indevido do título de Arquiteto, privativo dos profissionais diplomados e inaplicáveis aos práticos, licenciados e*

²² Agradecemos a André Maschietto, responsável pela Biblioteca do CREA-SP pela solicitude e pelo empenho em localizar informações sobre os profissionais *licenciados* que obtiveram revalidações de seus títulos no início da existência do Conselho. Sua iniciativa foi fundamental para a reunião dessas poucas mas úteis informações, em virtude da negativa do CREA-SP em nos conceder autorização para consulta ao acervo documental do órgão.

leigos, que não possuem o correspondente tirocínio de estudos escolares” (CONSELHO, 1936b).

Arquiteto Licenciado	Nº da licença expedida pela Secretaria de Agricultura	Data de expedição da Licença na Secretaria Agricultura	Nº. do registro no CREA
Affonso Massaroto	-	03/03/1926	-
Albino Riguetto	-	-	-
Antonio Cezar	233	18/03/1926	269
Miguel de Filippis	213	26/02/1926	271
Elias Cezar	-	-	139
Ercole Bonetti	546	14/09/1927	195
Euzébio Carlos Dias	-	-	-
Henrique Fortini	357	25/08/1926	607
Lima, Gouvêa ²³	-	-	-
Raphael Mauro	452	28/01/1927	262

Quadro 2 – Número das licenças concedidas pela Secretaria de Agricultura e dos registros do CREA por arquiteto licenciado.

Sobre o assunto, Sylvia Ficher comenta, em *Os arquitetos da Poli: ensino e profissão em São Paulo* (2005), que até a década de 1940 o título de *arquiteto* guardou uma conotação pejorativa, “*designando mais o projetista ‘free-lance’ ou o construtor prático do que o portador de um diploma de curso superior*” (FICHER, 2005, p. 243). A autora, que acompanha em seu livro não só a delimitação e regulamentação profissional do arquiteto como também o ensino independente da profissão em São Paulo, se utiliza de uma fala de Christiano Stockler das Neves para ilustrar a situação então colocada:

A Escola Nacional de Belas Artes, cujo curso de arquitetura é independente da Escola Politécnica, outorga o título de ‘engenheiro-arquiteto’ porque, não sendo conhecido o verdadeiro papel do arquiteto entre nós foi preciso nobilitar um título, já de si tão nobre, com a anteposição da palavra engenheiro (NEVES, 1930, p. 6 apud FICHER, 2005, p. 243).²⁴

²³ Todos os processos consultados no Arquivo Municipal possuem a mesma assinatura, “*Lima Gouvêa e Cia.*”, mas não encontramos, até o presente momento, nenhuma indicação sobre quem seriam os responsáveis por essa possível firma. Localizamos na documentação o registro de Antonio Gouvêa, *construtor licenciado*, mas não pudemos comprovar sua ligação à companhia *Lima, Gouvêa*.

²⁴ Outro episódio curioso foi retomado por Eudes Campos, em sua tese de doutoramento *Arquitetura Paulistana sob o Império: aspectos da formação da cultura burguesa em São Paulo* (1997), dessa vez relativo à vida de outro renomado arquiteto, Ramos de Azevedo. Retomando matéria do Correio Paulistano de 1951 comemorativa ao centenário do nascimento de Ramos, o autor relembra que, aconselhado pelo diretor da Universidade de Gand a se transferir da engenharia civil para a arquitetura, por mostrar excelente habilidade para o desenho, Ramos recebeu o seguinte conselho de seu pai: “*Ora meu filho, pensa bem: engenheiros temos poucos e há muito o que fazer, e para a arquitetura aqui temos bons mestres de obras*”. (CORREIO Paulistano, 1951, p. 8 e última página, apud CAMPOS JUNIOR, p. 109-110. Grifo nosso).

Stockler das Neves, desde o início da década de 1920, quando diretor do curso de engenheiro-arquiteto da Escola de Engenharia Mackenzie, já defendia a especificidade do trabalho do arquiteto – projetar – em relação ao do engenheiro – construir. Já os não diplomados, em seus dizeres “*abutres da profissão*”, deveriam ser descartados (FICHER, 2005, 242-243).

Em 1936, respondendo aos anseios de mais de uma década de diversas representações, foi publicada a Resolução do Conselho Federal nº. 12 de 24 de maio, com a seguinte ementa: “*Regula o uso de título e designações*”. A Resolução esclarecia em seu preâmbulo que o Decreto nº. 23.569/33 não “*teve nem podia ter por objetivo conferir títulos ou dignidade científicas, da competência exclusiva das organizações de ensino superior, segundo a legislação própria*” e que:

[...] não podia ter tido o pensamento, contrário aos seus intuitos, de incorporar no seu texto de lei geral revivências extravagantes e estágios retardados das legislações locais e que, portanto, não poderia jamais consagrar, na letra definitiva dos seus artigos, titulações excrescentes e transitórias, que decorriam de licenças anualmente renovadas, de cuja retificação impreterível já se cuidava (CONSELHO, 1936b).²⁵

A Resolução justificava que o Decreto nº. 23569/33 continha as designações *arquitetos*, *arquitetos-construtores* e *construtores*, pois eram aquelas então adotadas no Distrito Federal para “*discriminar as atribuições das três categorias de licenciados que o regulamento municipal autorizava: a) a organizar e assinar plantas e projetos (arquitetos); b) projetar e executar (arquitetos-construtores); c) ou simplesmente executar construções civis (construtores)*”. Considerava que “*tal classificação era acertada e precisa quanto à hierarquia e ordem das incumbências e misteres*” mas que, por outro lado, “*dava lugar à injusta e errônea condescendência do título de arquiteto liberalizado, de modo ambíguo e postiço, aos que não possuíam os correlativos requisitos de capacidade legal*” (CONSELHO, 1936b).

Por isso, a partir de então, ficou proibida a utilização dos termos *arquiteto* e *engenheiro* por não diplomados, ainda que seguidos da especificação

²⁵ A referência a “*titulações excrescentes e transitórias*”, relaciona-se ao fato da Lei nº. 22 de 1924 conceder aos construtores o “*título de licença*” com a validade de um ano, obrigando a renovações periódicas (Art. 2º, §2º).

licenciado,²⁶ sendo que as carteiras profissionais a eles concedidas passaram a ter arrolados os seguintes itens:

- a. o nome por inteiro do licenciado;
- b. a nacionalidade e naturalidade;
- c. a data do nascimento;
- d. a declaração pura e simples, uniforme e geral: - “Licenciado”;
- e. a especificação das atividades e atribuições constantes ou decorrente da licença, deferidas pelos Conselhos de Engenharia e Arquitetura;
- f. o número do registro no Conselho Regional respectivo;
- g. a indicação da data em que foi licenciado;
- h. a circunscrição dentro da qual é permitido o exercício das atividades profissionais autorizadas;
- i. o número do registro no Conselho Regional respectivo;
- j. fotografia de frente e impressão dactiloscópica (polegar);
- k. a assinatura do licenciado (CONSELHO, 1936b, Art. 1º. Grifo nosso).

Além da “*declaração pura e simples, uniforme e geral: - “Licenciado”*”; as carteiras contariam com a descrição de atividades permitidas ao profissional, em três diferentes níveis: projeto de construções civis; projeto de execução de construções civis, e; execução de construções civis; correspondentes, respectivamente, às antigas funções de *arquitetos licenciados*, *arquitetos-construtores licenciados* e *construtores licenciados* (Art. 2º).

Mas, nesse momento, além do tratamento de questões nominativas, o CREA dava início a outra tarefa ainda mais relevante para os rumos da atuação dos não diplomados, passando a limitar sua atuação, sujeita a partir da Resolução nº. 10 de 30 de setembro de 1936,²⁷ apenas ao gênero de trabalhos que houvessem executado até a data do Decreto nº. 23.569/33 e, além disso, a proibir a transferência para outras circunscrições diferentes daquela onde os *arquitetos licenciados* tivessem obtido suas licenças:

²⁶ A proibição também se fez para a utilização dos termos em plantas e documentos, anúncios, placas, cartões comerciais, ou outros quaisquer meios de divulgação e publicidade, que igualmente deveriam conter apenas o termo *licenciado* (CONSELHO, 1936b, Art. 3º).

²⁷ Resolução revista, que “*esclarece e dá nova redação à Resolução aprovada em 12 de março de 1936*”.

Art. 12 - O exercício da profissão pelos licenciados fica adstrito ao gênero de trabalhos que houverem executado até a data do Decreto n.º 23.569, observando-se, de preferência aos portadores de licenças estaduais anteriores, o disposto nas leis que as instituíram e o critério adotado nas suas aplicações, excetuados, entretanto, os trabalhos que não dispensarem conhecimentos teóricos especiais.

Art. 13 - Os profissionais licenciados não poderão ser transferidos para circunscrição diversa daquela em que tenham sido registrados.

Art. 14 - Os Conselhos Regionais resolverão, segundo o melhor critério, quanto ao número e às atribuições dos licenciados a título precário (Parágrafo único do art. 5º) nos municípios em que não houver profissionais habilitados de acordo com o Decreto n.º 23.569, acautelando, sempre, as situações que possam redundar em privilégios e opressão (CONSELHO, 1936a).

Em Campinas, cerca de um ano antes, um processo em curso na Prefeitura Municipal já demonstrava as dimensões da pressão exercida contra os *licenciados* atuantes na construção civil. No acervo do Arquivo Municipal localizamos o Ofício n.º. 312 de 06 de julho de 1935, com requerimento dos construtores José Righetto, Luiz Pitta e outros,²⁸ pleiteando “*continuar a exercer a profissão de construtores arquitetos*”. O requerimento, encaminhado pelo prefeito José Pires Neto ao Conselho Consultivo Municipal para manifestação, continha a seguinte argumentação:

Os abaixo assinados, construtores licenciados por essa Prefeitura e devidamente registrados no Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura da 6ª Região na forma do Art. 3º do Decreto Federal n.º. 23.569, vem mui respeitosamente à presença de V. Ex.^a para expor e em seguida requerer o que segue:

Pelo Art. 3º do Decreto acima citado o requerente, tendo obtido o seu registro competente no Conselho Regional, pode continuar o exercício da profissão dentro dos limites de suas licenças e circunscrição. Assim, o limite de exercício de sua profissão é dado pela sua licença expedida por essa Prefeitura e na qual era concedido aos requerentes o direito de projetar e construir obras para a execução das quais não houvesse cálculos de resistência e estabilidade. Acontece, porém, que de tempo a esta parte essa Prefeitura não tem aceitado as plantas, que embora dentro dos rigorosos preceitos técnicos, sejam assinadas e projetadas pelos construtores acima mencionados.

Ora, tal exigência, perdoe-nos V. Ex.^a, toca as raízas do absurdo. E nem se queira argumentar com o Ato n.º. 1 do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura da 6ª Região datado de 7 de janeiro

²⁸ Além de Righetto e Pitta, assinavam o requerimento, formalizado pelo Sindicato dos industriais em construções civis de São Paulo: Luiz Laloni, Angelo Orsi, Manoel Moreira e Leonidas Franca.

do corrente ano,²⁹ eis que tal ato é nulo de pleno direito, porque falece ao Conselho Regional competência para limitar o exercício da profissão dos práticos licenciados.

Donde é de concluir-se, Exmo. Prefeito Municipal, que a exigência dessa Prefeitura sobre ser descabida em face do Decreto Federal nº. 23.569 por ferir disposições expressas do referido Decreto, eis que o mesmo, pelo Art. 5º, confere aos licenciados na forma do mesmo Decreto, o direito de assinar plantas, fere resolução soberana do Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura que em 27 de setembro de 1934 decidiu que os construtores licenciados pelas Prefeituras Municipais podiam continuar o exercício da profissão dentro dos limites das respectivas licenças e circunscrições.

E assim requerem que, ouvido o Dr. Procurador Judicial dessa Prefeitura, haja por bem determinar à seção competente dessa Prefeitura que continue a receber e despachar as plantas assinadas e de responsabilidade dos construtores licenciados e registrados no Conselho Regional (ARQUIVO, Protocolo nº. 2413 de 17/04/1935, anexado ao Ofício nº. 312 de 06/07/1935).³⁰

O subprocurador judicial do município, Arthur de Freitas Leitão, chamado a se manifestar, optou por primeiro ouvir a Repartição de Obras e Viação, cujo diretor, Perseu Leite de Barros, assim se posicionou:

Esta Diretoria tem se limitado, no que se refere ao exercício das profissões de engenheiros, arquitetos, construtores, etc, a cumprir as determinações do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura da 6ª Região.

Parece-nos – s.m.j [salvo melhor juízo] – que os interessados deverão pleitear o que requerem junto ao CREA, órgão responsável pela fiscalização do exercício das profissões em apreço (ARQUIVO, Protocolo nº. 2413 de 17/04/1935).

Retornando à Procuradoria Judicial, dessa vez o requerimento passa por apreciação favorável ao pretendido, tendo por base a jurisprudência de outro caso similar, ocorrido meses antes, quando Guilherme Sofiano Zulke, *engenheiro licenciado*, obteve da Primeira Vara da Comarca mandato de segurança para poder “*sem constrangimento de qualquer autoridade, exercer*

²⁹ O Ato nº. 1 do CREA da 6ª Região, em seu Art. 2º, dispunha justamente sobre as atribuições de *licenciados*. Aos *arquitetos licenciados* era permitido estudar, projetar e construir edifícios e obras complementares, que não exigissem cálculo de resistência e estabilidade; aos *construtores licenciados*, executar obras que, de acordo com aquele regulamento, pudessem ser projetadas pelos *arquitetos licenciados*; e, aos *agrimensores licenciados*, executar trabalhos topográficos, vistorias e arbitramentos relativos à agrimensura (CONSELHO, 1935, Art. 2º, alíneas “a”, “b” e “c”).

³⁰ Este trecho e outros que virão a seguir, apesar da grande extensão, foram reproduzidos quase integralmente por dar a dimensão, nas palavras dos envolvidos, dos embates então em curso.

livremente sua profissão em toda sua plenitude”. O Conselho Consultivo, acatando o parecer jurídico, deferiu o pedido constante da petição:

José Righetto, Luiz Pitta e outros, construtores licenciados pela Prefeitura e registrados no Conselho Regional e Engenharia e Arquitetura da 6ª Região, de acordo com o que dispõe o Art. 3º do Decr. Fed. nº. 23.569, não se conformando com o ato do Sr. Prefeito que os impediu do livre exercício de suas profissões, em toda sua plenitude legal, em fundamentado requerimento, solicitam o restabelecimento do direito que lhes assiste, para que sejam aceitas e submetidas à devida aprovação da repartição competente as suas plantas de construções nesta cidade.

O assunto é matéria jurídica e o parecer da Procuradoria Judicial apoia a pretensão dos requerentes, baseando-se para isso na solução e caso idêntico em que Guilherme Sofiano Zulke pleiteou, junto do Meritíssimo Juiz da Primeira Vara desta Comarca, o restabelecimento do mesmo direito, resultando a luminosa sentença que concedeu-lhe mandado de segurança para o livre exercício profissional, “sem constrangimento de qualquer autoridade”.

A este Conselho, pois, nada resta, como parecer, endossar a opinião da P. J. que é pelo deferimento do pedido de José Righetto e outros, “não obstante estar dependendo a aludida sentença de confirmação da Egrégia Corte de Apelação” (ARQUIVO, Protocolo nº. 2413 de 17/04/1935)

A decisão, referendada pelo Prefeito Municipal em 17 de julho de 1935 gerou rápida reação no CREA da 6ª Região, que no dia 20 do mesmo mês protocolou sua réplica, a ele endereçada:

Em reunião hoje realizada [18 de julho de 1935], o Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura da 6ª Região (São Paulo e Mato Grosso), tomou conhecimento da resolução do Conselho Consultivo desse município, que deferiu o pedido formulado pelos construtores José Righetto, Luiz Pitta e outros.

Pelo que se depreende do parecer aprovado pelo Conselho Consultivo de Campinas, os construtores referidos poderão exercer livremente, sem constrangimento algum, a sua profissão nesse município. Parece, entretanto, a este Conselho Regional que não era lícito ao mesmo Conselho Consultivo assim deliberar.

Em primeiro lugar, a Constituição Federal vigente atribui exclusivamente ao Poder Legislativo Federal regular o exercício das profissões liberais, não sendo dado aos Estados, nem aos Municípios interferir nessa matéria. Pela própria constituição de 1891, também não podiam os Municípios, mas apenas os Estados, resolver a respeito. Assim, a solução adotada pelo Conselho Consultivo de Campinas, concedendo aos construtores amplos direitos que nenhuma lei lhe confere, é manifestadamente inconstitucional.

Em segundo lugar, o Decreto nº. 23.569, do Governo Federal de 11 de dezembro de 1933, confia exclusivamente aos Conselhos de Engenharia e Arquitetura fiscalizar o exercício da profissão e dirimir quaisquer dúvidas a respeito. Esse decreto, por sua vez, limita o exercício das funções de construtores licenciados, não lhes dando os poderes amplos que o Conselho Consultivo de Campinas ora pretende outorgar-lhes.

Em terceiro lugar, existe um ato deste Conselho Regional (Ato nº. 1, de janeiro p. p.), em que são traçados, de acordo com a lei, os limites das atribuições dos construtores licenciados. Se há qualquer exorbitância deste Conselho, na aprovação de tal Ato, manda o decreto que o interessado dirija suas reclamações, por via de recurso, ao Conselho Federal, único competente para decidir, em última instância, a respeito. Não se concebe, portanto, a intervenção de órgãos do poder municipal para, contrariando o citado decreto, declarar sem efeito, nesse município, dispositivos do Ato nº. 1 deste Conselho Regional, que não foram revogados e continuam em pleno vigor.

Em quarto lugar, não vem ao caso a circunstância de já haver sido decidida, no sentido de parecer aprovado pelo Conselho Consultivo de Campinas, uma hipótese análoga sujeita à apreciação do M. Juiz da 1ª Vara dessa Comarca. Trata-se de um processo evidentemente irregular, em que este Conselho Regional, interessado diretamente, não foi sequer ouvido. Aliás, a decisão aludida pende de recurso interposto pelo próprio M. Juiz à Corte de Apelação do Estado.

Verifica-se, pois, que de forma alguma poderá ser sustentada a solução do Conselho Consultivo desse Município. Trata-se evidentemente de um equívoco com certeza decorrente de falta de informações ou esclarecimentos.

Pedindo vênha para chamar a atenção de V. S. para esse caso, o Conselho Regional aguarda de V. S. as providências necessárias para que não tenha aplicação o decidido pelo Conselho Consultivo de Campinas (ARQUIVO, Protocolo nº. 2413 de 17/04/1935).

Este é o último documento apensado ao Protocolo nº. 2413 de 17 de abril de 1935. Depois do pedido de revisão da decisão da Prefeitura Municipal, por parte do CREA, há apenas um despacho do Prefeito: *“Inteirado. Responda-se. 22/07/1935. Pires Neto”*. No entanto, não seria a última vez que tais embates seriam travados entre *licenciados* campineiros, prefeitura municipal e conselho regional. Em outro requerimento, dessa vez de 1936, a questão da atuação de não diplomados suscita dúvidas novamente. Naquela ocasião, o envolvido foi José Augusto Silva, *arquiteto licenciado* que pleiteava a continuidade de suas atribuições profissionais, colocada em pauta devido à acusação de *“[...] por assim dizer, monopolizar assinatura de projetos apresentados pela maior parte dos construtores da cidade”* (Protocolo nº. 6620

de 17/09/1936), ou seja, por outros não diplomados que vinham tendo problemas com a renovação de suas licenças.

O longo processo contra o *licenciado* acaba com o seguinte despacho da Procuradoria Judicial:

Verifica-se deste processado que o Sr. José Augusto Silva acha-se registrado na Directoria de Obras e Viação como arquiteto licenciado, encontrando-se quite de todos os impostos relativos à sua profissão.

O fato de figurar José Augusto Silva registrado como arquiteto licenciado na repartição municipal é prova de que seu título fora expedido pela Secretaria de Agricultura nos termos do Art. 1º. § 2º da Lei Estadual nº. 2.022 de 27 de dezembro de 1924, assim como que sua carteira de identidade fora expedida pelo Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura da 6ª Região – São Paulo.

A dúvida levantada pelo digno Diretor de Obras e Viação já teve solução em maio de 1935, por uma decisão do Exmo. Sr. juiz de direito em favor do arquiteto licenciado Sr. Guilherme Sofiano Christiano Zuhlke, para que possa sem constrangimento de qualquer autoridade exercer livremente sua profissão em toda sua plenitude, nos termos da Lei nº. 2.022 de 27 de dezembro de 1924. Esse mandado de segurança foi concedido sob o fundamento alegado pelo impetrante de estar sendo tolhido em sua liberdade profissional por parte da Repartição de Obras da Prefeitura.

O Exmo. Sr. Dr. A. Bruno Barbosa, juiz federal neste Estado, por diversas vezes tem concedido mandado de segurança no sentido de poderem os impetrantes, no exercício de sua profissão de arquitetos licenciados, fazer projetos e construções que exijam cálculos de resistência e estabilidade.

É verdade que a Corte Suprema, em Acórdão de 15 de abril de 1936, deu provimento a um recurso interposto pelo Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura da 6ª Região da Capital, para cassar um mandado de segurança em favor de Leonardo Nardini, mas também é verdade que o Dr. juiz federal da Capital, por sentença de 26 de maio daquele ano, continuou a conceder mandado de segurança em favor dos arquitetos licenciados, como se verifica dos inclusos recortes do “Diário Oficial” do Estado.

Por todos esses motivos parece que, como medida de prudência, deve-se permitir que o Sr. José Augusto Silva, como arquiteto licenciado, exerça”. (ARQUIVO, Protocolo nº. 6620 de 17/09/1936).

O caso de José Augusto Silva, assim como os outros aqui apresentados, demonstra como, na prática, os *construtores licenciados* continuaram recorrendo à municipalidade para garantir autorização para o livre exercício de suas profissões. Tal estratégia torna-se inteiramente compreensível ao se

pensar que, até a promulgação do Decreto Lei nº. 23.569/33, era justamente a municipalidade a instância responsável por regular, autorizar e fiscalizar a atuação profissional dos agentes envolvidos com a construção civil. O quadro que então se configurou demonstra, na verdade, o descompasso entre a situação ideal, almejada pelos diplomados e perseguida com a promulgação do Decreto Lei, e a situação real de produção do espaço urbano em Campinas, feita muito mais pela mão de *licenciados*, como comprovam as fontes arquivísticas.

Como se pode depreender, a questão ainda se prolongaria por vários anos além do período analisado por esta tese, até que a paulatina limitação do exercício de *licenciados* desse finalmente lugar à completa proibição. Os detalhes desse percurso fogem ao escopo deste trabalho, mas as situações aqui apresentadas tiveram fundamental importância para que formulássemos uma premissa.

No contexto da época, em meio aos embates pela regulamentação da profissão de engenheiros e arquitetos, as iniciativas de tolher a atuação dos *licenciados* são perfeitamente compreensíveis, se voltarmos agora, outra vez, à vultosa produção desses profissionais desde o fim do século XIX. Os exemplares materiais remanescentes das edificações construídas no período e os registros arquivísticos de desenhos técnicos ou provas para obtenção de registros junto à Prefeitura de Campinas mostram que qualidades técnicas e estéticas não faltavam à produção desses profissionais. Reduzir sua atuação significava, portanto, a garantia de reserva de mercado aos diplomados.

1.2 A cidade e os licenciados: configuração do espaço urbano campineiro

A catalogação dos processos digitalizados no Arquivo Municipal de Campinas, referentes à solicitação de autorização para construir ou reformar, bem como sua posterior organização por tipologias, tornou possível averiguar, como demonstraremos adiante, no segundo capítulo desta tese, que os *arquitetos licenciados* edificaram todo tipo de obra, das mais singelas residências de três cômodos com banheiro externo, ainda na última década do século XIX, a programas de uso bastante mais complexos – não só residenciais, mas também industriais, comerciais e de serviços – durante as três primeiras décadas do século XX, incorporando os novos gostos e as novas exigências da legislação urbanística campineira.

Afinal, Campinas havia sofrido durante toda a década de 1890 uma série de epidemias de febre amarela e a grande crise urbana delas decorrente fez-se sentir no reordenamento da organização e ocupação do espaço, da disciplina da circulação, em novas orientações arquitetônicas e até mesmo nos comportamentos (LAPA, 1996: 259).

Entre o fim do século XIX e o início do XX, foi esse o cenário da cidade em que atuaram nossos *construtores licenciados* e foi com ela que estabeleceram profícua relação. Voltando agora às fontes documentais referentes à sua produção, podemos dizer que a quantificação e a tabulação dos registros aqui analisados, referentes a processos para obtenção de licenças para construir e/ou reformar de cada um dos *licenciados*, permitiram identificar a consonância existente entre a atuação de tais agentes e a situação do desenvolvimento urbano da cidade de Campinas no período e apontar, com clareza, os períodos e regiões da cidade com maior volume de obras.³¹

Conforme demonstra o gráfico da Fig. 6, em que são apresentados, ano a ano, os totais de registros de requerimentos para obtenção de licenças para construir ou reformar no período entre 1895-1929, há uma maior

³¹ Além do citado trabalho de Lapa (1996), o desenvolvimento urbano de Campinas no período também foi analisado por: BADARÓ, 1986; CARPINTERO, 1996; e SEMEGHINI, 1988, 1991.

concentração da atividade construtiva de *licenciados* ao longo da década de 1920, em especial entre 1923-28. Não por acaso, tais índices coincidem com a fase que se convencionou chamar de *maduração do complexo cafeeiro* (CANO, 1988; GONÇALVES, 1998) que, em Campinas, ganhou especiais contornos já que a cidade, não raro, é qualificada como uma daquelas em que o café trouxe alterações significativas na qualificação e estruturação do espaço urbano.³² Também não é por acaso que a maior queda na redução no ritmo da construção civil, voltando a patamares similares ao do início da década, aconteceria justamente no ano conhecido pela deflagração da crise de 1929. A crise, que provocou inúmeras dificuldades financeiras, mormente no setor de exportação do café, daria novo e decisivo impulso à industrialização no Brasil, repercutindo também em Campinas, cuja economia passa a ser majoritariamente industrial.³³

Fig. 6 – Número de requerimentos para obtenção de licenças para construir ou reformar solicitados por ano pelos dez construtores licenciados mais atuantes no período entre 1899 e 1929. Foi considerado o total de 1184 requerimentos.

³² Sobre a relação *café-urbanização*, além dos clássicos estudos de Odilon Nogueira de Matos (1974) e Pierre Monbeig (1984), são de fundamental importância os já citados trabalhos de Ulysses Cidade Semeghini (1991) e Wilson Cano (1998). Em Campinas, há que se dizer ainda que as duas primeiras décadas do século XX, bem como a acumulação então propiciada pela cafeicultura, foram decisivas para o desenvolvimento industrial que a cidade presenciou nas décadas seguintes.

³³ É bastante difundida a tese de que a crise de 1929 foi outro vetor de estímulo ao crescimento da indústria paulista, pois, com queda do preço do café, muitos fazendeiros migraram para aquele setor. Sobre esse assunto, conferir Semeghini (1988), em especial o *Capítulo 3 – Da “Crise de 1929” à implantação da indústria pesada*, p. 111-171.

O desenvolvimento industrial verificado seria, no entanto, acompanhado por um novo padrão de urbanização. O crescimento da população urbana, que neste período chegava aos cinquenta mil habitantes, e especificamente da classe operária, provocou efeitos no espaço urbano, impondo a necessidade de construção de novas moradias e, logo, a expansão da área urbana. Relevante para o objeto deste trabalho é destacar que esse crescimento não era mais financiado e disciplinado pela Prefeitura Municipal, que até então vinha dando prosseguimento, nas terras públicas, à malha viária reticulada que caracterizava a expansão da cidade. Constituem-se várias companhias loteadoras e surge a figura do mercado imobiliário como gestor da expansão urbana (BADARÓ, 1986).

Esse processo de urbanização e industrialização representou a formação de uma nova ordem social permeando todas as instâncias da sociedade e que, por isso mesmo, não deixaria escapar os agentes envolvidos com a construção civil. Configurava-se outro tipo de crise, dessa vez sob dois pontos de vista distintos, sendo o primeiro relacionado à forma de apropriação e ocupação do solo urbano e o segundo relativo às condições necessárias ao desenvolvimento industrial, a saber: a expansão da urbanização, a valorização das terras urbanas e a implantação de unidades industriais.

Uma série de leis e atitudes políticas passam a ser implementadas visando impulsionar a transição que vinha ocorrendo das funções do município, até então de apoio à lavoura do café, para transformá-lo em centro de ação no processo de desenvolvimento industrial, cuja tendência já despontava fortemente. Prosperava, nesse sentido, entre as autoridades municipais, a ideia de se contratar um plano de urbanismo para Campinas, com o intuito de ordenar o crescimento da cidade e recuperar seu controle sobre a expansão da área urbana edificável,³⁴ tendo como conjuntura principal o desenvolvimento industrial que se traduziu, então, em novo e desconhecido ritmo de urbanização.

³⁴ O que se concretizaria somente a partir de 1934, com a implantação gradual do Plano de Melhoramentos Urbanos de Prestes Maia. Sobre o assunto, ver BADARÓ (1986).

Do ponto de vista das edificações, as alterações na qualificação do espaço urbano também podem ser sentidas ao retornarmos outra vez às fontes primárias para, dessa vez, analisar a natureza dos requerimentos dos *construtores licenciados* no período (Fig. 7), pois a grande maioria, quase setenta por cento, consistia em solicitação para reformas ou reconstruções, parciais ou totais. Parece-nos ser bastante plausível associarmos o predomínio de reformas ao atendimento às exigências da política sanitária implantada em Campinas após o surto das epidemias e às novas normas edilícias e posturas municipais, então constantemente atualizadas, conforme veremos mais detidamente no Capítulo II da presente tese.

Porcentagem de requerimentos por tipo de intervenção (1895-1929)

■ Construção ■ Reforma ou reconstrução

Fig. 7 – Porcentagens dos 1184 requerimentos solicitados pelos dez *construtores licenciados* mais atuantes no período entre 1895 e 1929, por tipo de intervenção. Foram excluídos requerimentos sem indicação do tipo de obra pretendida (11) e solicitações para demolição total (3).

Outro dado importante a se considerar relaciona-se à espacialização das obras dos *licenciados* na cidade de Campinas. O gráfico da Fig. 8 apresenta os logradouros com maior número de obras entre os anos de 1895 e 1929 e permite visualizar que, das cinquenta vias pontuadas, dezesseis concentram a distribuição de requerimentos, contando com pelo menos trinta solicitações de intervenção cada uma. Há destaque para: rua Barão de Jaguará, com 74 requerimentos; avenida Francisco Glicério, com 66; e ruas Dr. Quirino, José Paulino e Regente Feijó, respectivamente com 66, 64 e 61 requerimentos:

Ruas	Nº de registros
Barão de Jaguará	74
Francisco Glicério	66
Quirino, Dr.	66
José Paulino	64
Regente Feijó	61
13 de maio	58
Ferreira Penteado	48
Osório, General	48
Lusitana	40
Conceição	36
Costa Aguiar	36
Duque de Caxias	36
Andrade Neves	34
Moraes Salles	34
Campos Salles	33
Bernardino de Campos	30
Outras	419
Total	1183

Quadro 3 – Número de registros de portarias/protocolos encontrado por ruas para o período 1892-1933.

Fig. 8 – Porcentagem de requerimentos por ruas, reunindo solicitações dos dez *construtores licenciados* mais atuantes no período. Foram considerados individualmente todos os logradouros com mais de 30 solicitações para construir e/ou reformar (16 no total), sendo que os demais (outros 34) foram agrupados na categoria “Outros”.

Dos dezessete logradouros mais presentes nos requerimentos dos licenciados junto à Prefeitura Municipal, onze situam-se no Centro mais

tradicional da cidade, hoje conhecido como “Centro Histórico” (Fig. 9), e as outras seis nos limites dessa área, apontando para um Centro já em expansão.

Fig. 9 – Montagem realizada a partir de detalhe da planta da cidade de Campinas de 1929, identificando os logradouros mais recorrentes nos pedidos de autorização para reforma e/ou construção dos *arquitetos licenciados* abordados por esta tese: 1) rua Barão de Jaguará; 2) avenida Francisco Glicério; 3) rua Dr. Quirino; 4) rua José Paulino; 5) rua Regente Feijó; 6) rua 13 de maio; 7) rua Ferreira Penteado; 8) rua General Osório; 9) rua Lusitana; 10) rua Conceição, e; 11) rua Costa Aguiar. Notar que a espacialização dos requerimentos coincide com o Centro tradicional da cidade, que por sua vez, é praticamente idêntico aos limites do município existente quando do levantamento da planta de 1878 (em destaque na sobreposição).

Tal espacialização pode ser compreendida como um significativo indício dos processos de estruturação urbana em curso nesse momento, o que, dentre outras possibilidades, aponta-nos a consolidação de uma malha urbana marcada pela diversidade de usos do solo, porém com predomínio

dos usos comercial, manufatureiro e de serviços, ainda que associados ao uso residencial. Isso porque, dentre os endereços com maior volume de registros encontramos pelo menos cinco que se constituem como áreas historicamente marcadas pela presença de comércio, serviços e pequenas fábricas: ruas 13 de Maio, Barão de Jaguará, Dr. Quirino, e General Osório, além da avenida Francisco Glicério.

No próximo capítulo demonstraremos como cada um dos *arquitetos licenciados* abordados por essa tese se inseriu na atividade de projetar edifícios de usos tão diversos. Além de ressaltar outra vez mais a qualidade técnica e estética de sua produção, por meio da análise de desenhos técnicos e edifícios remanescentes, a iniciativa contribuirá ainda para desmistificar o pressuposto de que profissionais não diplomados teriam edificado apenas pequenas e simplórias edificações, nos moldes das casas construídas em série.

2 A produção dos *anônimos*: dimensões materiais de suas obras no panorama campineiro da construção civil

2.1 O código de Posturas de 1880 e as primeiras iniciativas de aformoseamento

2.1.1. A legislação edilícia em Campinas: pelo aformoseamento da cidade

Até o início da década de oitenta do século XIX Campinas ainda esteve sujeita a uma concepção geometrizada e ortogonal de seu espaço urbano (Fig. 10), porém, a partir de então, com a expansão da cidade em ritmo diferenciado, o reconhecimento de suas novas funcionalidades e a imperiosa fluidez delas decorrente, foi necessário impor ao tecido retificado e a suas construções novas e significativas alterações. Nas palavras de José Roberto do Amaral Lapa, em clássico estudo que retrata Campinas durante a passagem do século XIX para o XX,³⁵ essas mudanças eram

[...] agora tendentes a uma plasticidade que foge da rigidez do tecido grelhado, buscando formas perimetrais, canais de circulação, praças amplas e com objetivos definidos, respeitando e acariciando a topografia acidentada, ditados por uma visão moderna do viver urbano em Campinas, que se inicia na década de 70 e se explicita de maneira mais intensa [...] na passagem do século. Assim, o novo regime político parece de alguma maneira influir com o seu imaginário de modernização urbana (Lapa, 1996, p. 47).

Os Códigos de Posturas promulgados em Campinas na segunda metade do século XIX³⁶ constituem-se como fontes primárias de importância basilar para a investigação de tais mudanças, seja no tocante à história da cidade, de modo mais abrangente, ou à história do urbanismo e, ainda, da arquitetura. Tratava-se de instrumentos reguladores da vida urbana, que normatizavam a ordem pública a ser cumprida pelos munícipes, e cuja característica fundamental era a diversidade dos temas abordados: de edificações, saúde

³⁵ Há vários outros autores cujas obras relacionam-se à história de Campinas, com destaque para Brito (1956-1969), Mariano (1970) e Pupo (1969; 1983). Após termo-nos debruçado sobre esses e outros mais, no entanto, verificamos que grande parte da bibliografia sobre Campinas caracteriza-se por certo tom memorialista, voltando-se a episódios, personagens ou famílias de renome na cidade. Optamos, assim, por adotar as considerações do historiador José Roberto do Amaral Lapa, mais adequadas aos objetivos desse trabalho.

³⁶ São os Códigos de Posturas, respectivamente, dos anos de: 1858, 1864, 1866, 1880. Encontram-se dispersos nos manuscritos dos *Livros de correspondências*, pertencentes ao Arquivo da Câmara Municipal de Campinas.

PLANTA DE CAMPINAS EM 1878

ESCALA 1 : 4000

OBSERVAÇÕES

- 1 S^{ta} Casa de Misericórdia
- 2 Mercado Grande
- 3 Capela de S^{ta} Cruz
- 4 Gasômetro
- 5 Matriz de S^{ta} Cruz
- 6 Mercadinho
- 7 Cadeia
- 8 Rink Campineiro
- 9 Igreja do Rosário
- 10 Matriz da Conceição
- 11 Teatro de São Carlos
- 12 Capela de S. Benedito
- 13 Colégio Internacional
- 14 Culto Evangélico
- 15 Colég. Culto à Ciência
- 16 Hosp. Benef. Portuguesa
- 17 Estação
- 18 Cemitérios

A hipótese de Lapa (1996, p. 55) para os códigos é que estes foram sempre efetivados em momentos em que “*supostamente a mudança e a evolução da sociedade exigiam respostas, alterações, correções e novas formas do viver na cidade*”. Sua proposição ganha mais força se apontarmos a irregular periodicidade na

promulgação dos códigos e o fato de que, não raro, cada um deles apenas repetia e legitimava a maior parte das regras anteriormente estabelecidas, modificando-as ou criando novas normas apenas para a demanda específica que lhe justificava uma nova publicação, revelando estreita ligação entre essa legislação e a dinâmica urbana, os modos e costumes dos moradores de Campinas.

Nesse sentido, o Código de Posturas de 1880 nos interessa em especial pois explicita, pela primeira vez, a atenção à estética da cidade. Anteriormente essas preocupações também podiam ser encontradas, ainda que incipientemente,³⁷ mas agora ocupam o primeiro título do código: “*Edificação e aformoseamento*”.

Os primeiros artigos tratam das vias da cidade e permeia-se em seu conteúdo a intenção de alterar a aparência notada na Fig. 10. O código aumenta para quinze metros a largura mínima para a abertura de novas ruas, travessas ou *avenidas* – termo que aparece pela primeira vez na legislação urbanística campineira, denotando já um outro entendimento de sistema viário. O título também autoriza pela primeira vez modificações no reticulado original, pois, apesar de determinar o alinhamento das vias “*com toda regularidade*”, e que praças e largos fossem quadrados, abre a exceção para, “*por necessidade ou por aformoseamento*”, alterar essa forma (Art. 1º).

Em vigor até 1895 – quando foi promulgada a Lei nº. 43 de 27 de agosto de 1895, que o alterou –, o Código de Posturas de 1880 apontava com riqueza de detalhes as tipologias arquitetônicas pretendidas para Campinas e regulamentava, inclusive, os espaços ainda não construídos, estipulando a obrigatoriedade de se fechar terrenos com muros de tijolos, pedra ou qualquer outro material aceito nas “*construções modernas*” (Art. 6º, § 1º). Como se depreende, taipa e pau-a-pique não eram mais bem-vindos.

Especificamente em relação às edificações, o código em princípio autorizava que fossem feitas “*de acordo com o gosto e a arquitetura das construções*

³⁷ Como, por exemplo, na determinação da altura das casas e das medidas de vãos no Código de Posturas de 1858.

modernas” (Art. 8º), no entanto, não deixava de discriminar quais eram as prescrições a serem seguidas para tal. A altura mínima dos imóveis foi estabelecida em: 5,00 m para o primeiro térreo; 4,40 m para o pavimento superior e; 3,60 m para os demais pavimentos. As posturas anteriores, de 1858 e 1865, nas quais se encontram artigos com normas semelhantes, além de apresentarem medidas inferiores a estas – 20 palmos ou 4,40 m para o térreo e 36 palmos ou 7,92 m para os sobrados³⁸ – não regulamentavam construções de mais de dois andares. Conforme apontamos anteriormente, os códigos de posturas eram comumente efetivados em resposta a uma situação já colocada na prática, fato que nos faz inferir, então, que já havia em curso, em 1880, um processo de verticalização da cidade.

Outra informação relevante a se trazer consiste no fato de que todas essas medidas de altura foram estabelecidas, no Código de Posturas de 1880, do nível da rua até o forro do beiral do telhado ou até o começo da platibanda. Apesar de ainda permitidas, as restrições feitas às beiras – que não podiam exceder a um décimo da altura das casas – deixam entrever certa predileção pelo segundo tipo de sistema de cobertura. Assim como a taipa e o pau-a-pique, os extensos telhados, que jogavam para longe da alvenaria as águas pluviais, tão característicos da arquitetura colonial paulista, também não eram mais socialmente aceitos. Aliás, também se tornou obrigatório a partir de então o uso de calhas para receber essas águas pluviais e de encanamentos para levá-las além do calçamento, ao nível do chão.

Embora não seja possível apresentar aqui exemplos, visto que são raros os requerimentos de licença para construir anteriores aos anos 1890 existentes no acervo do Arquivo Municipal de Campinas, há ainda outros aspectos do código que são elucidativos dessa tentativa de padronização estética. As aberturas, por exemplo, também têm suas medidas mínimas estipuladas: 2,25m de altura por 1,25m de largura para as portas e 1,40m de altura por 1,20m de largura para as janelas. Outros elementos comuns na arquitetura colonial, como rótulas, postigos ou balcões voltados para o exterior também foram proibidos, evitando qualquer saliência para a rua, já que

³⁸ Conversão de medidas conforme LAPA, 1996, p. 56.

havia ainda a obrigatoriedade de se construir no alinhamento dos lotes.³⁹ Para os pavimentos superiores, ficavam autorizados sacadas e peitoris das janelas, feitos “*de ferro, mármore ou de qualquer outro metal ou pedra estimados nas construções modernas, mas nunca de rótulas ou grades de madeira*” (Art. 8º, § 4º).

Até mesmo a pintura das edificações foi contemplada pelas normas, que estabeleceram a obrigatoriedade de se pintar ou caiar casas e muros a cada dois ou quatro anos, no caso de, respectivamente, pintura à cal ou pintura a óleo. A única exceção se daria no caso de construções cujas frentes fossem construídas “*de mármore, cantaria, tijolos ou qualquer outro material adotado nas construções modernas*” que dispensasse pintura.

Como se vê, o termo *construções modernas* é recorrente em vários pontos do Código de Posturas de 1880. No entanto, uma situação enfrentada por Campinas no final da década, acabaria por mostrar que essa modernidade era, enfim, mais almejada que propriamente alcançada. Isso porque o desenvolvimento da cidade sofreria uma abrupta ruptura quando em 1889 configurou-se na cidade uma grave epidemia de febre amarela que perdurou até 1897. A crise urbana decorrente, mais do que um problema de saúde pública, apresentou a doença como um problema econômico e de profundas raízes sociais. Ocorrendo durante a transição da monarquia para a república e praticamente um ano após a abolição da escravatura, a febre amarela acometeria Campinas durante o maior fluxo migratório de trabalhadores livres europeus. Sucedeu-se, assim, a uma crise de preços e de mão-de-obra para o café.

O resultado dessa primeira grande crise urbana fez-se sentir uma vez mais no reordenamento da organização e ocupação do espaço, da disciplina da circulação, em novas orientações arquitetônicas e até mesmo nos comportamentos:

[...] as epidemias de febre amarela que se abateram sobre a cidade a partir de 1889 e por toda a década de 90, ou, mais precisamente, em 1890, 1892, 1896 e 1897, serão decisivas, não

³⁹ Pelo Código de Posturas de 1880, nenhum edifício poderia ser construído fora do alinhamento das ruas, exceto dentro dos terrenos murados. Acreditamos que, para esse período, a exceção se refira às chácaras, situadas além do perímetro urbano.

apenas para interromper o seu processo de modernização como dar em resultado políticas públicas de saneamento, higiene e saúde pública, com mudanças permanentes na vida urbana, que afetarão toda a população e implicarão decisivas intervenções cirúrgicas na estrutura e morfologia de Campinas (LAPA, 1996: 259).

A sequência dos surtos desencadeou um processo de reestruturação urbana de Campinas, no qual comparece, através de políticas públicas voltadas para a saúde, um novo parceiro a investir na recuperação da cidade: o Estado. Essa recuperação acarretou uma modificação da paisagem, com a movimentação de terra, a retificação de córregos que costumavam transbordar, a arborização das ruas, a abertura de valas para assentamento de redes de água e esgoto, a drenagem de pântanos e o calçamento de ruas. Lapa (1996) destaca que foi em termos de rede hídrica – retificação, drenagem e canalização – que se constituiu um projeto cuja exequibilidade, racionalidade técnica e econômica e alcance social exigem especial atenção à sua significação para a modernização da cidade no que se refere ao seu melhoramento, expansão, imagem e estética.

Saturnino de Brito, chefe do distrito de Campinas na Comissão Sanitária do Estado, projeta, em 1896, obras de saneamento que incluíam drenagem, reforços na captação de água, formação de novas represas, instalação de caixa de decantação e um complexo de canais de drenagem a céu aberto em cujas margens previa avenidas arborizadas.⁴⁰ Além de representarem significativo avanço sanitário para o município, as intervenções mudaram sua fisionomia, viabilizando a notável expansão que se seguiu, conferindo-lhe uma imagem de higiene, amplidão de espaços e beleza urbana. Pode-se dizer que o projeto do engenheiro Saturnino de Brito, guardadas as especificidades da cidade – os estragos causados pela febre amarela e os esforços em conter e prevenir as epidemias –, estava inserido em um quadro maior, em termos nacionais, que o regime republicano empreendia, alterando as formas urbanas que herdara do Império. Nas palavras de Lapa:

É a identificação da cidade burguesa e o seu melhor aproveitamento e preparo para o futuro. Agora, não mais uma cidade de senhores e escravos, mas de patrões e empregados,

⁴⁰ Sobre o projeto de Saturnino de Brito para Campinas cf. ANDRADE, 1992, v. I, p. 112-116.

que precisavam todos, dentro dos princípios da nova ordem, educar os seus sentidos e exercitar-se para o uso das novas formas de convívio social e doméstico que a cidade passa a oferecer-lhes. À personalidade que ainda vigorava, vinda da Campinas colonial e senhorial, sucedia agora a impessoalidade das relações sociais numa aglomeração urbana que se ampliava e diversificava (Lapa, 1996, p. 48).

A lei que veio substituir o Título 1º – “*Edificação e aformoseamento*” – do Código de Posturas de 1880, promulgada no mesmo período em que Saturnino projeta seu plano de melhoramentos para a cidade, também reflete a nova situação colocada. De início, há que se considerar que a publicação individual – e não mais como parte do conteúdo generalista das posturas – de legislação especificamente voltada à questão da construção civil já é por si só um dado a se apreciar.

A Lei nº. 43, publicada em 27 de agosto de 1895, contava apenas com sete enxutos artigos, visto que já previa que fosse expedido pelo Poder Executivo Municipal um regulamento que estabelecesse “*as condições de higiene, de solidez e aspecto*” e que consolidasse, “*de acordo com as exigências modernas arquitetônicas*”, as disposições “*aproveitáveis e convenientes*” do código de 1880 (Art. 6º). Ainda assim, já deixava entrever, no único artigo que adiantava algumas especificações, o tom das preocupações então em voga, estipulando a obrigatoriedade de dotar as construções de uma área que pudesse “*fornecer luz e ar aos prédios*” (Art. 6º).

A garantia da salubridade das edificações era um objetivo a ser perseguido, mas isso não significou, de modo algum, a inexistência de disposições de ordem estética, como veremos a seguir.

2.1.2. O regulamento da Lei nº. 43: um novo padrão de desenvolvimento urbano para Campinas

Desde o começo da década de 1890 já é possível encontrar na legislação campineira indícios da iniciativa do executivo municipal, recém criado, de disciplinar a construção civil na cidade. Em 30 de junho de 1890 foi promulgada a Resolução nº. 15, pela qual se estabeleceu que todas as plantas de edificações que obtivessem o visto e a aprovação do engenheiro

municipal poderiam ser executadas sem dependência do Conselho da Intendência. O controle centralizado, no entanto, se dava no momento inicial do processo, já que os requerimentos deveriam ser apresentados ao cidadão presidente do Conselho para que este, então, os encaminhasse ao engenheiro.

A resolução foi revogada conjuntamente com a promulgação da Lei nº. 29 de 11 de janeiro de 1894. A nova lei, em seu primeiro artigo, determinava mais claramente a obrigatoriedade da obtenção de licença prévia para a construção de edifícios:

Nenhum prédio poderá ser construído ou reconstruído nos bairros suburbanos e nos do Arraial dos Souzas, Valinhos, Rebouças⁴¹ e outros existentes e que de futuro se formarem, sem que preceda licença do poder executivo municipal, à vista de requerimento do proprietário, empreiteiro da obra ou interessado.

A lei, que sujeitava as novas construções ao padrão legal prescrito pela Câmara – quanto à altura e ao alinhamento dos prédios, dimensões de portas e janelas, etc. (Art. 4º)– não mencionava textualmente, no entanto, a necessidade de apresentação de planta da edificação. Determinava apenas a submissão para análise de um requerimento contendo *“o local do prédio, suas dimensões, dando sucinta descrição dos aposentos”* (Art. 2º).

A primeira legislação a tratar declaradamente da matéria viria apenas dois anos mais tarde, em 22 de setembro de 1896, com a publicação do Regulamento da Lei nº. 43, que, logo em seus primeiros artigos, ao tratar da licença para construir concedida pela Intendência Municipal, determinava os desenhos técnicos a serem apresentados ao requerimento:

Art. 1º. Nenhuma obra de construção ou reconstrução de prédio se fará dentro do perímetro da cidade de Campinas sem prévia licença da Intendência Municipal.

§1 Para as construções e reconstruções fora do perímetro será também solicitada licença da Municipalidade, sem que sejam elas obrigadas ao pagamento de imposto.

⁴¹ Trata-se, respectivamente, do atual subdistrito de Souzas, pertencente à Campinas, e das cidades de Valinhos e Sumaré.

Art. 2º. Para obter a licença de que trata o art. antecedente, o proprietário da obra deve requerê-la (sic) à Municipalidade, juntando ao seu requerimento os seguintes documentos:

Planta completa da obra a fazer-se, compreendendo:

1. Planta de cada pavimento;
2. Elevação geométrica das fachadas principais;
3. Seções longitudinais e transversais suficientes para a inteira compreensão do projeto, e em que se indicará com muito cuidado a colocação das latrinas, encanamento de esgotos, sifões e tubos de ventilação.⁴²
4. Planos completos de quaisquer dependências que tenha a mesma obra.

O regulamento instituiu um processo de análise e aprovação de plantas similar ao que existe ainda hoje na cidade de Campinas e em muitos outros municípios, visto que os planos, assinados pelo proprietário e pelo construtor encarregado da direção técnica das obras⁴³ (Fig. 11 e 12), deviam ser apresentados em duas vias sendo uma delas, depois de aprovado o projeto, mantida na obra durante toda sua execução, para exame do engenheiro da Câmara, a qualquer ocasião.

Quanto às especificações técnicas, aquelas ligadas direta ou indiretamente à salubridade das edificações ganharam destaque logo nos primeiros artigos do regulamento. Uma primeira determinação referia-se à proibição, em imóveis exclusivamente residenciais, de se ocupar mais de dois terços do terreno com a construção, garantindo, assim, uma área destinada a pátio, jardim ou outro local descoberto (Art. 5º, § 1). Apenas os imóveis edificadas em terrenos com fundos de largura inferior a 11m foram dispensados de cumprir tal proporção, mas com a ressalva de que deveriam, porém, *“obedecer às disposições [...] na parte em que se refere a jardim, pátio, etc.”*.

⁴² Isso porque, desde a Lei nº. 26 de 9 de dezembro de 1893, estava proibida, para toda a área urbana servida pela rede de esgotos, a abertura de novas fossas, bem como a manutenção das já existentes, conforme o texto de seu Art. 1º, § único: *“As fossas fixas atualmente existentes serão entulhadas com terra virgem, depois de convenientemente desinfetados os locais contaminados, de acordo com as prescrições da autoridade sanitária municipal”*. Tal medida certamente fazia parte do programa de ações sanitárias então em curso, em função do surto epidêmico de febre amarela.

⁴³ Pelo Regulamento da Lei nº. 43, proprietário e construtor eram solidários durante a construção, cabendo ao primeiro a responsabilidade pelas obras e ao segundo a exequibilidade do projeto e suas condições arquitetônicas (Art. 3º, § 2º).

(Art. 5º, § 2). Ou seja, ainda que com medidas inferiores às desejáveis, as áreas não edificadas passaram a ser sempre obrigatórias para as residências.

Ho. Os. ¹º e 2º. Camofo de Alu. Ten.
Bueno. M. D. Intendente municipal
Campinas.

455
H. 11. 901

As engenhen 1901. 6. 11.

Como refer, pagando os impostos
1901. 7. 11. X. P. de R. de R.

O Alvaro designado empreiteiro de obras
n'esta cidade, tendo de Construir um prédio
a rua Barão de Parnaíba, esquina da de Marechal
Deodoro, e Construir muro no mesmo terreno
na extensão de trinta e quatro metros com comp.
tente portão, Conforme planta inclusa, venho
a prezença de V. E. pedir a devida licença para
as referidas obras e do que espero sua approvaçã
fornecendo estas obras ao proprietário o Sr.
Manoel de Mattos, Assim espero Defferir
Ho.

X Euzébio Carlos Dias

10/01
Campinas 6 de Novembro de 1901
Euzébio Carlos Dias

Campinas, 6 de Novembro 1901

Fig. 11 – Requerimento do “empreiteiro de obras” Euzébio Carlos Dias para construção de um prédio à Rua Barão de Parnaíba, esquina com Rua Marechal Deodoro, e de respectivos muro e portão. Nos termos do Regulamento da Lei nº. 43, a Portaria nº 455 de 04/11/1901, com indicação do proprietário, Sr. Manoel de Mattos e do responsável técnico, visa à obtenção de licença para as referidas obras.

Fig. 12 – O desenho apensado à Portaria nº. 455 de 04/11/1901 também atende às prescrições da época, apresentando planta, elevação das fachadas principais e seção transversal. No canto superior direito, vê-se o despacho do engenheiro municipal: “Aprovada de acordo com o reg. da Lei nº. 43”.

Além da questão da porcentagem de áreas livres, que se convencionou posteriormente chamar de *taxa de ocupação* dos terrenos, o regulamento também determinou as dimensões mínimas dessas áreas de luz e aeração. Os pátios de fundo dos lotes deveriam ser realizados com a largura total entre as paredes divisórias e com uma profundidade mínima de um terço da altura do edifício, sendo dispensada sua existência apenas nos casos em que, além da fachada para a rua, o prédio tivesse outra voltada para uma passagem maior ou igual a 3m (Art. 5º, § 3 e 4).

Três metros, aliás, era a medida mínima estipulada para todos os outros pátios destinados a dar luz e ar aos quartos de habitação, já que, embora o

regulamento determinasse igualmente que seu lado mínimo deveria ser maior ou igual a um terço da altura do prédio, essa medida não podia nunca ser inferior a 3m (Art. 5º, § 5). As áreas destinadas à ventilação de vestíbulos, corredores, banheiros e cozinhas, por sua vez, tinham regulamentação diferenciada, sendo permitida uma largura mínima de 2m (Art. 5º, § 6). Nas Fig. 13 e 14, a seguir, tem-se um exemplo da aplicação exata desses preceitos, em projeto de Albino Riguetto para a construção de dois imóveis geminados na Rua Culto à Ciência.

Na Fig. 13, ao lado, tem-se a planta de Albino Riguetto (Portaria nº. 183 de 13/02/1917), visando à construção de dois imóveis na Rua Culto à Ciência, de propriedade de Aristides Oppermann e Alfredo Fernandes Corrêa. Os prédios apresentam uma organização espacial ainda tradicional, com a circulação feita diretamente pela passagem de um cômodo para outro: sala, dois quartos e varanda dando acesso a cozinha e sanitário. Externamente, corredor lateral e pretório perfazem juntos a área mínima determinada pelo Regulamento da Lei 43/1895 para iluminação dos aposentos. Na Fig. 14, acima, vê-se a composição formal resultante, demonstrando, apesar da distribuição interna ainda tradicional, como vimos, o atendimento aos preceitos estéticos do ecletismo então em voga, questão que discutiremos mais detidamente à frente.

Ainda em relação à aeração e iluminação, o Regulamento da Lei nº. 43 estabeleceu que apenas imóveis não residenciais poderiam ter pátios e áreas cobertos por claraboias (Art. 6º, § 1) – na prática também substituídas por lanternins (Fig. 15, 16 e 17). Para imóveis de uso misto, habitados no andar superior, a abertura deveria ser colocada logo acima do primeiro pavimento, mas, ainda assim, com a obrigatoriedade de que a área dos fundos fosse sempre descoberta (Fig. 18, 19, 20 e 21).

Fig. 15

Fig. 16

Nas Fig. 15 e 16 são apresentados os desenhos técnicos constantes da Portaria nº. 26300 de 06/06/1927. Trata-se de projeto de Antonio Cezar para construção de oficina da Rede Chevrolet, de propriedade de Theodoro Oliva e Irmão, situada à Rua José Paulino, esquina com Rua Cônego Cipião.

No corte da Fig. 15 os lanternins receberam as seguintes anotações: "venezianas" e "caixilhos envidraçados". Na planta da Fig. 16, tem-se as três divisões internas da edificação (de cima para baixo no desenho): depósito, com a anotação "cobertura de vidros"; oficina, com a projeção do lanternim, e; por fim, a loja, cuja fachada se vê, à direita, na elevação voltada para a Rua Cônego Cipião.

Na Fig. 17 vê-se o projeto para aumento da “Casa Alemã”, renomada loja de tecidos e artigos importados, de propriedade de Ataliba e Paulo Florence, situada na Rua Barão de Jaguará. O projeto anexado à Portaria nº. 10034 de 14/08/1922, de autoria de Henrique Fortini e Filho, recebeu a seguinte anotação ao lado do carimbo de aprovação do engenheiro municipal Perseu Leite de Barros: “claraboia idêntica à da loja”.

Fig. 18

Fig. 19

Fig. 18 e 19 - Corte e elevação principal de prédio para farmácia e residência situado à rua 13 de maio, de propriedade de Giorgio Vellutini. O projeto (desenho avulso, sem requerimento) de Raphael Mauro, aprovado em 05/01/1919 atende às prescrições do Regulamento da Lei nº. 43 no tocante à claraboia de edifícios de uso misto, tendo sido colocada logo acima do primeiro pavimento habitado, como é possível ver na porção central do desenho à esquerda, com a anotação “coberta de vidros”.

Fig. 20

Fig. 21

Nas **Fig. 20 e 21** vê-se o projeto de Henrique Fortini (Portaria nº. 3178 de 25/05/1916), outro exemplo de atendimento ao Regulamento da Lei nº. 43 no tocante à iluminação e aeração de edifícios de uso misto por meio de claraboia. No corte da **Fig. 20** é possível identificar a representação da abertura superior, coberta de vidros e na **Fig.**

21 vêem-se as plantas dos pavimentos térreo (comercial) e superior (residencial), esta última com a anotação (em vermelho, na região inferior do desenho) do engenheiro municipal, indicando a localização da claraboia. Ao seu lado, na fachada frontal, a identificação do negócio de propriedade de José Milani: "Importação, Grande Fábrica de Sabão e Sabonetes".

Mas, apesar dos exemplos apresentados, faz-se necessário dizer que, ao analisar todo vasto *corpus* documental reunido para essa pesquisa, é bastante mais comum encontrar requerimentos com projetos em desacordo parcial ou total com os termos da lei do que propriamente com perfeito atendimento aos seus preceitos, como no caso dos protocolados com os quais trabalhamos até aqui. E ao contrário do que se possa imaginar, tais requerimentos obtiveram igualmente aprovação. Alguns dos projetos de nossos licenciados, que selecionamos previamente e apresentaremos na sequência, são elucidativos do cumprimento da legislação edilícia em vigor ou, no caminho contrário, de como se dava uma espécie de *burla consentida* às normas precocemente consideradas ultrapassadas.

Isso porque em 1902, apenas seis anos depois de publicado o Regulamento da Lei nº. 43, aparecem em um relatório da Intendência referente ao triênio 1899-1901 as primeiras críticas à *extravagante* legislação campineira:

Há necessidade de um código novo, consolidação de toda a legislação municipal extravagante, que já é enorme. Em 1896 a proposta da consolidação de leis municipais já foi feita e em 1889 votou-se uma resolução para o mesmo fim, que precisa ser executada. Não há Câmara Municipal do interior do Estado que não tenha seu Código de Posturas. Campinas não deve ficar em posição inferior, quando devia caminhar na dianteira, tendo uma legislação modelo. Nossos esforços para conseguir um Código de Posturas foram infrutíferos, não tendo apresentado o prometido trabalho, que dele se encarregou (CAMPINAS, 1902, p. 39).

No relatório de 1908, da já não mais Intendência, e sim Prefeitura Municipal de Campinas, a questão aparece novamente, sob o título “*Lei de construções*”: “O dr. Engenheiro está elaborando um projeto de regulamento para as construções, à vista das deficiências e das contradições existentes na lei 43 e seu regulamento” (Campinas, 1908, p. 11). O engenheiro a que se refere o trecho era Bruno Simões Magro, que, outra vez chefe da Repartição de Obras em fins dos anos 1910, relembra o fato, adicionando novas ponderações:

A construção civil em Campinas obedece ainda ao padrão da lei nº. 43.

Para acabar com os inconvenientes das deficiências e das contradições existentes no regulamento dessa lei, já fiz há tempos um projeto de lei de construções.

Atualmente está em estudos o código de posturas organizado pelo operoso e distinto vereador Justo Pereira da Silva, e cujos capítulos relativos à construção merece especial exame. A discussão deve ser orientada no sentido de procurar artigos de leis *mais claros e mais liberais que os atuais*, visando, a par de higiene pública, à maior economia da construção. É aconselhável que a adoção de medidas que visem o aproveitamento dos terrenos de reduzida área, para o que terá de adotar o porão habitável e a redução do pé direito atual. (Grifo nosso. CAMPINAS, 1919, p. 37).

Além dos projetos de Bruno Simões Magro e Justo Pereira, outro, de João de Góes Manso Sayão Filho, foi elaborado em 1921, também durante sua permanência à frente da Repartição de Obras. Conforme o relatório da Prefeitura Municipal, relativo aos trabalhos realizados naquele ano, o engenheiro, de acordo com o que lhe havia sido pedido, procedeu aos estudos dos projetos anteriores, respondendo aos quesitos propostos nos seguintes termos:

No meu modesto parecer, aponte as pequenas incompatibilidades contidas nos projetos, com as vigentes leis municipais e sanitárias do Estado e algumas modificações que o progresso atual requereria fossem feitas. Infelizmente a questão não teve prosseguimento; caiu novamente no olvido.

Somente em 1934, com a promulgação do Decreto nº. 76 de 16 de março, que instituiu o novo Código de Obras campineiro, é que, na verdade, a questão teria enfim prosseguimento. A nova e detalhada legislação, com dois livros – *Das vias públicas, arruamentos, etc.* e *Das construções particulares* –, dois apêndices – um no qual se estabeleceu o perímetro da cidade e sua divisão em quatro zonas e outro com um glossário dos termos utilizados –, e 449 artigos (CAMPINAS, 1935), teve como repercussão imediata a solução de questões há muito colocadas, surgidas ao longo dos quase quarenta anos em que o Regulamento da Lei nº. 43 esteve em vigor.

Até então, como sugerimos anteriormente, alguns dos padrões edílios a serem seguidos estiveram sujeitos, mais que à letra da lei, às determinações dos chefes da Repartição de Obras, que ocasionalmente deliberavam, por conta, a adoção de outros modelos, capazes de atender a novas e pontuais demandas surgidas.

A observação feita pelo engenheiro Bruno Simões Magro, por exemplo, sobre a necessidade de se permitir um melhor aproveitamento dos terrenos pequenos⁴⁴ – com a adoção de porão habitável e a redução de pé direito – parece não ter sido uma preocupação exclusivamente sua, tanto que, mesmo para períodos anteriores à recomendação, encontramos na documentação casos de aprovações aparentemente irregulares, claramente contrárias às exigências do Regulamento da Lei nº. 43, que desde 1896 estabeleceria as seguintes disposições para o assunto:

Art. 8º. - A altura dos edifícios e seus diferentes pavimentos, bem como as dimensões exteriores das portas e janelas, que se abrirem, serão reguladas pelo padrão seguinte:

Para o 1º. pavimento 5,00

“ o 2º. pavimento 4,50

“ o 3º. pavimento 4,50.

A comparação entre as Fig. 22 e 23 permite reforçar uma vez mais a ideia de que, apesar da força de lei, o Regulamento da Lei nº. 43 foi assumido, na prática, como uma espécie de recomendação, variável em função das circunstâncias, dos critérios – muitas vezes subjetivos – do engenheiro responsável pela Repartição de Obras e, porque não aventar, da inserção e influência do projetista responsável. Não sabemos quais das hipóteses justificam o tratamento diferenciado dado à mesma irregularidade presente nos dois requerimentos – pé-direito inferior ao permitido. No entanto, mais que isso, o que importa saber, nesse caso, é que a situação reflete o momento de ajustes então em curso e o processo que culminaria na criação do novo Código de Obras.

⁴⁴ No discurso do engenheiro Bruno Simões Magro, de melhor “*aproveitamento dos terrenos*”, deve-se entender que havia também, um claro estímulo ao crescimento urbano. Essa intenção de incrementar o crescimento da cidade fica ainda mais clara se observarmos a Lei nº. 163 de 27 de setembro de 1912, válida por dois anos, posteriormente renovada pela Lei nº. 198 de 2 de janeiro de 1914. Ambas concediam isenção dos emolumentos para construção e dos impostos predial e de viação por cinco anos para prédios de dois ou mais andares edificadas ou reconstruídos. A lei de 1912 determinava como áreas de abrangência a Rua Barão de Jaguará e as praças Bento Quirino, José Bonifácio e Visconde de Indaiatuba. A lei de 1914 ampliou os favores para todo o perímetro urbano (CAMPINAS, 1915a).

Vemos na Fig. 22, presente na Portaria nº. 1098 de 22/09/1917, projeto de Ercole Bonetti para a construção de residência em terreno sito à Rua Dr. Quirino, “no canto da Rua Marechal Deodoro”. Em vermelho, vêm-se as anotações do engenheiro municipal. Todas elas relacionam-se à remodelação do projeto em virtude da adequação ao real alinhamento da rua. Em relação às alturas, nada foi pontuado, mesmo com a presença de porão com 1,85 m de altura, cuja porta visível no corte dá indícios de sua utilização como espaço útil, ou da altura do pavimento térreo, com 4,05 m de altura e, portanto, 90 centímetros inferior ao permitido. (A imagem foi girada 90° à esquerda em relação à prancha original, para garantir a legibilidade dos desenhos neste formato de impressão).

Na Fig. 23, apresenta-se a prancha constante da Portaria nº. 1107 de 24/09/1917, cuja tramitação se deu concomitantemente à do protocolo da figura anterior, sendo submetido à apreciação do mesmo engenheiro. O projeto para a Rua Culto à Ciência, de autoria de Albino Righetto, também continha irregularidades se observadas as disposições do Regulamento da Lei nº. 43, pois a altura mínima da edificação, observada no corte, seria de 4m. O desenho de Righetto, no entanto, teve uma análise mais rigorosa e sua aprovação foi condicionada ao atendimento da seguinte observação (em vermelho, ao lado do carimbo): "O porão na sua menor altura deverá ter 0,70m do cimentado ao soalho. Da cimalha ao passeio no ponto mais baixo do prédio deverá ter 5,00m. Na sala e nos dois quartos é necessário dar as aberturas suficientes para luz e ar".

Até então, o que se viu foi o paulatino distanciamento das recomendações do antigo Regulamento e, em alguns casos, como veremos a seguir, a alteração de artigos pela publicação de novas leis, sem que fosse realizada a necessária consolidação da legislação edilícia. Fato é que, ao analisar os processos relativos a construções e reformas tramitados a partir do final da década de 1910 passamos a encontrar cada vez menos reprovações ou aprovações parciais dos projetos em função de alturas reduzidas ou, por exemplo, áreas livres também diminutas em relação ao padrão estipulado.

A primeira dessas questões a ser regulamentada foi a autorização para o emprego de porões habitáveis. A Lei nº. 223 de 22 de dezembro de 1917, que determinava a altura dos porões em prédios da cidade, estipulou que esses, quando destinados à habitação e serventias domésticas, excetuando-se dormitórios (Art. 1º, alínea b), deveriam ter o mínimo de 2,50m (Fig. 24).

Vemos na **Fig. 24** um exemplo da aplicação dos princípios de otimização dos terrenos de pequenas dimensões defendidos pelo eng^o. Bruno Simões Magro. O terreno de 6,50m de frente, sito à Rua Culto à Ciência, 537, foi o suficiente para que Raphael Mauro propusesse a construção de um “palacete” (como aponta a legenda da prancha), que, apesar das compactas dimensões, atendia na fachada aos preceitos estéticos do ecletismo então em voga, resultando numa composição de certa estranheza, pela inadequação de proporções. O pé-direito dos três pavimentos era de, respectivamente, a partir do térreo: 3,30m; 3,70m; e 3,50m. As alturas mínimas permitidas pelo Regulamento da Lei nº. 43 eram: 5m; 4,50m e 4m. O pavimento térreo pode ser entendido como um porão alto habitável, permitido a partir de dezembro de 1917 com altura mínima de 2,50m, visto que abrigava escritório, hall, salas de jantar e de visitas, mas não dormitórios. Os demais pavimentos, no entanto, tinham pé-direito irregular, mas, ainda assim, o requerimento constante da Portaria nº. 22087 de 09/04/1926 foi aprovado sem ressalvas.

Nos anos seguintes, outras modificações relativas à altura das edificações foram feitas na legislação. Em 1919, por meio da Lei nº. 245 de 14 de junho de 1919, foi reduzido para 3,50m o pé-direito mínimo (Art. 1º). Havia ainda, nesse momento, uma restrição: esse padrão somente poderia ser aplicado na construção de “casas econômicas” fora do perímetro central de Campinas (Art. 2º). No ano seguinte a restrição foi deposta com a promulgação da Lei nº. 257 de 21 de setembro de 1920, que estendeu a todo o perímetro da cidade a redução, para as construções de “estilo arquitetônico” (Art. 1º) recuadas do

alinhamento 2 metro e 50, em mínimo, desde que não se destinassem a comércio e indústria” (Fig. 25).

A Fig. 25 apresenta um caso de edificação de “estilo arquitetônico”, conforme a Lei nº. 257 de 1920. O projeto de Affonso Massarotto (Portaria nº. 21853 de 16/03/1926) para terreno à Rua Irmã Serafina, 242 atendia aos requisitos da legislação: imóvel residencial recuado 2,50m da frente do lote e pé-direito de 3,50m.

Por outro lado, alguns itens presentes no Regulamento da Lei nº. 43 continuaram a ser observados na apreciação dos projetos, durante todo o tempo em que esteve em vigor, caso das dimensões mínimas dos cômodos,⁴⁵ das superfícies de aeração,⁴⁶ da proibição de telhados com beiral aparente (Art. 9º) e da obrigatoriedade de calçamento das áreas do terreno não destinadas a jardim ou horta com ladrilhos ou cimentado (Art. 6º, §2). Para além da questão de salubridade, nota-se, uma vez mais que se mantinha fundamental a preocupação com a estética da cidade que se pretendia construir (Fig. 26)

⁴⁵ A área livre mínima dos aposentos era de 7m², excetuando-se banheiros, dispensas e passagens (Art. 11).

⁴⁶ As superfícies de aeração não poderiam ser inferiores a 1/5 da área do compartimento a arejar e iluminar. Em geral, a seguinte prescrição deveria ser observada para as janelas: 2,20m de altura x 1,10m de largura, sem contar ombreiras, vigas e peitoris, acompanhando o nível da verga das portas (Art. 9º e 10).

Na Fig. 26 vemos um exemplo de como a composição estilística da edificação também era analisada pelos engenheiros da Repartição de Obras, preocupados com o *aformoseamento* da cidade. Trata-se da Portaria nº. 2371 de 05/08/1918 de Di Filippis e Cia. para reconstrução de dois imóveis situados à Rua Ferreira Penteado, 85 e 93. Os imóveis, de época anterior à autorização para redução de pé-direito, foram projetados com 4m de altura, mas apesar de 1m mais baixos que o mínimo permitido, foram aprovados. A única observação registrada pelo engenheiro diz respeito justamente à decoração: “*Deve modificar a ornamentação deste coroamento de acordo com o engenheiro municipal*”. A inespecificidade da recomendação aliada ao fato de que não encontramos na documentação nenhuma indicação expressa sobre o tipo de decoração das fachadas nos faz refletir uma vez mais sobre a personalização dos chefes da Repartição de Obras na apreciação e aprovação de projetos.

Do início dos anos 1920 até a publicação do Código de Obras de 1934, esse foi o panorama dominante. Ainda que sob a égide do Regulamento da Lei nº. 43, as construções na cidade tiveram que conviver com determinações outras, algumas oficiais e outras para as quais não encontramos respaldo na legislação.

Outra questão a se considerar relaciona-se ao fato de que os campos do projeto de edificações e do urbanismo, ainda não eram autônomos e por isso, não raro, encontramos em meio à legislação edilícia indicações norteadoras do desenvolvimento pretendido para Campinas naquele momento. Mencionamos anteriormente as Leis nº. 163 de 27 de setembro de 1912 e nº. 198 de 2 de janeiro de 1914, que concederam isenção de emolumentos e de impostos predial e de viação para prédios de dois ou

mais andares edificados ou reconstruídos, mas foi em 1927 que um passo decisivo foi dado visando à verticalização: a Lei nº. 401 de 26 de fevereiro instituiu a obrigatoriedade de se construir edificações com no mínimo dois pavimentos nos principais eixos do Centro da cidade (Art. 1º).⁴⁷

A passagem dos anos 1920 para 1930 marcou o início de ações mais específicas para esses dois campos disciplinares, inaugurando um novo momento no desenvolvimento urbano campineiro que culminaria, de um lado, na promulgação do Código de Obras em 1934 e, de outro, na elaboração do Plano de Melhoramentos Urbanos, também iniciado em 1934.⁴⁸ Não iremos aqui analisar tais instrumentos, pois nossa intenção foi justamente a de trazer à tona o período inicial dessa transformação dos modos de morar ou, como dizíamos no início deste trabalho, desse processo de *reinvenção* da cidade.

⁴⁷ A saber: Rua Barão de Jaguará entre Bernardino de Campos e Ferreira Penteado; Rua 13 de maio; Rua Francisco Glicério entre General Osório e Dr. Costa Aguiar; Rua Conceição entre Francisco Glicério e Dr. Quirino; Rua Dr. Costa Aguiar entre a Praça José Bonifácio e a Rua José de Alencar; Praças Bento Quirino, Antonio Pompeo, Visconde de Indaiatuba e Mal Floriano Peixoto (Art. 1º).

⁴⁸ Sobre o assunto, cf. BARARÓ (1986) e DEZAN (2007).

2.2 A produção da cidade cotidiana pelos arquitetos licenciados: novas tipologias e arranjos compositivos

Como vimos, ainda que indiretamente, no item anterior deste capítulo, a análise da obra dos *arquitetos licenciados* permite entrever a transformação pela qual passariam os modos de morar entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX. Nosso objetivo ao elencar os projetos reproduzidos foi o de apresentar casos exemplares das alterações então em curso na legislação urbanística campineira, bem como da situação ainda incerta durante sua implantação. Mesmo assim, por meio de tais exemplos, já foi possível averiguar que, do ponto de vista das tipologias e do programa das edificações, uma completa reformulação se encontrava em andamento.

Em seu livro *Quadro da Arquitetura no Brasil*, Nestor Goulart procura discutir as dificuldades do emprego de uma interpretação puramente formal para a explicação da transformação da arquitetura brasileira (REIS FILHO, 1970 p. 10), e nos dá as orientações preliminares sobre uma possível classificação para essas edificações.

Um dos primeiros grupos que conseguimos identificar reúne residências de porão alto, que o autor assim identifica:

Um novo tipo de residência, a casa de porão alto, ainda “de frente da rua”, representava uma transição entre os velhos sobrados e as casas térreas. [...] a nova fórmula de implantação permitia aproximar as residências da rua, sem os defeitos das térreas, graças aos porões mais ou menos elevados, cuja presença era muitas vezes denunciada pela existência de óculos ou seteiras com gradis de ferro, sob as janelas dos salões. Nesse caso, para solucionar o problema do desnível entre o piso da habitação e o plano do passeio, surgia uma pequena escada, em seguida à porta de entrada (REIS FILHO, 1970, p. 40).

De fato, em Campinas, esse modelo, utilizado já desde a segunda metade do século XIX, seria ainda grandemente utilizado durante as primeiras décadas do século XX, ora “escondendo” uma divisão espacial ainda tradicional (Fig. 27 e 28), ora incorporando as novas recomendações dos Códigos de Posturas. E, ao contrário do que possa parecer, tal tipologia não foi superada por outras, mas sim conviveu pacificamente com aquelas mais *modernas*, que viriam a aparecer.

Fig. 27

Fig. 28

Na Fig. 27 vê-se projeto de Antonio Cezar (Portaria nº. 1313 de 25/06/1913) para lote sito à Rua Regente Feijó, 176 e na Fig. 28, projeto de De Filippis para a Rua II de agosto, sn (Portaria nº. 4643 de 07-01-1920). Em ambos os casos, a divisão espacial das edificações segue um antigo partido, com cômodos comunicantes entre si, apesar da existência de um corredor de circulação e da diferença de quase uma década entre as duas solicitações para construção. Os projetos são exemplares de como uma avaliação meramente formal da fachada pode levar ao equívoco de creditar à cidade um novo padrão arquitetônico para as moradias ainda bastante incipiente.

As alterações introduzidas, no âmbito formal, inicialmente, e gradativamente na organização espacial das edificações, aconteceriam, como se sabe, sob o signo do ecletismo, que também envolveria nossos *arquitetos licenciados*, pois, como esclarece Annateresa Fabris, também seria

[...] percorrido por um veio vernáculo, que lança mão de um repertório aprendido em catálogos, em revistas, em manuais, em cartões postais, baseado na lembrança ou nas técnicas artesanais ensinadas nas Escolas de Artes e Ofícios. Os novos meios de divulgação, o surgimento de uma sociedade de massa, a expansão das ideias liberais impõem à arquitetura outras tarefas que não as tradicionais, denotando que uma mesma concepção de status informava todas as classes sociais e não apenas as mais abastadas.

[...] Trata-se de uma questão claramente explicitada pelo contexto brasileiro. A função de representação conferida à arquitetura não diz respeito apenas às tipologias burguesas. Mesmo as camadas menos abastadas, que não podem se pautar pela monumentalidade, optam, entretanto, pelo ornamento, qualificando as fachadas de suas habitações com detalhes decorativos (FABRIS, 1993, p. 138).

Tendo em conta tais considerações, não deve causar estranheza o fato de que em 1912, um ano antes do projeto de Antonio Cezar apresentado na Fig. 27, Raphael Mauro tenha solicitado autorização para construção do seguinte imóvel:

Fig. 29 – Projeto de Raphael Mauro para a Rua Culto à Ciência, 56 (Portaria^o. 279 de 30/05/1912).

Isso porque, além de apresentar uma divisão mais complexa que os exemplos anteriores, com maior compartimentação de cômodos e distribuição por meio de corredor central, a fachada idealizada por Raphael Mauro apresenta clara opção por elementos *art nouveau*, com rico trabalho de serralheria. Tal opção estilística se repetiria no projeto de outros *licenciados*, nem sempre acompanhados da transformação espacial mencionada (Fig. 30).

Na **Fig. 30** vê-se projeto de Affonso Massaroto para a Rua Irmã Serafina, s/n (Portaria nº. 2280 de 05/05/1915). A fachada, ainda que simplificada em relação ao exemplo da **Fig. 29**, também mostra ornamentos *art nouveau*. Por outro lado, seu interior tem organização mais simplificada e sem hierarquização dos espaços. Ainda assim, há uma diferença em relação, por exemplo, aos projetos apresentados nas **Fig. 27 e 28**, pois há novo padrão de ocupação do lote, com a introdução de recuo em uma das laterais.

De fato, uma das primeiras alterações notadas no âmbito da implantação das edificações foi a liberação da construção em relação aos limites do lote, ao menos de um dos lados, recuando-a por meio de corredor. Na frente do imóvel, no entanto, ainda se conservaria o alinhamento sobre o limite com o passeio público. Nas residências maiores, esse recuo frequentemente deu lugar a um novo elemento, o jardim, oferecendo novas possibilidades de iluminação e aeração às edificações. Nas menores, como nos exemplos anteriormente apresentados, a entrada lateral, geralmente descoberta, era

marcada ao menos por portão e escadas de ferro, material que começa a ser largamente empregado.⁴⁹ Internamente, corredor ou poços de iluminação garantiam luz e ar aos quartos, acabando de vez com as alcovas, proibidas pelas novas Posturas (Fig. 31).

A Fig. 31 mostra projeto de 1924 do arquiteto licenciado Ercole Bonetti para imóvel à Rua Ferreira Penteado, 940 (Portaria nº. 16302 de 17/07/1924). A planta apresentada é muito comum nesse novo tipo de configuração das moradias, contemplando, em sequência, após a entrada, sala de visitas, sala de estar e jantar, área para iluminação/ventilação, dormitórios, cozinha e banheiro. Em vermelho, consta a indicação da ligação ao ramal de esgoto, sinalizando a preexistência de infraestrutura sanitária.

⁴⁹ Em relação aos novos materiais empregados, Nestor Goulart lembra ainda que as facilidades para obtenção de calhas, condutores e manilhas foi fundamental para o controle das águas pluviais e para resolver os problemas de telhados mais complexos, decorrentes das novas plantas (REIS FILHO, 1970, p. 47-48).

Após a introdução dessas primeiras alterações, paulatinamente outras foram sendo incorporadas, modificando os programas de uso das edificações mas, sobretudo, propondo novos arranjos compositivos e novas formas de diálogo com o lote urbano e, enfim, com a configuração da cidade. As residências de maior porte liberam-se do simples modelo de ampliação daquelas mais modestas e uma vasta gama de tipologias passa a ser vista ao analisarmos os projetos de nossos *construtores licenciados*.

Após o primeiro isolamento lateral em relação ao lote, os imóveis ganham outros (Fig. 32 a 34), até, em novas áreas ou regiões um pouco mais afastadas do Centro tradicional, se isolar por completo, numa espécie de fusão entre as antigas tipologias das chácaras e dos sobrados urbanos (Fig. 35 e 36).⁵⁰

Fig. 32 - Projeto de 1920 de Antonio Cezar, para lote sito à Rua Culto à Ciência, sn (Portaria nº. 6315 de 18/11/1920). Apesar da tipologia tradicional das residências de porão alto, conta com afastamento lateral e frontal, ajardinamento, e planta que já incorpora padrão mais contemporâneo para o período, com clara circulação e divisão entre lazer, estar e serviços.

⁵⁰ Sobre o assunto, cf. REIS FILHO, 1970, p. 48-56.

Fig. 33 – Projeto de prédio à Avenida General Osório, 1864, de Raphael Mauro, em 1927 (Portaria nº. 25533 de 14/03/1927). Nesse caso, a edificação térrea, sem porão alto, mas também elevada do nível do terreno, conta com os mesmos atributos do exemplo anterior no tocante à implantação e divisão espacial mas diferencia-se daquele imóvel por sua fachada, assemelhando-se mais da tipologia dos bangalôs.

Fig. 34 – O projeto de Afonso Massaroto para imóvel à Rua Luzitana, 731 (Portaria nº. 25657 de 25/03/1927), assim como o exemplo da figura anterior, vincula-se à tipologia dos bangalôs, com suas marcantes varandas. Aqui, no entanto, o tipo aparece em versão com dois pavimentos, propiciando total isolamento entre as áreas de estar e serviços e a área íntima dos dormitórios, resguardada no pavimento superior. A introdução de residências como essas registra, além de inovações estilísticas, um novo modo urbano de morar, representando o “progresso” e a estabilidade econômica das novas camadas enriquecidas da cidade de Campinas, não mais vinculadas às fortunas do café.

Fig. 35

Fig. 36

Similares ao projeto do bangalô de Affonso Massaroto (Fig. 34), os exemplos das Fig. 35 e 36 foram idealizados em 1924 respectivamente por Miguel de Filippis para a Av. Moraes Salles, s/n (Portaria nº. 16157 de 26/06/1924) e Ercole Bonetti para a Av. Francisco Glicério, 762 (Portaria nº. 14773 de 01/01/1924). Apesar de terem sido construídos três anos antes daquele imóvel, estes tem como diferencial o fato de se apresentarem totalmente isolados dos limites do lote. Uma hipótese para isso consiste no fato de que, nesses casos, se localizam em vias mais largas e terrenos de grandes dimensões (o lote da Av. Francisco Glicério, por exemplo, tem 20 metros de frente e área de 1100m²).

Os exemplares de imóveis aqui apresentados são elucidativos de como os *construtores licenciados* construíram todo tipo de residência – inclusive aquelas de alto padrão e em regiões valorizadas da cidade, como o nascente bairro Cambuí (Fig. 38) – e não só casas seriadas ou de pequeno porte, como comumente se acredita. Há que se considerar, no entanto, que esse quadro pode ter sido uma especificidade da cidade de Campinas – ou outras do interior –, onde a oferta de profissionais diplomados não era tão grande como na capital paulista. Se aqui licenciados atuaram no Centro mais tradicional da cidade, tendo grande parcela de responsabilidade por sua completa remodelação, em São Paulo tiveram ação restrita às áreas perimetrais ao Centro, não atuando nas ruas internas ao chamado “Triângulo Central”.⁵¹

Fig. 38

Fig. 39 (detalhe)

As Fig. 37 e 38 mostram projeto de 1929 de Ercole Bonetti para Av. Julio de Mesquita, sn (Portaria nº. 33866 de 02/06/1929). O exemplo é emblemático de como os *arquitetos licenciados* se envolveram com todo tipo de residência, inclusive os edifícios neocoloniais do nascente bairro Cambuí, para onde se deslocou a elite campineira ao deixar o Centro da cidade.

⁵¹ Em consulta à dissertação de Lindener Pareto, que trabalhou com os *licenciados* atuantes na capital paulista, não localizamos exemplos de imóveis situados propriamente no Centro de São Paulo, mas sim nos seguintes bairros: Bela Vista; Brás; Campos Elíseos; Consolação; Lapa; Luz; Pari; República; Santa Cecília; Santa Ifigênia; Vila Mariana; e Vila Matilde (PARETO, 2011).

Cabe ainda mencionar que, além das tipologias discutidas até aqui, no período abordado por esta tese os *arquitetos licenciados* também foram os responsáveis por edificações voltadas a outros usos que não o residencial, como demonstraremos por meio das Figuras 39 a 54. Na consulta à documentação do Arquivo Municipal de Campinas, dos 820 processos analisados – por conterem plantas, cortes e elevações – encontramos a seguinte proporção:

Uso da edificação	Número de processos (1892-1929)
Residencial	330
Misto (residencial e comercial/serviços)	60
Comercial e serviços	44
Garagens	43
Fabril (galpões, fábricas e oficinas)	31
Hospitalar	13
Escolar	9
Religioso	8
Cultural (Teatros, cines e clubes)	6

Quadro 4 – Número de requerimentos protocolados junto à Prefeitura Municipal entre os anos de 1892 e 1929, por tipo de usos do imóvel. Foram excluídos da tabulação 276 requerimentos com plantas muito simplificadas, comumente de reformas, cujo desenho não permitiu identificar a finalidade da edificação a construir ou reformar.

Fig. 39 – Projeto de Euzébio Carlos Dias (Portaria nº. 1350 de 10/12/1917) para lote situado à Rua José Paulino, s/n, no quarteirão situado entre a Av. General Osório e a Rua Bernardino de Campos, de propriedade de Judith Oliveira da Fonseca. Trata-se de dois armazéns geminados, com telhado compartilhado, compostos por amplo salão, pequena área para depósito e sanitário. Como esse, foram localizados numerosos outros projetos, com desenho simplificado e detalhamento apenas na ornamentação das fachadas.

Fig. 40

Fig. 41

Na **Fig. 40**, diferentemente da figura anterior, temos um projeto bastante mais complexo, para prédio de escritórios na Rua Conceição, 63, esquina com a Rua Barão de Jaguará. Idealizado por Ercole Bonetti em 1927 (Portaria nº. 27755 de 31/10/1927), o projeto, cuja fachada estava em consonância com edifícios congêneres paulistanos, previa salão único no térreo e 8 salas para escritórios, sendo quatro na sobreloja e quatro no andar superior. Todos os pavimentos contavam com sanitários e amplo hall de circulação onde se situavam as escadas. Como vemos na **Fig. 41**, o edifício remanesce até os dias de hoje e foi tombado pelo Condepacc (Processo nº. 07/2007). É possível perceber, no entanto, que o coroamento previsto para a cobertura do trecho circular do edifício, na esquina das ruas Conceição e Barão de Jaguará, não foi executado.

Fig. 42 - Projeto de Affonso Massarotto de 1926 para barracão da Cervejaria Columbia, situada na Avenida Andrade Neves, entre a Rua Lidgerwood e a Av. General Osório (Portaria nº. 21900 de 19/04/1926). Como se vê, além de consonância com as correntes estéticas então em uso para a ornamentação das fachadas, observada mais facilmente nos edifícios residenciais, os *construtores licenciados* tinham o necessário apuro técnico para a realização de projetos industriais, dominando a racionalidade de estruturas como a apresentada nesse exemplo.

A Fig. 43 apresenta projeto de Lima Gouvêa de 1923 (Portaria nº. 14172 de 26/11/1923) para uma Igreja Presbiteriana à Rua Bernardino de Campos. Localizamos também outros templos projetados por *licenciados*, como a Igreja da Associação Evangélica Alemã na Rua Álvares Machado, de Affonso Massarotto (Portaria nº. 7947 de 12/08/1921). Além disso, atuaram nas reformas de tradicionais igrejas da cidade, caso da capela Santa Cruz, ampliada por Miguel Di Filippis em 1929 (Portaria nº. 34835 de 22/10/1929) e das igrejas do Rosário (Portaria nº. 5908 de 12/09/1920) e São Benedito (Portaria nº. 6496 de 16/09/1929), que tiveram intervenções sob responsabilidade de Henrique Fortini.

Fig. 44

Fig. 45

Fig. 44 e 45 - Projeto de Antonio Cezar para o Cinema República (Portaria nº. 19307 de 23/06/1925) na Rua Costa Aguiar, esquina com Avenida Francisco Glicério, no Largo da Catedral. Cines também fizeram parte do rol de tipologias projetadas pelos licenciados. Além desse projeto, também localizamos três reformas do Cine Rink, feitas pelo próprio Antonio Cezar (1917) e por Henrique Fortini (1916, 1917) e uma do Colyseu Campineiro, feita por Ercole Bonetti em 1917. Este último, inaugurado em 1905, entre as ruas Ferreira Penteado e Antônio Cesarino, foi palco de apresentações de toureiros até que passou a funcionar como cinema. A reforma de Bonetti possivelmente faz parte do contexto de adequações necessárias a essa adaptação.

A **Fig. 46** apresenta projeto de 1916 de Henrique Fortini para a fachada da Creche Bento Quirino, situada à Rua Cônego Cipião, 802 (Portaria n°. 2991 de 03/03/1916). Inaugurada naquele mesmo ano, a creche é considerada a mais antiga entidade assistencial de Campinas e foi construída em terreno doado pela Câmara Municipal na área do antigo Cemitério dos Cativos, ao lado da Igreja São Benedito. O imóvel foi tombado pelo Condepacc em 1994 (Processo n°. 09/1991) mas em consulta ao estudo realizado para tombamento foi possível averiguar uma vez mais a recorrente desinformação que existe em relação à atuação dos arquitetos licenciados. A única menção à responsabilidade técnica do projeto se dá no seguinte trecho: “A execução da obra foi confiada ao Engenheiro Fortini, sendo inaugurada em 02/02/1916 à Rua Cônego Cipião n°. 802 e já contando, por esta época com a direção interna das Irmãs Franciscanas do Coração de maio” (CONSELHO, 1991b, p. 14). Grifo nosso. A informação incorreta aparece também em uma das justificativas para tombamento apontadas no parecer do Conselheiro Jônio Ribeiro Nogueira: “4 – seu passado histórico, posto que foi fundada e mantida por eminentes figuras de Campinas, Dom Nery, Bento Quirino, Eng°. Fortini, Bispo Franciscio de Campos Barreto, etc.” (Idem, p. 57). Ao que parece, no entanto, o Conselheiro sequer sabia de quem se tratava, apenas reproduziu a informação das páginas anteriores do processo.

Fig. 47 – Fachada atual da Creche bento Quirino, que se mantém ativa até os dias de hoje prestando serviços sócio-educativos para crianças e adolescentes.

Os projetos selecionados e aqui apresentados são uma pequena amostra da citada diversidade dos tipos de construção efetivados pelos *arquitetos licenciados* e da qualidade técnica e formal por eles alcançada nas três primeiras décadas do século XX. São projetos que, desde as casas mais modestas até as construções mais complexas (igrejas, hospitais etc.) mostram o conhecimento e o domínio dos códigos de composição arquitetônica em voga no período. O senso de proporção, de escala, de implantação, vai além de uma interpretação literal do código de obra. São edifícios equilibrados na composição como um todo e na articulação de suas várias partes, dos elementos que dão ritmos à edificação, como pilastras e cornijas, envasaduras, mas também no uso adequado dos ornamentos, fossem eles filiados à linguagem do classicismo, art nouveau, neocolonial, etc.

Como sugerimos desde o início deste trabalho, apesar disso e da permanência material de muitas dessas edificações em regiões hoje centrais da cidade de Campinas, tanto *licenciados* quanto suas obras continuam entregues ao anonimato.

No próximo capítulo, discutiremos tais questões à luz do campo disciplinar do patrimônio cultural, cujas políticas públicas, instituídas no município de Campinas em fins dos anos 1980, ainda continuam, na maior parte dos casos, privilegiando os mesmos palacetes e edifícios institucionais, sempre associados a grifes como a de Ramos de Azevedo.

Apenas para encerrar e ilustrar esse desdobramento da pesquisa, ao qual nos dedicaremos na sequência, apresentamos, nas Figuras 50 a 56, uma série de imóveis projetados e construídos por Antonio Cezar e Henrique Fortini, dois de nossos *arquitetos licenciados*, a partir do início da década de 1920, para atividades de apoio – velório, lavanderia, garagem e diversas residências para médicos – necessárias ao funcionamento do então Circolo Italiani Uniti, atual Hospital Casa de Saúde de Campinas (Fig. 48 e 49).

Fig. 48 e 49 – Fachada frontal do antigo hospital Circolo Italiani Uniti, atual Casa de saúde de Campinas. Projeto de Ramos de Azevedo, o edifício foi tombado pelo Condepacc em 1997 (CONSELHO, 1991a).

Fig. 50

Fig. 51

Nas Fig. 50 e 51 vemos o projeto de Antonio Cezar (Portaria nº. 7250 de 09/04/1921) para a lavanderia do Circulo Italiani Uniti à Rua Duque de Caxias, nº. 698, e sua situação atual.

Fig. 52

Fig. 53

Nas Fig. 52 (Portaria nº. 20276 de 02/10/1925) e 53 (Portaria nº. 22796 de 02/07/1926), observam-se dois projetos de Henrique Fortini para edifício de apoio ao funcionamento do hospital Circolo Italiani Uniti, em lote situado na esquina das ruas Irmã Serafina e Duque de Caxias. A Fig. 53 mostra as chaminés da cozinha industrial, área mais ampla demarcada, à esquerda, na planta da Fig. 52. O espaço, recentemente demolido para a construção de um edifício vertical destinado à expansão do hospital, contava ainda com refeitório de empregados, rouparia, sala de despejo, biblioteca e sala de espera.

Fig. 54

Fig. 55

Na **Fig. 54** vê-se o projeto de Henrique Fortini para a dependência (Portaria nº. 33937 de 09/07/1929), à Rua Visconde de Indaiatuba, atual General Marcondes Salgado Já a **Fig. 55** apresenta a situação atual da antiga garagem, que ainda mantém no frontão as inscrições "C.I.U.", de Circolo Italiani Uniti.

Os anexos ao prédio principal do antigo Circolo Italiani tiveram tamanha importância para o funcionamento do hospital que, como demonstra a **Fig. 56** (Portaria nº. 19740 de 08/08/1925), foi projetado um túnel sob a Rua Duque de Caxias para facilitar o fluxo de funcionários e atividades entre as partes. Relatos de antigos trabalhadores do hospital confirmam a existência desse túnel, mas só um trabalho de arqueologia poderia precisar sua localização e se há vestígios da construção.

O prédio principal do Hospital Casa de Saúde, projeto de Ramos de Azevedo, teve sua preservação garantida por meio do tombamento municipal em 1997 (CONSELHO, 1991a). As demais construções, por sua vez, recentemente estiveram ameaçadas de demolição para dar lugar a um edifício, sob o argumento de não possuírem *“nenhuma característica de projeto ou uso relevante e que confira o status de ‘patrimônio’, exceto pelo fato de estarem bem conservados”*, além da *“inviabilidade de identificação de autor e data de construção dos imóveis”* (CONSELHO, 2008, Protocolo 05/10/27151, 2º volume, fl. 103). O inventário de bens culturais do qual falávamos no início de nosso texto, no entanto, já havia iniciado o processo de retirada de Cezar e Fortini do anonimato e os imóveis não somente não foram demolidos como hoje se encontram em estudo de tombamento (CONSELHO, 2008).

3 *Construtores anônimos – esquecimento ou recusa deliberada?*

3.1 O tema na bibliografia: o tratamento da arquitetura não monumental

3.1.1. O tijolo e a construção de uma nova cidade

Os estudos sobre a história da arquitetura paulista no século XIX e na passagem para o século XX têm em comum uma tese: nesse momento, a alvenaria de tijolos edificou uma nova cidade (D'ALAMBERT, 1993; LEMOS, 1985; TOLEDO, 1983). O marco se deve ao fato de que, até então, sua utilização havia sido menos comum do que as outras técnicas tradicionais, como a terra ou a alvenaria de pedra tendo, portanto, expansão mais tardia.

Muitas cidades do Brasil somente conheceram um uso mais intensificado da alvenaria de tijolos durante a segunda metade do século XIX. Uma exceção notável é dada pela cidade do Recife, que desde o período colonial detinha avançado conhecimento sobre essa técnica e sobre seu emprego para variados tipos de construção.⁵² Particularmente em relação a São Paulo, até meados desse século a cidade mantinha uma imagem colonial, com casario singelo ocupando somente o sítio histórico da fundação, apesar do papel de sede político-administrativa devido ao título de capital da Província.

As características das casas rurais haviam permanecido as mesmas durante trezentos anos e a casa urbana se conservava com *“os mesmos partidos definidos pelos grandes telhados de duas águas, cumeeiras paralelas às ruas, paredes grossas [...] de taipa de pilão, conforme a época, ataviadas desta ou daquela maneira”* (LEMOS, 1979, p. 11). A taipa representava um método construtivo mais difundido, pela abundância e qualidade da terra local, pela presença de profissionais

⁵² Encontram-se relatos do uso de tijolos em construções datadas do final do século XVI, no Nordeste do país (COSTA, 1978; SMITH, 1975), por meio dos quais se pode concluir que, naquela região, o tijolo havia sido efetivamente usado no período colonial, ainda que de forma limitada. Exceção fora a cidade de Recife, onde a pedra para cantaria era de extração difícil e, em contrapartida a argila para o fabrico de tijolos era abundante e de boa qualidade. Durante a ocupação holandesa (1630- 1654), construiu-se mais frequentemente com tijolos, pois os holandeses tinham preferência pelo seu uso e, além disso, contaram com o material trazido como lastro de navios, até o início de sua produção regular no Recife, a partir de 1643 (TOLEDO, 1983a). Também Vauthier, nas cartas reunidas em *Casas de residência no Brasil*, que relatam suas impressões sobre a arquitetura pernambucana, ressalta *“o emprego quase exclusivo de tijolos na obra de alvenaria”* (1975, p. 44).

com domínio da técnica construtiva, contando ainda com mão-de-obra escrava para sua execução. Além disso, a tradição do uso, que acabou por transformar as edificações de taipa em “*partido vernacular*”, fez com que os paulistas recebessem com desconfiança mudanças como a utilização de tijolos (D’ALAMBERT, 1993). Essa desconfiança, aliada à falta de prática na utilização de outros sistemas construtivos que não a taipa e à mão-de-obra precária e não especializada acabaram por retardar a difusão da alvenaria de tijolos.

Havia também o problema da falta de recursos financeiros, que restringia a importação de tijolo e cal. A produção oleira local era incipiente e a cal disponível vinha de Santos, tendo uso restrito a pinturas em obras públicas ou igrejas, devido ao transporte dificultoso, que a encarecia. Outro fator a se considerar era o desconhecimento das potencialidades construtivas e da resistência do tijolo, que, junto à dificuldade de se encontrar peças de boa qualidade, confirmava a “*falta de domínio técnico e tradição cultural no fabrico e no uso do material em São Paulo*” (D’ALAMBERT, 1993, p. 10).

A partir da segunda metade do século XIX, no entanto, novas condições econômicas e sociais trouxeram modificações na estrutura e costumes locais, embora ainda com lentidão. Articularam-se fatores de ordem econômica, social, cultural e técnica como elementos decisivos no desenvolvimento da província paulista durante o terceiro quartel do século XIX: a paulatina difusão da cultura cafeeira, que suplanta a do açúcar e passa a predominar na economia paulista a partir de meados do século; a construção da primeira estrada de ferro em São Paulo (São Paulo Railway, 1867); a extinção do tráfico negreiro (1850) e, como consequência, o início da imigração, que a partir de 1870 se torna subvencionada. Em seu livro *Quadro da Arquitetura no Brasil*, Nestor Goulart assim descreve o quadro:

O vulto assumido pela cultura do café no Centro-Sul, em meados do século XIX, transferiu rapidamente para essa região o centro da gravidade econômica e política do país [...]. As condições se mostravam favoráveis sob todos os aspectos para a produção cafeeira. Alcançando maiores rendimentos [...] e contando com um mercado consumidor praticamente ilimitado, a nova cultura garantiu ao mesmo tempo a contínua expansão das áreas cultivadas [...] e a maior densidade de riqueza e população até

então atingidos no Brasil. São exatamente esses recursos e seu grau de concentração que irão possibilitar e favorecer as grandes transformações operadas nos outros setores de produção e da vida nacional, como a implantação de ferrovias e, a seguir, o surgimento de uma industrialização voltada para o mercado interno (REIS FILHO, 1970, p. 146).

No fim da década de 1860, com a inauguração da São Paulo Railway, unindo Santos a Jundiaí, tem-se um novo elemento de articulação do desenvolvimento econômico da província, surgido da necessidade de escoamento da crescente produção cafeeira. A companhia, com a participação de capitais ingleses, tinha seu ponto final na cidade de Jundiaí, escolhido por estar próximo a uma das principais regiões produtoras de café de São Paulo. No entanto, com a expansão da linha férrea para o interior, o interesse dos ingleses se retrai - dado que, com sua linha tronco já haviam assegurado o transporte do produto até o porto de Santos - e fazendeiros e comerciantes se unem com o governo da Província para a criação da Companhia Paulista de Estradas de Ferro (1868), da Companhia Sorocabana de Estradas de Ferro (1870), da Companhia Ituana (1870) e da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro (1872), todas com capital nacional (MATOS, 1981; SAES, 1981).

Devido à sua localização estratégica, a cidade de São Paulo assume, na década de 1870, a posição de centro ferroviário: os carregamentos de café passavam por lá antes de atingirem o porto de Santos assim como os imigrantes que chegavam, antes de serem encaminhados às fazendas. As manufaturas e os materiais de construção importados também passavam pela cidade antes de serem distribuídos pelo interior. A ferrovia contribui, assim, para a transformação das edificações e da qualidade de vida dos moradores, facilitando o acesso a bens importados e novos conhecimentos técnicos e construtivos. Além de novos recursos de construção, as ferrovias proporcionaram uma nova maneira de construir, pois os edifícios ligados ao transporte ferroviário respondiam a tipologias arquitetônicas pormenorizadamente estudadas, inclusive em seus aspectos técnico-construtivos, com racionalização no emprego de materiais - como o tijolo, a madeira, o ferro e o vidro - e do canteiro de obras. Nas palavras de Carlos

Lemos: “*Com as primeiras estradas de ferro, [...], nada mais segurou a cidade*” (LEMOS, 1979, p. 116).

Nesse período o café representou a principal fonte geradora de riquezas e os fazendeiros o consideraram como um empreendimento característico da expansão capitalista e, para tanto, aceitaram o capital e a técnica oferecida pelos imigrantes. O trecho abaixo, da importante dissertação de Clara D’Alambert, *O tijolo nas construções paulistanas do século XIX*, dá voz à recorrente avaliação, na bibliografia pertinente, sobre a importante colaboração dos imigrantes na arquitetura e na construção civil:

Profissionais de todos os níveis – arquitetos, engenheiros, mestres-de-obras, pedreiros, estucadores, fachadistas etc. – trabalharam intensamente nas “novas” cidades do café e na transformação e modernização das já existentes. Os imigrantes definiram novos gostos, costumes e expectativas na tradicional sociedade paulista e ajudaram a implantar uma nova arquitetura, mais requintada, alterando por completo a fisionomia urbana da cidade. Eles também foram os responsáveis pela generalização de novas técnicas construtivas, como alvenaria de tijolos, pela vulgarização de estilos como o neoclassicismo e ecletismo na arquitetura paulista (D’ALAMBERT, 1993, p. 10).⁵³

As obras de referência demonstram como a expansão ferroviária, a partir da década de 1860, e a imigração estrangeira colaboraram definitivamente para a difusão do uso da alvenaria de tijolos em São Paulo – embora pioneiras já tivessem sido as fazendas de café na primeira metade do século, substituindo os terreiros de secagem do café feitos em terra batida (e com problemas de erosão a cada chuva) por calçamento em tijolos, solução que se mostrou econômica e racional. Posteriormente, aplicaram-se tijolos nas demais instalações, do complexo cafeeiro à sede, e, por fim, à colônia dos imigrantes, tornando-se comum, a partir da segunda metade do século XIX, a presença de olarias nas fazendas com o objetivo de suprir a demanda local.

Para Carlos Lemos (1979, p. 114), o início da utilização da alvenaria de tijolos na capital somente se intensificou quando, utilizando-se das estradas

⁵³ Nestor Goulart, por sua vez, acredita que apesar do esforço para a realização de uma arquitetura neoclássica, apenas sob alguns aspectos muito limitados os numerosos exemplos de novas construções chegaram a atender aos cânones da Academia: “*Na sua totalidade seus construtores serviam-se de padrões neoclássicos apenas superficialmente, para atender de modo eficiente às necessidades de seus proprietários*” (REIS FILHO, 1970, p. 134).

de ferro, os proprietários rurais transferiram suas residências permanentes para os centros urbanos de maior importância.

Pode-se dizer, assim, que na cidade de São Paulo, a alvenaria de tijolos chega tardiamente em relação a outras cidades que receberam primeiro a riqueza do café, como as do Vale do Paraíba, sendo somente em 1870 adotada regularmente nas edificações paulistanas, transformando a estrutura e fisionomia urbanas:

Surge o tijolo. Apareceu a alvenaria argamassada contrapondo-se à terra socada que, durante muito tempo, ainda permaneceu como símbolo de segurança, de autenticidade paulista. É realmente bonita a história da suplantação da antiga arquitetura por novos partidos ligados a uma nova sociedade, dona de outros hábitos, usos e costumes mesclados e de modernos critérios seletivos mercê de novos conhecimentos, novos códigos, novas leis. E fizeram uma cidade inteirinha de tijolos exatamente em cima da cidade velha de taipa (LEMOS, 1985, p. 35).

Quando essas transformações atingem a cidade de São Paulo, seu centro histórico já estava praticamente todo ocupado, constituindo um pequeno burgo com limites precisos, composto por casas de taipa espremidas em lotes estreitos. Com as novas construções da cidade que enriquecia, os preços altos dos terrenos forçaram índices de aproveitamento que exigiam as maiores taxas possíveis de ocupação dos lotes. Surgiram edifícios comerciais de três e quatro pavimentos e construções justapostas umas às outras cobertas por telhados piramidais de telhas Marselha e arrematados por platibandas decoradas. As velhas casas de taipa tiveram seus beirais cortados, pois a Câmara queria a todo custo modernizar a cidade, dando-lhe um aspecto *civilizado*.⁵⁴ Principalmente a partir do último quartel do século XIX, o governo estadual e a prefeitura municipal constroem ricos edifícios levantados no ecletismo, também incluídos nessa categoria as igrejas e conventos. Obras modestas foram reformadas e enfeitadas.

Campinas, ainda que um pouco tardiamente em relação à capital paulista, passava pelas mesmas transformações, conforme aponta o trecho de Duílio

⁵⁴ O mesmo movimento se repetiu em Campinas, tema sobre o qual nos detivemos no segundo capítulo desta tese, no item “A legislação edilícia em Campinas: pelo aformoseamento da cidade”, entre as páginas 48 e 71.

Battistoni Filho, em sua publicação *Alguns aspectos da arquitetura urbana em Campinas*:

A expansão da cidade é acompanhada pelo rápido crescimento dos serviços urbanos – no setor de transporte, iluminação, saneamento básico e assim por diante – permitindo que o proletariado industrial e os demais contingentes da pobreza sejam afastados para bairros cada vez mais distantes, possibilitando a realocação e redefinição dos usos e funções urbanas. [...] Na arquitetura, observamos algumas mudanças: a casa imperial tradicional – portas e janelas abrindo diretamente para a rua, espaços internos relativamente indiferenciados – cede lugar a um novo conceito de residência, separadas da via pública por um jardim. Notamos, com o prosseguimento do *ecletismo*, um aprimoramento formal do íntimo. Agora não é mais o gás que ilumina as noites; surge a iluminação elétrica. Há um empenho cada vez maior em personalizar-se o aposento, adequando-se mobiliário e decoração. (BATTISTONI FILHO, 2002, p. 49-50).

Um aspecto importante a considerar, nesse ponto, é que se deve relativizar um pouco as narrativas que associam esse desenvolvimento urbano e o crescimento campineiro exclusivamente ao ciclo do café. Campinas, precocemente, desde meados do século XIX, vinha se configurando como cidade industrial. Tamás Szmrecsányi, no prefácio do livro *Guia histórico da Indústria nascente em Campinas (1850-1887)*, de Ema Camillo (1998), considera que:

[...] esse primeiro surto de industrialização regional [...] coincide no tempo com o início da expansão cafeeira no oeste paulista, tendo assumido como ela um caráter cumulativo de crescente intensidade. Às quatro empresas criadas nos anos 1850 seguiram-se sete, dez e onze nas décadas subsequentes, numa evolução corroborada por alguns dos melhores estudos da industrialização do Brasil (CAMILLO, 1998, p. 13).

Pode-se dizer dessa maneira que, localmente, a prosperidade da economia cafeeira se traduziu em estímulos às atividades econômicas em geral. Campinas presenciaria o surgimento de empresas de serviços públicos e de numerosos estabelecimentos comerciais e industriais, num primeiro momento voltado à produção de maquinário, mas depois de bens de consumo corrente. É natural, portanto, que a nova multiplicidade de funções repercutisse também na espacialização da cidade.

Campinas, ainda que numa escala bastante reduzida em relação ao que acontecia na capital paulista, transformar-se-ia num laboratório de

experiências arquitetônicas e construtivas a partir do desenvolvimento econômico em crescente expansão. De modo geral, os trabalhos sobre a arquitetura no período apontam o fato de que a novidade surgiria não só por meio do trabalho de renomados arquitetos mas também de *construtores estrangeiros*, mormente não diplomados e atingiria todas as classes sociais. Nas camadas médias, o arquiteto foi entrando aos poucos, mas geralmente sem plenos poderes. Os renomados profissionais ficaram atrelados à classe alta, tendo ficado a cargo de mestres-de-obras e *construtores licenciados* representar “os ideais arquitetônicos da classe média”. Para Lemos, foi a partir “[...] dessa ação conjunta que puderam ser definidas certas ‘correntes’ arquitetônicas populares visivelmente inspiradas nos estilos eruditos do ecletismo praticado na classe alta” (LEMOS, 1985, p. 17).

Embora sem muitos detalhamentos sobre como teria se dado esse processo, é comum encontrar na bibliografia tradicional a avaliação de que a classe média teria sido, com isso, a propagadora dessa arquitetura modernizadora, consolidando a planta típica da casa térrea. Até então as residências caracterizavam-se por serem assobradadas, de corredor central, com salas de receber na frente da construção. Atrás, varanda ocupando toda a largura, e no centro, as alcovas. A cozinha e as dependências de empregados situavam-se em um puxado lateral, derivado e atualizado da planta colonial.

Mas agora, sob a influência dos novos usos e costumes de uma nova sociedade, velhas casas foram adaptadas ou substituídas, movimento que pudemos acompanhar por meio dos projetos de nossos *arquitetos licenciados* analisados no segundo capítulo: “As velhas plantas de corredor central, próprias da arquitetura de taipa, foram totalmente esquecidas, e o novo século entrou inaugurando uma nova maneira de morar” (LEMOS, 1985, p. 68).

Quanto aos agenciamentos internos das residências, como vimos, pode se dizer que houve a segregação dos aposentos familiares e, além disso, a circulação antiga, de um único corredor com uma porta dividindo os ambientes familiar e de visitas, foi substituída agora por duas vias de comunicação: um corredor externo ligando o portão à varanda; e um

corredor interno, com circulação feita por dentro dos dormitórios encarreirados. O banheiro, quando existia, situava-se ao fundo da cozinha, para economizar tubulação, importada e cara (Fig. 57). “Esse binômio banheiro-cozinha também foi uma característica da arquitetura de tijolos do início do século” (LEMOS, 1985, p. 78).

Fig. 57 - Projeto de 1917, de autoria de Albino Righetto, para imóvel à rua Culto à Ciência, em Campinas (Portaria n°. 198 de 16/02/1917). O projeto exemplifica o programa típico da residência de tijolos do início do século XX, segundo Lemos (1985). Vê-se na planta, da frente para os fundos: três cômodos com circulação interna; circulação externa por corredor ligando a entrada à varanda existente no meio da edificação e, na parte posterior do imóvel, cozinha e banheiro, o conhecido *binômio sanitário*. Note-se o cuidado na composição, com *ordem sobre pódio*, ou seja, com uma parte inferior que retoma o desenho de um embasamento de cantaria de pedra, e no pavimento *nobre*, com pilastras evidenciando os ângulos do corpo principal, com uma *serliana* controlando a abertura principal.

Para Carlos Lemos, essa análise dos programas é fundamental, pois se, aparentemente, o ecletismo nivelou todas as cidades a uma mesma fisionomia urbana, somente a avaliação do uso do imóvel poderia ser capaz de revelar as peculiaridades da população: “A descrição sumária cabe a todas as ruas. Mas [...] há sempre uma linguagem diferente, um certo condicionamento de difícil definição, sabidamente ligado à mão-de-obra, a modismos personalistas logo transformados pelos copistas atentos numa sintaxe definidora de um dialeto regional”. (LEMOS, 1987, p. 120).

3.1.2. Os agentes na construção da cidade (e da historiografia)

Como é possível perceber a partir do pequeno balanço bibliográfico feito, é bastante comum a menção à significativa contribuição dos estrangeiros – construtores, mestres de obras e fachadistas, entre outros – na alteração do cenário paulista, ao reproduzirem aqui as tradições construtivas de seus países de origem. Uma pergunta, no entanto, não é respondida a contento na maioria dos trabalhos que tem por tema a arquitetura paulista na passagem do século XIX para o XX: como teria se dado esse processo? Há ainda a considerar o fato de que nessas obras, apesar de mencionada a ampla atuação desses profissionais, a história da arquitetura é sempre estudada pelo viés das grandes obras e dos renomados arquitetos.

Juntando-se a isso o fato do período ter sido renegado durante muito tempo pelos estudos acadêmicos,⁵⁵ em função da desqualificação de sua arquitetura – tida como inferior e importada e como uma espécie de hiato entre a arquitetura colonial e a arquitetura moderna, que se reencontraria novamente com arquitetura tradicionalmente brasileira – e teremos aí um complexo quadro a ser superado.⁵⁶ Marcelo Puppi que, em seu livro *Por uma história não moderna da arquitetura*, se propõe a analisar o ecletismo carioca, assim pondera sobre o assunto:

Por que, então, reunir textos desiguais e pouco volumosos, dando-lhes um estatuto que em realidade não têm, isto é, o de historiografia? Primeiro evidentemente, porque são as únicas páginas disponíveis sobre o assunto, constituem leitura obrigatória para o interessado, e bem ou mal informa o leitor a respeito.

⁵⁵ Em São Paulo, por exemplo, os primeiros estudos sobre o ecletismo se iniciam apenas nos anos 1970, encabeçados pelos professores Benedito Lima de Toledo, Carlos Lemos e Nestor Goulart. Não por acaso, foi nesse momento que os três iniciaram suas participações no Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico Arqueológico, Artístico e Turístico do estado de São Paulo (Condephaat).

⁵⁶ Situação que, acreditamos, se deve, sobretudo, à participação de arquitetos modernistas como Lúcio Costa na formalização dos primeiros estudos acerca da arquitetura brasileira. Movimento semelhante aconteceu em outras áreas das artes, também encabeçado por modernistas, como analisa Sergio Miceli (2001) em *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)*. A opção de Lúcio Costa teria repercussão também na própria constituição do patrimônio cultural do país, pois à frente do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (atual Iphan), órgão responsável pela seleção dos bens culturais a serem preservados, o arquiteto excluiria por completo as obras do século XIX, elegendo aquelas do barroco mineiro como as verdadeiras representantes da identidade nacional. Sobre o assunto, ver: MICELI, 1987.

Segundo, e principalmente, porque apesar de quase sempre de caráter genérico e lacônico, eles passam por estudos históricos fundamentados e suficientes, tomam o lugar destes e assim obstaculizam uma produção historiográfica de peso. É preciso assim retomá-los, em seu conjunto, tanto pelo próprio fato de não constituírem efetivamente uma história do ecletismo carioca, quanto para verificar-se as razões pelas quais isto não se realizou (PUPPI, 1998, p. 11-12).⁵⁷

A situação da historiografia sobre o ecletismo carioca, apontada pelo autor, é similar ao caso de São Paulo, cujo ecletismo também foi mais interpretado – normalmente sob a ótica modernista – do que teve sua história contada. Os estudos que tratam especificamente da arquitetura campineira repetiram esse modelo e foram além, ao atribuir à cidade o *glamour* de uma vultosa atuação de renomados arquitetos – tal qual a ocorrida na capital – que sequer existiu por lá, ao menos na escala arrogada pelos pesquisadores.

Como mencionamos ainda na introdução desta tese, Ramos de Azevedo é o grande foco de atenção dos trabalhos sobre Campinas, mesmo tendo o arquiteto apenas iniciado sua carreira na cidade e lá atuado muito pouco. Como dissemos, além do Colégio Bento Quirino, de 1916, cujo requerimento localizamos em nossas pesquisas, são comprovadamente assinados pelo arquiteto os edifícios institucionais da Escola do Povo e do 1º Grupo Escolar; do Matadouro Municipal; da Matriz Nova e da Capela de São Benedito; do hospital do Circolo Italiani Uniti; da Cadeia Nova e do Mercado Municipal.

Ocorre, no entanto, que é comum encontrar em estudos sobre o assunto uma série de outros imóveis, sobretudo palacetes e sedes de fazenda, atribuídos a Ramos sob a justificativa do reconhecimento de elementos comum às suas obras. Em um momento em que a industrialização da construção já se iniciava e que a própria historiografia admite ser caracterizado pela difusão de padrões estrangeiros e de suas respectivas interpretações, tal suposição nos parece um tanto imprudente.

⁵⁷ Além do estudo de Puppi, o livro *Da Ruína ao Edifício*, de Cristina Meneguello (2008), também traz importantes contribuições metodológicas para o estudo da arquitetura do século XIX. Nele, ao analisar o neogótico e o medievalismo ocorridos nas artes e na arquitetura da Inglaterra no século XIX, a autora revisa a bibliografia consolidada durante o século XX, que tradicionalmente desqualificou tal produção, sem dar a ela a devida importância no surgimento de um “refúgio recriado” (p. 21) para a Inglaterra industrial que então despontava.

Afora isso, há, sob nosso ponto de vista, uma superavaliação de sua obra como indutora de *modernidade* em Campinas, desconsiderando a atuação de outros tantos profissionais, também bastante qualificados, conforme demonstraram nossas análises técnicas e formais sobre os projetos que selecionamos dentre o conjunto das obras dos *arquitetos licenciados*. Tal abordagem, aliás, nos permite comprovar como o exame e a interpretação das fontes primárias relativas à construção civil na cidade para o período pode oferecer um contraponto às imagens consolidadas pela bibliografia tradicional.

A dissertação de mestrado de Ana Maria Reis de Góes Monteiro (2000) nos dá uma amostra do tratamento dado a Ramos nos estudos sobre a arquitetura campineira:

O engenheiro-arquiteto Francisco de Paula Ramos de Azevedo foi o principal indutor dessa nova arquitetura. São (sic) dele grande parte dos principais e mais significativos edifícios construídos até meados da década de 1880. Seu legado arquitetônico, [...] além das qualidades intrínsecas, conferiu qualidade aos espaços em que foram inseridos e, em seu conjunto, foram responsáveis pelo embelezamento de uma outra urbanidade em Campinas (MONTEIRO, 2000, p. 5).

[...] aquele engenheiro-arquiteto não só introduziu uma arquitetura que, do ponto de vista de contexto urbano da cidade de então, era formal e progridentemente inovadora, como também lançou as bases do processo modernizatório que caracterizaria a salubre e bela Campinas da virada do século XX (MONTEIRO, 2000, p. 10).

Não intentamos aqui, numa oposição simplória às ideias defendidas, desqualificar a conhecida e notável obra do profissional Ramos de Azevedo. Apenas pretendemos relativizar a importância fulcral a ela atribuída em Campinas e questionar – não só mediante a rica documentação primária, já citada, mas também os exemplares de outros tantos construtores,⁵⁸ alguns inclusive remanescentes contemporaneamente no tecido urbano – que tipo de conhecimento tem-se pretendido construir sobre a história da cidade.

⁵⁸ Vale lembrar mais uma vez que nossa opção por trabalhar com os dez *arquitetos licenciados* mais atuantes no período, de acordo com a documentação encontrada, foi apenas metodológica e não pretende supervalorizá-los em detrimento dos demais, elencados no Anexo I do presente trabalho, entre as páginas 181 e 182, igualmente relevantes para a construção do espaço urbano da cidade de Campinas entre fins do século XIX e as duas primeiras décadas do século XX.

Por que teria se cristalizado uma visão da cidade que se limita a três escolas, duas igrejas, um hospital, um mercado e um matadouro?

Parece-nos, mais do que indutora de *“uma outra urbanidade em Campinas”*, que a atuação de Ramos fez parte de um processo então em curso na cidade e que, como demonstramos no capítulo anterior, se analisarmos o panorama da construção civil campineiro entre a década de 1880 e as três primeiras décadas do século XX, verificaremos em que medida e de que forma o poder público e os demais construtores também foram atuantes na alteração dos padrões construtivos e dos modos de habitar a cidade.

De modo geral, podemos dizer que esse tratamento dado à história urbana e da arquitetura de Campinas apenas reflete os problemas das narrativas sobre a cidade. A maior parte dos escritos sobre o município foi encabeçada por memorialistas, a quem se deve uma construção hegemônica, preocupada com narrativas de ascensão e queda – especialmente em relação à febre amarela e ao ciclo do café – e em dar à cidade um status idealizado de modernidade e desenvolvimento.

Flávio Carnielle (2007), que em sua dissertação de mestrado analisa a história da cidade por meio da obra de três memorialistas urbanos⁵⁹ campineiros,⁶⁰ discute a constituição de uma determinada memória para Campinas, fincada no bairrismo. Comumente realizados por jornalistas, *“colecionadores de fatos, ligados a datas e grandes nomes”* (p. 31), esses escritos eram racionais e interessados na construção de um passado e de um futuro para a cidade. Não por acaso, portanto, tinham o olhar detido a determinados momentos e fizeram com que lembranças pessoais se transformassem em grandes comemorações:

Assim, por exemplo, o fato de o Brasil ter tido um compositor musical que “engrandeceu o nome do país no exterior” deve-se a

⁵⁹ O autor define como memorialismo urbano o campo de estudos sobre a cidade em que o lugar de moradia é, ao mesmo tempo, objeto de estudo e lugar de vida, de modo que autor e objeto são indissociáveis: *“Tem na história das cidades seu principal enfoque e nas transformações do urbano sua principal razão de existir visando, acima de tudo, preservar uma suposta memória das cidades”*. (CARNIELLE, 2007, p. 32).

⁶⁰ Júlio Mariano, José de Castro Mendes, e Jolumá Brito.

Campinas, terra de Carlos Gomes, da mesma forma que qualquer história sobre a proclamação da República tem, aos olhos dos memorialistas urbanos, que passar pelo “berço da República” que foi Campinas, dado o fato de ter existido na cidade um clube republicano e de dois importantes políticos locais (Francisco Glicério e Campos Sales) terem profunda vinculação com o movimento (CARNIELLE, 2007, p. 46)

Se extrapolarmos tais considerações para o campo da arquitetura, é bastante compreensível que a pequena produção de Ramos de Azevedo, afinal campineiro de nascença, tenha ganhado tamanha repercussão e seja atribuída a ele significativa produção. Afinal, não era necessária nenhuma comprovação documental, pois a maior delas vinha da vida de quem escrevia, como se inserir-se na história da cidade criasse um efeito de verdade (CARNIELLE, p. 48).⁶¹

De outro lado, trabalhos mais recentes, como a tese de doutorado de Eudes Campos, *Arquitetura paulistana sob o império* (1997) trazem grande contribuição por realizar o percurso contrário, elaborando uma narrativa sobre a construção paulista do período a partir da documentação encontrada, ainda que escassa e difusa. Eudes apresenta um minucioso e preciso estudo sobre profissionais que trabalharam em São Paulo no século XIX e é ele quem comenta o episódio, já reproduzido aqui na página 31, em que Ramos de Azevedo é aconselhado pelo pai a não seguir a a sugestão do diretor da Universidade de Gand de se transferir do curso de engenharia civil para a arquitetura, por estar essa entregue a “bons mestres de obras”. Para o autor, isso

[...] comprova que, para elementos pertencentes aos níveis sociais superiores de uma cidade florescente como Campinas, a concepção e construção de obras civis estava em boas mãos ao ser deixada inteiramente a cargo desses profissionais adestrados no empirismo e na tradição (CAMPOS JUNIOR, 1997, p. 110).

A análise da tese de doutoramento de Eudes Campos, de grande valia para os estudos da história da arquitetura paulista, traz à tona a necessidade de um retorno aos documentos primários como fonte primordial de pesquisa e

⁶¹ E lembrando que foram os escritos dos memorialistas – e até mesmo eles próprios – que ajudaram a organizar coleções museológicas, podemos sugerir como essa opção de construção historiográfica repercutiria também na organização do patrimônio institucionalizado.

como meio de complementar ou reorientar temas já explorados pela bibliografia tradicional. Para que pudesse desenvolver seu trabalho, o autor recorreu aos requerimentos referentes à construção civil em São Paulo durante o Império, depositados no Arquivo Municipal Washington Luís, e analisou os pedidos de alinhamento, construções e reformas, ainda que incipientes, devido a não obrigatoriedade, naquele momento, de sua apresentação às autoridades municipais.

Nossa tese, embora aborde período posterior, guarda em comum com a defendida por Eudes Campos a relação fundamental com consistente *corpus* documental, perspectiva compartilhada por outros pesquisadores, cujas recentes pesquisas trouxeram relevantes contribuições ao campo.

Dentre essas, a que acreditamos dialogar mais com nosso trabalho foi publicada na dissertação de mestrado de Lindener Pareto Junior (2011), que se alinha ao mesmo tipo de análise aqui proposta, tendo como objeto a atuação de *práticos licenciados* em atividade na cidade de São Paulo entre 1893 e 1933. Além da abordagem, o trabalho de Pareto tem em comum com este o fato de ter se originado da inserção do autor em pesquisa junto à *Série Obras Particulares* do Arquivo Histórico Municipal Washington Luis e do consequente contato com a documentação primária.⁶²

Pela diferença de tipos das fontes encontradas e, em última instância, da própria formação dos pesquisadores, os trabalhos, apesar da similaridade dos temas tratados, são distintos e complementares. Lindener, historiador, dispôs, para a confecção de sua dissertação, de dados pessoais consistentes sobre seus *práticos licenciados*, bem como sobre a natureza de suas atuações profissionais. O levantamento, feito a partir de registros do CREA reunidos no Arquivo Municipal Washington Luís, deu origem ao que o

⁶² Na mesma linha, podem ser citados outros trabalhos, como por exemplo: GENNARI, 2005; e SCHNECK, 2010. Todos, no entanto, têm a cidade de São Paulo como pano de fundo. Para o caso específico de Campinas, até o presente momento, as obras de história local excluem quase que por completo as questões relacionadas à produção social do espaço, no sentido mais abrangente do termo. Apresentam-se temas relacionados ao campo do urbanismo, do sanitarismo e das modelares construções. O que se dava entre o mercado e a igreja, na construção da cidade real e vivida, permanece, contudo, como *memória subterrânea* (POLLAK, 1989).

autor chamou de *fichas-perfis* dos práticos, nas quais foram esquematizadas essas trajetórias – pessoais e profissionais.⁶³

Já Eudes Campos, em sua tese, reforça a estreita ligação entre a presença de projetistas, empreiteiros e mão-de-obra qualificada de origem estrangeira, e as primeiras manifestações do ecletismo em São Paulo (p. 193). Além disso, assim como fizemos nesse trabalho, reconhece que, para a apreensão da produção de profissionais não diplomados no âmbito da arquitetura privada paulistana, foi necessário recorrer aos documentos referentes a licenças para construir ou reformar depositados nos arquivos históricos, naquele caso o Arquivo Municipal Washington Luís. Ao identificar nos pedidos a recorrência dos nomes de alguns profissionais, diz Eudes: “[...] *alguns nomes se repetem com tamanha insistência que nos faz deduzir pertencessem a profissionais muito conceituados na época*” (CAMPOS JUNIOR, 1997, p. 195-196). E na sequência, pondera:

A grande dificuldade a ser enfrentada na interpretação desses requerimentos é a de que nada nos garante sejam os solicitantes os autores dos planos dos edifícios para os quais pedem alinhamento. Segundo nosso modo de ver, seria extremamente simplista a atitude de imputar, de modo sistemático, a concepção dos edifícios aos mestres requerentes, pois, afinal, [...] já havia na última década do período monárquico muitos engenheiros com clientela formada e esses mestres podiam muito bem estar solicitando autorização para executar projetos alheios (CAMPOS JUNIOR, 1997, p. 197).

A preocupação de Campos, no entanto, a nosso ver deve ser relativizada para o caso específico de Campinas. Isso porque, como vimos, São Paulo, com maior oferta de engenheiros e arquitetos, viu o Centro ser edificado por tais profissionais, ficando a atuação dos *práticos licenciados* às áreas perimetrais. Em Campinas, no entanto, a ausência de tais profissionais pode ter contribuído para que os *arquitetos licenciados* projetassem em todos os

⁶³ Em nossa pesquisa não foi possível realizar esse tipo de operação, pois, como mencionamos anteriormente, não foram localizados no Arquivo Municipal campineiro materiais similares àqueles encontrados na instituição paulistana e o CREA não autorizou nosso pedido de consulta aos seus arquivos. Pela inviabilidade de se trabalhar com perfis pessoais e, por outro lado, por nossa formação em Arquitetura e Urbanismo, optamos então por desenvolver um trabalho voltado à inserção da obra de nossos *não diplomados* no panorama da construção civil campineira entre fins do século XIX e 1933, quando a regulamentação da profissão de engenheiros e arquitetos deu início à restrição daquela atuação.

locais, inclusive contribuindo para a consolidação do novo espaço urbano do Centro da cidade. Além disso, é sintomático que os dez profissionais que concentram a maioria dos requerimentos para construções ou reformas sejam todos não diplomados. Se houvesse uma associação com engenheiros ou arquitetos, ficando ao seu encargo apenas a execução das obras, possivelmente esse dado apareceria em alguns dos protocolados consultados.

Mas, admitimos, ainda assim, que a autoria desses projetos pode ser contestada, sobretudo pela divergência de tipos de desenhos às vezes encontrados sob a assinatura de um mesmo *licenciado*. É possível que as associações entre diplomados – como projetistas – e não diplomados – como executores – existente na capital paulista, tenha, por aqui, acontecido, entre os próprios *licenciados*. Importa, na verdade, que esse não seja um dado para a desvalorização *a priori* do trabalho dos não diplomados. A questão da autoria, sempre questionada e apontada com desdém deve ser discutida tendo em vista, inclusive, que esses profissionais também se utilizam desde sempre deste expediente, reunindo sob sua responsabilidade projetos de terceiros, desde que afiliados a seus escritórios.

A desqualificação dos não diplomados – processo que Eudes Campos chama de “*constrangimento social*” (p. 772) e que pode, possivelmente, incluir aspectos dos preconceitos contra estrangeiros, ainda que velados – teve como ressonância, em longo prazo, seu *apagamento* na história da arquitetura e do urbanismo e deve, portanto, sempre ser avaliada tendo em conta o contexto e os limites da época, em meio ao início dos embates pela regulamentação da profissão de engenheiro e arquiteto, como abordamos aqui.

Por fim, na impossibilidade de localizar outras fontes capazes de fornecer informações sobre os outros agentes envolvidos com a construção civil em Campinas no período, cabe ao menos mencionar que reconhecemos sua existência e importância. Dentre os requerentes das solicitações para novas construções ou reformas, além dos *arquitetos licenciados*, foi comum

encontrarmos os próprios clientes ou aqueles acreditamos serem empreiteiros. O tipo de notação registrada, no entanto, não permitiu trabalhar de forma confiável com esses dados. Fica, ainda assim, uma certeza, a de que a clientela estabeleceu com os construtores uma simbiose, numa espécie de negociação de gostos entre iguais, ambos pertencentes à classe média de trabalhadores campineiros. Eram, construtores e clientes, formados na mesma forja.

3.2 Políticas de preservação em Campinas: o (não) lugar dos anônimos

3.2.1. Notas sobre as origens das práticas preservacionistas na cidade

Nos dois primeiros capítulos, as análises propostas por esta tese estiveram baseadas no recorte temporal no qual atuaram nossos construtores – a esse ponto já não tão *anônimos* – e se construíram os exemplares arquitetônicos de sua autoria. O presente capítulo rompeu com esse percurso e desdobrou a discussão para outra dimensão temporal, contemporânea, propondo questões ligadas ao movimento das ideias e à atuação de personagens envolvidos com a questão da história e da arquitetura. Neste último item, em complemento, pretendemos finalizar essa abordagem, ao tratar do patrimônio cultural e da política de preservação no município de Campinas.

Como veremos historiografia e patrimônio cultural partilham de políticas homólogas, ou seja, apenas aquilo que já foi previamente estudado e recebeu a chancela da história, é que, recorrentemente, é preservado.

Mas, ainda que tratando de questões contemporâneas, o primeiro episódio que pode ser relacionado ao despertar de um sentimento preservacionista em Campinas deu-se ainda em 1922, em meio ao período em que estudamos, quando a cidade viu ruir a primeira de uma série de modelares edificações do Centro. Inaugurado em 1850, vinha abaixo o Teatro São Carlos, demolido para, curiosamente, dar lugar a outro congênere. A pedra fundamental do Teatro Municipal foi lançada naquele mesmo ano. Além do sítio escolhido para a construção, o novo teatro compartilhou com seu antecessor a mesma sina: construído em 1930, seria igualmente demolido em 1965, dessa vez sob a justificativa de sério comprometimento estrutural.

Conforme registra a única publicação que trata diretamente do evento,⁶⁴ a demolição do primeiro não registrou protestos, nem provocou reações negativas de imediato. Seus ruídos somente foram ouvidos trinta e cinco

⁶⁴ Trata-se do livro *Fragments de uma demolição: história oral do Teatro Municipal Carlos Gomes*. Campinas, editado pelo Museu da Imagem e do Som de Campinas (MUSEU, 2000).

anos depois, como ecos retardados que, junto aos sons da demolição do segundo, ajudaram a agravar o sentimento de perda (FARDIN, 2000, p. 13):

[...] não foi apenas um crime contra o patrimônio da cidade, mas foi um crime arquitetônico, porque era um teatro lindo, maravilhoso... foi um crime histórico, porque ele tinha história, pelas pessoas que passaram por lá... foi um crime também político, porque até hoje não se justifica convincentemente...⁶⁵ e foi um crime urbanístico, porque o teatro dividia duas ruas e com a demolição eles recuaram a praça, foi contra o traçado inicial, original da cidade.⁶⁶

A autorização para demolição foi concedida pelo prefeito Ruy Hellmeister Novaes em sua segunda gestão (1964-1969) à frente da Prefeitura Municipal de Campinas. A primeira, entre os anos de 1956 e 1959 já havia sido marcada por projetos de remodelação em várias partes da cidade. As intervenções remetiam às diretrizes definidas pelo Plano de Melhoramentos Urbanos, em implantação no município desde 1934.

Elaborado pelo urbanista Prestes Maia, o plano estabeleceu uma estrutura viária que consagrava radiais e perimetrais, contornando, sucessivamente, o centro histórico, o perímetro já construído e a nova periferia então em expansão. Quanto ao *centro histórico*, a área recebeu tratamento próprio, sendo redesenhado com grande preocupação *estética* e *cívica*, principais parâmetros usados como justificativa para o alargamento das ruas, a padronização das edificações particulares e a disposição dos prédios públicos.⁶⁷ E é justamente no contexto da aceleração desse processo, decorrente da posse de Ruy Novaes em 1956, que o prefeito toma à frente de outra polêmica demolição cuja repercussão nos interessa para os objetivos desse trabalho. As considerações preliminares ora expostas pretendem demonstrar como em Campinas a oficialização das políticas públicas de defesa do patrimônio cultural, efetivadas em fins dos anos 1980,

⁶⁵ O risco iminente de desabamento é questionado até os dias de hoje por aqueles que presenciaram a demolição do teatro, como Amadeu Luiz Tilli: “[...] a prova de que não desabava nunca é que eles levaram três meses com guindaste, guincho, aquelas bolas... Tanto é que tem fotos do V8 do procênio, da boca de cena, ficou assim, parecia que não queria ir embora...” (MUSEU, 2000, p. 57).

⁶⁶ Depoimento de Léa Maselli Ziggiatti Monteiro (MUSEU, 2000, p. 33).

⁶⁷ Sobre o assunto, cf. BADARÓ, 1986.

foi resultado das tensões promovidas pela sociedade organizada em prol desse fim, ainda que incipientemente, desde a década de 1950.

A ampliação das avenidas Campos Salles e Francisco Glicério, no Centro da cidade, era a obra em questão. Tratava-se de duas das principais artérias da cidade e locais para onde foram destinados alguns dos edifícios institucionais apontados pelo plano de Prestes Maia, caso do Fórum e da sede dos Correios e Telégrafos.

Em posição incômoda, no entanto, havia a Igreja do Rosário, “*literalmente no meio da rua*” (CARPINTERO, 1996, p. 64). O prefeito, em negociação com a Diocese, chegou rapidamente a um acordo que permitisse a demolição do templo, não sem reação da população e da imprensa locais, cujas manifestações repercutiam desde o primeiro momento em que a medida foi aventada:

O alargamento da rua Campos Salles, pelo lado da Igreja do Rosário e do edifício da Companhia Mogiana, que são dois dos prédios mais importantes dessa parte da cidade. O alargamento da rua Francisco Glicério também do lado da Igreja do Rosário!

Se os respeitáveis membros da Comissão de Urbanismo não fossem bem conhecidos, teríamos a certeza de que aí se esconde algum iconoclasta.

[...] O caso é típico. O Urbanismo de Campinas faz questão fechada da demolição da Igreja do Rosário. Por que? Para que fim? Não se sabe bem (O URBANISMO, 1936).

* * *

Com a desapropriação da Igreja do Rosário, obtida num expressivo acordo entre a prefeitura e o bispado, e que, representou uma solução desejada por vários governantes municipais anteriores, resolveu-se, de uma vez por todas, a questão do alargamento da avenida Francisco Glicério e da ampliação de nossa principal praça.

Firmadas as escrituras respectivas, iniciou-se logo a demolição do templo tradicional e que viverá para sempre no coração religiosos dos campineiros, através de uma reverente saudade. A veneração que aquela igreja inspira não pode impedir a força incoercível do progresso (COM AS REMODELAÇÕES, 1956).

O quarteirão deixado livre pela demolição da Igreja do Rosário foi imediatamente tratado como praça, atendendo ao proposto no Plano de Melhoramentos e constituindo-se como o *centro cívico* pretendido. Com a

gradual implantação do novo projeto, entregue ao arquiteto modernista Renato Righetto, a praça ganhou, além de canteiros de formas livres, marquises de concreto armado, que a partir de 1958 passariam a ser seu traço mais marcante.

Nas décadas seguintes a praça permaneceria como campo de variadas concentrações⁶⁸ e seu novo nome – Praça Visconde de Indaiatuba – permanece até os dias de hoje esquecido, sendo invariavelmente substituído pelo tradicional tratamento *Largo do Rosário*, mesmo sem igreja e, conseqüentemente, sem largo.

Fig. 58 - Configuração do Largo do Rosário (no quadrante inferior esquerdo) após a implantação do projeto de Renato Righetto.

Nos anos 1980, no entanto, surgem novas propostas de remodelação para a praça. Em 1982 o então prefeito Francisco Amaral resolve transformar o local em terminal de ônibus, projeto rapidamente abandonado em virtude

⁶⁸ Nos anos 1980, o Largo do Rosário era assim descrito: “[...] principal ponto de encontro dos campineiros e palco das mais importantes manifestações, a praça era o local onde políticos realizavam seus discursos, estudantes se reuniam, aposentados conversavam, torcidas de futebol se confraternizavam – ou brigavam – a até as pombas se reuniam para receber sua alimentação diária” (LARGO, 1985).

da imediata repercussão negativa junto à população. A partir de 1983 o novo prefeito, José Roberto Magalhães Teixeira, discute novamente transformar a praça. Estava montado o quadro para que a *epidemia* de que trataremos daqui por diante ganhasse as ruas de Campinas.

Ao se iniciarem as obras, em 1985, um grupo formado por cinco arquitetos, uma historiadora e um geólogo, intitulado *Febre Amarela*,⁶⁹ se manifestou publicamente contrário à reforma, argumentando que a mesma tinha por finalidade expulsar as pessoas da praça, restringindo concentrações e movimentos populares. Afirmavam que o projeto era “*socialmente desnecessário, economicamente escandaloso, esteticamente de mau gosto e politicamente equivocado*” (FEBRE, 1985).

A estratégia utilizada – e bem sucedida – consistiu no encaminhamento de denúncia ao Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico do Estado de São Paulo (Condephaat), pois o Largo do Rosário se situava na área envoltória da Catedral Metropolitana, tombada em 1981. A obra foi embargada, embora a Prefeitura Municipal tenha desrespeitado parcialmente a decisão e trocado e nivelado os pisos da praça.⁷⁰

À época, os jornais da cidade estampavam notas como essas:

Febre Amarela deixa a Prefeitura preocupada. É mais inofensiva que a última. Aquela que arrasou a cidade.

A grande diferença das duas Febres é simples: a primeira acabou com a cidade. Essa só com as obras do Largo do Rosário (LAMAS, 1985).

⁶⁹ Em sua fala no debate público “*Campinas: preservar ou destruir*” de 1986, Antonio da Costa Santos, um dos fundadores da *Febre*, sobre o qual falaremos mais detalhadamente adiante, assim se referiu ao grupo: “*Em 82, após um longo período de intenso trabalho recebemos uma carta do prefeito em que se dirigia a nós como uma comissão. Surge então o ‘Febre Amarela’*”. (UM DEBATE, 1986). O grupo, cuja atuação será analisada de modo pormenorizado adiante, teve como sócios-fundadores os arquitetos Antonio da Costa Santos, Luiz Cláudio Bittencourt, Sérgio Monteiro Portella Santos, Roberto de Almeida Floeter e Luiz Antonio Martins Aquino, a historiadora Rosa Maria da Rios Rugai e o geólogo Archimedes Perez Filho.

⁷⁰ Conforme as informações existentes no Processo 08/1994 do Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Campinas, que dispõe sobre o tombamento da Praça Visconde de Indaiatuba, “Largo do Rosário”.

A impressão expressa pelo jornalista Flávio Lamas, no entanto, estava equivocada. Para além da atuação no caso do Largo do Rosário, a entidade preservacionista recém instituída viria a marcar o cenário campineiro nos anos seguintes com várias ações em defesa do patrimônio cultural da cidade.

A situação, além do mais, inaugurou uma fase de ampla discussão sobre esse patrimônio. Em sequência à denúncia realizada, o grupo *Febre Amarela* também solicitou a abertura do estudo de tombamento do Largo do Rosário ao Condephaat, que acatou o pedido. A repercussão, com acalorados posicionamentos prós e contras a decisão, deixava claro o espaço que o debate dos assuntos ligados à defesa do patrimônio tinha na cidade. Ainda longe da institucionalização governamental de políticas públicas para o campo, o patrimônio histórico cultural em Campinas era, acima de tudo, fruto de questionamentos e demandas sociais.

Os jornais passaram a abordar ainda mais freqüentemente temas ligados ao patrimônio campineiro.⁷¹ O editorial de um deles, o *Diário do Povo*, de 20 de novembro de 1985 estamparia a manchete “*Preservar é preciso*”. Partindo da experiência ocorrida com o Largo do Rosário, o editor recomendava a formulação de outro pedido de abertura de estudo de tombamento ao Condephaat, dessa vez para a Escola Estadual Orosimbo Maia: “*Esse processo se impõe. Afinal, o prédio é antigo, majestoso, tem arquitetura histórica e, à primeira vista, está inserido no contexto dos prédios que devem ser preservados*” (grifos nossos).⁷² Além disso, também aproveitou para tecer algumas críticas:

Normalmente [...] os órgãos públicos e mesmo os grupos interessados na história, só se movimentam quando ‘*Inês é morta*’. Temos aí alguns velhos e antigos casarões que só ao terem

⁷¹ Para se ter uma ideia, em pesquisa realizada nos acervos do Centro de Memória da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e do Centro de Documentação do Patrimônio Cultural Maria Luiza Pinto de Moura da Prefeitura Municipal de Campinas, localizamos apenas 16 matérias relacionadas a temas do patrimônio cultural de Campinas entre os anos de 1980 e 1985. Entre 1985 e 1987, esse número passa para 281.

⁷² O discurso do editorial já apresenta as primeiras pistas do porquê do apagamento das obras dos *arquitetos licenciados* no estabelecimento das políticas campineiras de preservação do patrimônio. Em nossos grifos, as qualificações atribuídas ao edifício da escola, “*arquitetura histórica*” e “*inserido no contexto dos prédios que devem ser preservados*” já permitem entrever quais as tipologias *a priori* consideradas preserváveis.

iniciado sua demolição despertaram o interesse dos estudiosos e das autoridades. Em alguns casos, as providências vieram tarde demais.⁷³ Tão tarde que já não tinha o que preservar. É preciso andar na frente, pensar antes, agir em tempo (PRESERVAR, 1985).

Amostra do diálogo existente é o fato de que dias depois o mesmo jornal tenha publicado a resposta do grupo *Febre Amarela*, intitulada “*Pelo Patrimônio cultural*”, a qual se inicia justamente ressaltando a independente e equilibrada atuação do jornalismo local na discussão preservacionista. No documento, o primeiro ponto que a entidade buscava esclarecer referia-se à natureza e aos limites de sua atuação:

A Sociedade Febre Amarela tem realizado vários estudos visando à valorização e à manutenção do patrimônio cultural edificado de Campinas e, pode-se dizer, já identificou grande parte deste patrimônio, seja no que diz respeito a edifícios, bem como a sítios urbanos significativos.

É sempre oportuno lembrar que se não são estes referidos estudos completos, abrangendo tudo o que é importante na cidade, há que se considerar que o trabalho, além de volumoso, é custoso e demorado, demandando tempo e dinheiro, fatores nem sempre disponíveis (O LEITOR, 1985).

Em seguida, o comunicado voltava-se especificamente à questão das iniciativas de salvaguarda de bens em iminência de desaparecimento, assim confirmada e justificada pelo grupo:

As prioridades, em vista das carências anteriormente enunciadas são, dentro de nossa atuação, os edifícios e lugares efetivamente ameaçados de destruição, seja por particulares ou pelo próprio poder público municipal, através do descaso na administração das chamadas áreas envoltórias.

Cabe ainda lembrar que nem sempre “Inês era morta”, tendo sido inclusive, em várias situações historiografadas pela Imprensa, desrespeitada a legislação apesar do aviso, em tempo, feito pela sociedade civil e pelos órgãos preservacionistas, fatos estes que geraram inúmeros processos criminais, ora em andamento na Justiça (O LEITOR, 1985).

Por fim, o texto do grupo *Febre Amarela* ponderava sobre a responsabilidade das tarefas preservacionistas que, acreditavam seus membros, deveria ser

⁷³ Acreditamos que o jornalista se referia a eventos ocorridos alguns meses antes, em janeiro de 1985 quando, em apenas dezessete dias, quatro edificações construídas na passagem do século XIX para o XX foram demolidas. (EM 17 DIAS, 1985). Como veremos adiante, o fato coincidiu com a retomada dos estudos para criação de um conselho municipal de defesa do patrimônio, latente desde 1979 (FALASCHI, 1985).

compartilhada entre a sociedade e as instituições administrativas, como a Secretaria Municipal de Cultura. Essa, afirmava o grupo, cotidianamente se omitia, “[...] não tendo até [aquele] momento dado, objetivamente, os ares da graça na questão preservacionista” (O LEITOR, 1985).

Como demonstraremos daqui por diante, a crítica da *Febre Amarela* nos parece bastante pertinente. A pesquisa que realizamos com materiais diversos acabou por demonstrar a pouca interface existente entre os grupos organizados que visavam à preservação do patrimônio cultural de Campinas – ou de uma parcela bastante específica dele, pensando *a posteriori* – e os setores governamentais.

Por razões em princípio apenas metodológicas nossa investigação foi realizada em dois eixos principais: um relacionado ao grupo *Febre Amarela* propriamente dito e outro ao grupo de trabalho que pensava, no âmbito da administração municipal, a criação de um conselho local de defesa do patrimônio. Ambos os grupos atuavam na mesma cidade, Campinas, com o mesmo objeto, seu patrimônio cultural, e ao mesmo tempo. Mas as pesquisas realizadas com diversas fontes primárias demonstraram que, apesar disso, não havia uma direta relação de complementaridade.

O grupo *Febre Amarela*, aliás, apesar de respeitado – e talvez até porque temido – nem sequer teve assento no tal grupo de trabalho *oficial*. Seus membros somente puderam participar como representantes de outras instituições, caso da Associação de Engenheiros e Arquitetos de Campinas (AEAC) e da seção regional do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB).

Por considerarmos a constatação dessa atuação paralela dos dois grupos um importante elemento para compreensão da institucionalização das políticas públicas de preservação do patrimônio em Campinas, o recorte metodológico inicialmente considerado se mostrará também na organização formal desse subitem daqui por diante, já que a discussão proposta será desdobrada nesses dois eixos principais.

3.2.2. A Sociedade Febre Amarela

Embora em gestação desde o começo dos anos 1980, o grupo *Febre Amarela* foi oficializado como sociedade civil em 15 de março de 1985, tendo como sócios-fundadores os arquitetos Antonio da Costa Santos, Luiz Cláudio Bittencourt, Sérgio Monteiro Portella Santos, Roberto de Almeida Floeter e Luiz Antonio Martins Aquino, a historiadora Rosa Maria da Rios Rugai e o geólogo Archimedes Perez Filho.

Registrada como sociedade civil de natureza cultural e de estudos, sem fins lucrativos e sem tempo estipulado de duração, a *Sociedade Febre Amarela* arrolava no Artigo 3º de seu estatuto as seguintes finalidades:

- a – pesquisar as modificações urbanas provocadas pela epidemia de febre amarela em Campinas – SP e regiões circunvizinhas;
- b – efetuar levantamento histórico e científico da epidemia de febre amarela na cidade de Campinas – SP e regiões circunvizinhas também afetadas;
- c – efetuar levantamentos métricos, socioeconômicos e políticos sobre as consequências, em Campinas – SP e regiões circunvizinhas, da epidemia de febre amarela;
- d – pesquisar e efetuar levantamento de edifícios, sítios e equivalentes, na área urbana, que sejam remanescentes da época da epidemia da febre amarela;
- e – pesquisar e efetuar levantamento de propriedades rurais e regiões circunvizinhas, que sejam remanescentes da época da epidemia da febre amarela;
- f – produção, ensino, pesquisa, divulgação, crítica e defesa do conhecimento historicamente produzido sobre o ambiente urbano e rural de Campinas – SP, tendo em vista todos os aspectos;
- g – defesa dos bens culturais, históricos e ambientais;
- h – defesa das formas democráticas de produção, ordenação e de desenvolvimento físico dos ambientes urbanos e rurais;
- i – produção de projetos de interesse ambiental;
- j – produção de trabalhos que fundamentem a participação das discussões comunitárias, oficiais, institucionais, legislativas, jurídicas e eventuais temas de interesse da Sociedade Febre Amarela;
- k – formação e desenvolvimento de arquivo de trabalhos e de projetos nas atividades pertinentes a esta Sociedade Febre Amarela;

l – realização de exposições, seminários, conferências, mesas redondas, ciclos de debates sobre os assuntos de interesse da Sociedade Febre Amarela;

m – incentivar a realização de intercâmbios e convênios com diversos institutos e/ou instituições culturais, econômicas, educacionais, industriais, científicas e acadêmicas, nacionais e internacionais;

n – divulgação de todo o conhecimento produzido pela Sociedade Febre Amarela a fim de proporcionar à população elementos para reflexão e formação de conceito sobre os assuntos estudados;

o – estimulação do uso de meios de comunicação, tais como cinema, vídeo, televisão, teatro, imprensa escrita e/ou falada, e os meios gráficos em geral, assim como utilizar desses referidos meios para a divulgação e reprodução de trabalhos de interesse da comunidade campineira, de modo geral;

p – divulgação e reprodução, através dos meios de comunicação em geral, dos estudos e pesquisas realizados sobre a epidemia de febre amarela, conforme enumerado nos itens 'a', 'b', 'c', 'd', 'e' do Artigo 3º dos presentes Estatutos (ATA, 1985, p. 1-2).⁷⁴

Em relação ao curioso nome da sociedade, citado recorrentes vezes ao longo de suas atribuições, vale lembrar que Campinas havia sofrido, na passagem do século XIX para o XX, o que o historiador José Roberto do Amaral Lapa chamou de “*a ronda das epidemias*”, tendo sido vítima de surtos de tifo amarelo, cólera, varíola e febre amarela. Esta última, dentre todas, foi a mais devastadora das epidemias, dizimando grande parte da população e marcando definitivamente a história local (LAPA, 1996, p. 243-274).

Sobre o assunto o presidente da *Febre Amarela* Antonio da Costa Santos, chamado a comparecer ao debate público “*Campinas: preservar ou destruir*”, numa breve explanação, diria apenas – e provocativamente – que: “*o surto daquela doença que assolou o país chegou a Campinas e forçou a administração municipal a realizar várias obras de saneamento básico, mudando inclusive o traçado urbano*” (UM DEBATE, 1986). Como veremos adiante, esse novo *surto* também acarretaria novas posturas por parte da prefeitura municipal, culminando com a criação do conselho municipal de defesa do patrimônio.

Antonio, aliás, foi um dos ativistas mais combatentes da *Sociedade Febre Amarela*, assumindo sempre uma postura de complementação e diálogo,

⁷⁴ Agradecemos a gentileza do arquiteto Luiz Aquino, sócio-fundador da *Febre Amarela*, em nos ceder este e outros documentos da entidade, cujas cópias mantém em seu acervo pessoal.

nunca de oposição, entre o novo e o antigo.⁷⁵ “Toninho”, como era conhecido em Campinas, herdou a paixão pela arquitetura do pai, o imigrante português Joaquim da Costa Santos, comerciante que se estabeleceu em Campinas na década de 1940 e nutria especial interesse por construir e vender casas.

Fig. 59 - Foto dos sócios-fundadores da *Sociedade Febre Amarela*: Luiz Antonio Aquino, Sérgio Portella, Luiz Cláudio Bittencourt (em pé) e Antonio da Costa Santos (abaixado). O registro foi feito em 2001, defronte a um dos edifícios, a antiga fundição *Lidgerwood*, cuja preservação foi garantida pela atuação do grupo, como veremos a seguir. Toninho, à época, era o prefeito eleito de Campinas.

Toninho cursou a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo no início dos anos 1970, em plena efervescência dos

⁷⁵ Segundo Luiz Aquino, que nos concedeu uma rica entrevista para realização deste trabalho, entre os outros sócios mais atuantes da *Febre Amarela* os papéis eram bem divididos: “[...] o Luiz Cláudio Bittencourt era a pessoa que tinha o conhecimento mais específico da história [...]. O Sérgio Portella era aquele que fuçava onde tinha a questão da lei, [...] sabia transformar uma coisinha numa encrenca. Então cada um batia de um lado. O Roberto era outra pessoa que tinha o conhecimento da história, dos livros, das coisas. Era uma pessoa muito importante e o Toninho o respeitava muito. Eu sou uma pessoa mais do fazer, então ‘vamos fazer isso, vamos fazer aquilo, pega isso, vai fazer uma intervenção lá, vai fazer um pedido, não, agora vai fazer uma ação dentro do Conselho’. Então eu topava e a gente ia batendo conforme iam aparecendo as coisas” (AQUINO, 2009, p. 1).

movimentos estudantis contra a ditadura militar (MARTINS, 2002). Nesse período passou a atuar na Assembleia do Povo,⁷⁶ importante movimento popular para a história recente de Campinas, onde conheceu as lideranças que acabariam por criar o Partido dos Trabalhadores (PT) na cidade.⁷⁷ Foi lá também que o arquiteto se interessou pelos projetos de autoconstrução na periferia, tema de sua dissertação de mestrado desenvolvida na Escola de Engenharia de São Carlos (SANTOS, 1985). Além da militância política, a partir de 1975 Toninho passou a atuar como professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (Puccamp), onde estreitaria sua relação com os temas vinculados à história da cidade.

Em 1978 adquiriu para sua moradia uma antiga chácara, ora inserida na área urbana de Campinas, onde ainda remanesciam uma casa grande e uma tulha. Conforme destacou José Pedro Martins (2002), em pesquisa sobre a carreira do arquiteto, ele *“encantou-se cada vez mais pela trajetória de sua casa e, submerso nos arquivos históricos da cidade, acabou fortalecendo aquela que seria a sua grande indagação: por que Campinas vem destruindo seu patrimônio histórico?”*.

Movido por essa inquietação, Toninho encabeçou várias ações visando à preservação do patrimônio cultural campineiro. Em 1986, por exemplo, um ano depois de encabeçar a formalização da *Sociedade Febre Amarela*, protagonizou o pedido de abertura de estudo de sua própria residência ao Condephaat. À época, mesmo avaliando o tombamento do conjunto como uma vitória para o patrimônio cultural da cidade, o arquiteto não escondeu

⁷⁶ O movimento Assembleia do Povo era composto pela reunião de várias associações de moradores de favelas de Campinas e tinha como eixo principal de reivindicação a questão da posse da terra e da habitação. O objetivo fundamental era a reurbanização das 84 favelas então existentes na cidade. Toninho fazia parte de um grupo voluntário (de sociólogos, assistentes sociais, arquitetos, advogados e estudantes universitários) de assessoria ao movimento. Sobre o assunto, cf. LOPES, 1988.

⁷⁷ Filiado ao PT, Toninho ocupou vários cargos políticos na cidade até que se elegeu prefeito de Campinas nas eleições de 2000. No entanto, depois de apenas oito meses no exercício do cargo, foi assassinado a tiros. O inquérito policial concluiu que o prefeito foi morto em seu automóvel sem nenhum motivo além do fato de ter cruzado por acaso com uma quadrilha de criminosos em fuga. A hipótese de motivação política, no entanto, nunca foi descartada pela viúva de Toninho, Roseana Garcia, que tenta desde então conseguir a reabertura do caso. Em janeiro de 2009, Roseana conseguiu uma vitória parcial, pois o Tribunal de Justiça de São Paulo decidiu reabrir as investigações. (SIMIONATO, 2009).

“[...] seu desgosto por não ter tido a oportunidade de viabilizar esse tombamento através de um conselho municipal, cuja idéia de criação [havia sido] abandonada em Campinas há seis anos” (CASA, 1986).⁷⁸

Durante o período anterior à criação desse conselho municipal, aliás, a *Sociedade Febre Amarela* encaminhou uma série de pedidos de tombamento ao Condephaat. Sobre o assunto, Luiz Aquino, um de seus sócios-fundadores, comentou:

Naquela época o Modesto Carvalhosa era o presidente do Condephaat. O que a gente mandava lá – o que Campinas mandava, e era a gente que mandava – ele punha em pauta, ou abria *ad referendum* e aí a coisa ia pro Conselho e aí se abria o processo. Não me lembro de processos que não foram abertos. [...] O que aconteceu com a cidade? Nós congelamos, porque cada imóvel tem 300 metros [de área envoltória]. [...] Então eu imagino o que a gente fez... Palácio dos Azulejos, Lidgerwood, Andrade Neves, ali do lado onde é o [hospital] Penido Burnier, a Estação, a Mogiana, o Largo do Rosário. Bom, congelamos a cidade (AQUINO, 2009, p. 2; 5).

Para Aquino, a atitude foi decisiva para a retomada das discussões relativas à lei de criação do Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Campinas. Além da situação criada na cidade, *congelada*⁷⁹ pela intersecção de várias áreas envoltórias de imóveis em estudo de tombamento, as iniciativas da *Febre Amarela* acabaram por gerar pressões à Administração Municipal também por parte do Condephaat. Em suas palavras: “*Não tinha mais jeito... Aí não teve jeito e fizeram a votação, porque aí o Condephaat começou a pressionar: ‘olha, resolvam o problema de vocês aí, o Condephaat tem muita coisa pra lidar e não está dando conta’*” (AQUINO, 2009, p. 5).

Em 1987 ocorreria ainda outro episódio decisivo para a definição das políticas preservacionistas de Campinas, sobre o qual nos deteremos a seguir por ilustrar de forma emblemática as formas e estratégias de atuação da *Sociedade Febre Amarela*. Trata-se do momento em que Toninho, como presidente da *Febre*, liderou um movimento de combate à demolição de um

⁷⁸ Em 1990, após a criação do Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Campinas, o arquiteto repetiria o feito solicitando também o tombamento municipal. As edificações também seriam o mote da tese de doutoramento que Toninho defendeu na FAUUSP (SANTOS, 1999).

⁷⁹ Utilizamos aqui o termo mencionado por Luiz Aquino em nossa entrevista. Cabe esclarecer, no entanto, que o tombamento não *congela*, apenas exige que qualquer modificação seja submetida à aprovação do Condephaat.

expressivo imóvel, o prédio da antiga fundição *Lidgerwood Manufacturing Co. Ltda*,⁸⁰ cujo processo de tombamento, ainda sem deliberação quanto à abertura, tramitava no Condephaat desde 1985.⁸¹

Fig. 60 - Edifício da antiga *Lidgerwood Manufacturing Co. Ltda*, visto a partir da Estação Ferroviária de Campinas. Atualmente o edifício abriga o Museu da Cidade.

Na noite de 29 de maio de 1987 Toninho recebeu por telefone a denúncia anônima de que o edifício seria demolido pela Prefeitura Municipal – que já havia desapropriado o prédio da Ferrovia Paulista S/A (Fepasa) – para

⁸⁰ A *Lidgerwood Manufacturing Company Limited* chegou a Campinas em 1868, ano em que abriu um depósito de implementos agrícolas. O edifício de que tratamos aqui, todo construído em alvenaria de tijolos aparentes, foi adquirido pela firma em 1884 para a instalação de uma fundição de ferro e bronze, constituindo-se como um dos primeiros prédios industriais da cidade. Sobre o assunto, cf. CONSELHO, 1989b.

⁸¹ O pedido de abertura de estudo de tombamento, assinado por membros da *Febre Amarela* – Sérgio Portella e Roberto Floeter – e do Grupo de História Regional da Unicamp – José Roberto do Amaral Lapa e Ademir Gebara – já apontava, em 1985: “Medidas urgentes se fazem necessárias devido ao risco iminente de demolição pelo poder público local, que pretende fazer passar uma via expressa sobre o terreno onde se encontra implantado esse bem histórico” (LAPA, 1985).

implantação de alterações no sistema viário do Centro da cidade.⁸² No dia seguinte, sábado, o arquiteto passou o dia no local registrando com uma câmera de vídeo a movimentação em frente ao prédio e os técnicos que lá trabalhavam. Ao mesmo tempo, comunicou a denúncia ao então Promotor do Meio Ambiente e do Patrimônio Histórico de Campinas, Antonieli Antonio Secanho que, por sua vez, acionou a Polícia Militar (PORTINARI, 1987a; ROUBADAS, 1987). No Boletim de Ocorrência registrado, o promotor declarou que:

[...] em frente ao prédio da Lidgerwood havia uma grande movimentação de operários da empreiteira CBPO – Companhia Brasileira de Projetos e Obras – que é contratada pela Prefeitura de Campinas para construir os túneis, cujas entradas ficam naquela região. Além disso, o promotor testemunhou que o prédio foi totalmente evacuado, a energia elétrica cortada e estava com algumas paredes demolidas (ROUBADAS, 1987).

Toninho, por sua vez, acusava o desaparecimento das águias de bronze que decoravam as janelas da antiga fundição. Segundo denunciou:

[...] a natureza do furto é estranha, uma vez que os objetos não têm valor comercial nenhum, apenas histórico, e que “estaria ligado à tentativa de desfigurar as características do prédio que está protegido pelo Condephaat e por uma liminar da 4ª Vara Cível de Campinas,⁸³ que impede a sua demolição pela Prefeitura Municipal, que desapropriou o bem da Fepasa” (CURADOR, 1987).

O resultado da intensa mobilização foi que o prédio passou por ostensivo policiamento durante aquele fim de semana, permanecendo sob constante vigilância de um destacamento da Polícia Militar. No início da semana seguinte o episódio ganharia ainda mais vulto com a cobertura dos jornais, que deram destaque à situação da *Lidgerwood*. A Prefeitura – que até então não havia se manifestado – por meio do Secretário de Obras José Luiz Guazzelli, declarou desconhecer que paredes tivessem sido demolidas e também o que estariam fazendo no local os funcionários da construtora

⁸² Tratava-se do projeto de interligação das vias expressas Aquidabã e Lix da Cunha, importantes eixos de ligação entre a região central, bairros e a Rodovia Anhanguera. O projeto previa ainda a construção de dois túneis que ligariam a região sudoeste de Campinas ao Centro, daí a necessidade da demolição de vários imóveis, entre eles o da antiga fundição *Lidgerwood*.

⁸³ Mesmo sem a abertura de estudo de tombamento da *Lidgerwood* pelo Condephaat, o prédio já se encontrava em área de interesse do órgão por se situar na envoltória da Estação Ferroviária de Campinas, tombada em 1982. Foi esse fato que possibilitou, inicialmente, o embargo de que trata a liminar citada.

contratada. Também negou envolvimento em relação ao desaparecimento das águias:

É um absurdo insinuar que a Prefeitura teria tirado as duas águias do prédio da Lidgerwood e autorizado a demolição sorrateiramente à noite. Não tiramos um pedregulho de lá e estamos aguardando decisão de justiça ao agravo impetrado na sexta-feira para derrubar a liminar que embargou as obras para, então, podermos continuar o trabalho (PREFEITURA, 1987).

Fig. 61 e 62 - Detalhe de uma das águias da antiga fundição *Lidgerwood*, agora utilizada como símbolo do Museu da Cidade, que o prédio abriga desde 1992.

Dias depois a *Sociedade Febre Amarela* organizou ainda um ato público em defesa da *Lidgerwood*. De mãos dadas e portando faixas e cartazes, um grupo composto por moradores e comerciantes das proximidades, mas também de outros bairros, além de estudantes, abraçaram o prédio em silencioso protesto. Os jornais registraram a opinião dos presentes:

George Sperber era uma das várias pessoas que embora não more naquela região participava do ato público. “É preciso criar uma consciência histórica dentro do ambiente urbano, para que sejam preservadas as amostras que nossos antepassados fizeram”, explicou. Já o morador da área central há 87 anos, Antonio de Mollin, manifestava o desejo pelo tombamento do prédio para a preservação da lembrança do passado de Campinas. “Não queremos que esse prédio seja demolido. Quando ainda era moleque este prédio já estava construído. É uma lembrança que guardamos dos bons tempos de outrora”, explicou (MORADORES, 1987).

O resultado de toda essa mobilização foi a análise em caráter de urgência pelo Condephaat de todas as demolições pretendidas na área envoltória da Estação Ferroviária. O órgão, então presidido pelo arquiteto Paulo Bastos,

determinou a preservação do edifício da antiga fábrica *Lidgerwood* e solicitou à Prefeitura Municipal de Campinas a apresentação de um projeto que previsse as necessárias alterações de traçado visando à preservação do bem (PRÉDIO, 1987).

À época, o Prefeito Municipal José Roberto Magalhães Teixeira passou a admitir que a preservação da *Lidgerwood* teria que acontecer mas declarava não considerar o fato “[...] *como uma derrota da Administração Municipal para seus opositores, como a Sociedade Febre Amarela, que desde a divulgação do projeto [vinha] tecendo severas críticas ao prefeito*” (PRESERVAÇÃO, 1987). Já o Secretário de Obras, José Luiz Guazzelli ainda demonstrava expectativa de que a decisão pudesse ser reconsiderada:

[...] a proposta da Prefeitura continua sendo de deixar o prédio fora das obras enquanto é realizado um estudo sobre sua importância histórica. “Enquanto isso faremos as demolições restantes. Se eles realmente comprovarem que o prédio da *Lidgerwood* tem um valor histórico que se sobrepõe à importância da obra, não onerando demais o poder público, então sua preservação é merecida” (PRESERVAÇÃO, 1987).

A Prefeitura, no entanto, teria que deixar efetivamente seus planos de demolição do imóvel, pois em 16 de junho o Condephaat deliberaria ainda pela abertura de estudo de tombamento da *Lidgerwood*. Os técnicos do órgão consideraram que a edificação era representativa do início da industrialização no interior paulista, decorrente de sua produção agrícola. Justificaram ser a edificação “[...] *um raro exemplar no panorama da produção arquitetônica de caráter fabril-econômico do Estado, oriundo daquela época*” (PROJETO, 1987).

Alguns meses mais tarde, em outubro de 1987, a *Sociedade Febre Amarela* se utilizaria do episódio para ilustrar sua exposição na IV Semana de Estudos Pedagógicos de Campinas, realizada no Museu Histórico e Pedagógico Dr. Campos Salles. Toninho apresentou o vídeo que havia feito na *Lidgerwood* no intuito de registrar a tentativa de destruição do prédio e denunciou a omissão dos serviços públicos em defesa do patrimônio histórico. Foram apresentados também vídeos de sessões da Câmara, os quais, segundo o

arquiteto, deixaram os participantes da Semana “*estarecidos com a total falta de competência técnica dos vereadores mostrados*” (PORTINARI, 1987a).

Outro ponto bastante discutido pelo presidente da *Febre Amarela* foi a formação de um conselho municipal de defesa do patrimônio cultural. Toninho recuperou o histórico do tema desde 1979, data em que o Prefeito Francisco Amaral havia desenvolvido um projeto de lei para criação do órgão, que permanecia engavetado:

O Secretário Municipal de Cultura Antonio Augusto Arantes Neto, embora já tenha sido presidente do Condephaat, permanece omissa diante dessa situação. A cidade de Campinas não tem uma política cultural, como também a Secretaria de Cultura (PORTINARI, 1987a).

Trataremos com mais detalhes essa questão à frente, mas vale adiantar que a crítica foi rapidamente rebatida por Arantes, ao afirmar que o fato de Campinas não possuir um conselho não significava que a Prefeitura estivesse deixando de lado a responsabilidade de preservar os bens imóveis da cidade, como veiculou o Jornal de Domingo de 25 de outubro de 2007:

Essa situação, diz Arantes, é bastante precária, na medida em que a cidade não tem um órgão representativo. Cada vez se torna mais importante, em sua opinião, a deliberação conjunta entre os órgãos públicos e a sociedade civil. “Considero imprescindível movimentos como o da Sociedade Febre Amarela. E enquanto não se cria este conselho, ficamos à mercê da boa vontade da organização de grupos que saibam expressar os anseios da população”, diz ele.

Embora o secretário admita que é do entendimento do prefeito que sua administração deva ser feita em conjunto, desconhece qual a razão da Câmara estar segurando a apreciação favorável do projeto de criação do conselho. “Será que estão conscientes da importância da preservação do patrimônio histórico? Isto eu realmente não saberia responder”, afirma Arantes (PORTINARI, 1987b).

Essa seria a última matéria registrada pela imprensa sobre a necessidade de criação de um conselho local de defesa do patrimônio. Em 17 de dezembro de 1987 foi promulgada a Lei nº. 5885, dispondo sobre a proteção e preservação do patrimônio histórico, artístico, estético, arquitetônico, arqueológico, documental e ambiental do município de Campinas. A lei revogou a anterior de 1979, que havia criado o nunca regulamentado

Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico e Artístico de Campinas, e este passa a se chamar Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Campinas.⁸⁴

A promulgação da lei coincide também com o encerramento da fase mais combativa da *Sociedade Febre Amarela*, embora suas ações tenham adentrado a década seguinte, quando houve até mesmo a tentativa de transformar a entidade em uma fundação. A *epidemia* estabelecida em Campinas se alastrou inclusive para outros municípios, nos quais o grupo foi chamado a colaborar com a organização de diferentes entidades preservacionistas. Aquino, na entrevista concedida, lembrou, por exemplo, do grupo *Banço* de Rio Claro (AQUINO, 2009, p. 6-7)⁸⁵. Sobre a *Fundação Febre Amarela*, o arquiteto revelou que a intenção era a de criar um centro permanente para discussão das questões de defesa do patrimônio cultural e para produção de conhecimento. Foi com pesar que falou da não efetivação do projeto, decorrente da precoce morte de Toninho, assassinado quando prefeito de Campinas, em 2001:

[...] esse projeto dele estava prontinho. [...] chegou a registrar a fundação mas ela foi extinta há coisa de uns 6 meses atrás. Está extinta. Por quê? Porque não tem cabimento fazer uma fundação hoje, continuar essa fundação sem ela ter sido instalada pela pessoa que tinha... A gente tinha o tempo, a disponibilidade pra colaborar [...], só que ela precisava crescer mais e isso só iria acontecer quando terminasse o mandato do Toninho (AQUINO, 2009, p. 11).

Como se depreende do exposto até aqui, de fato a figura de Toninho foi fulcral durante a existência da *Febre Amarela*. Por esse motivo, encerramos

⁸⁴ A votação, vale registrar, também contaria com uma ação da *Febre Amarela*, conforme depoimento de Luiz Aquino: “Nós fizemos uma coisa... Eu vou contar hoje pra você. Nós fomos com uma máquina lá, de filmagem, mas não tinha fita cassete... Os vereadores tremiam de medo e a gente ‘Tô filmando, tô filmando, tô filmando, olha, você tomou essa atitude’... E aquilo provocou um adiamento da votação até 2, 3 horas da manhã. [...] Eram os artifícios, a filmagem... Bom, isso provocou o quê? Isso provocou a criação do Condepacc” (AQUINO, 2009, p. 4).

⁸⁵ O grupo *Banzo para a Cultura e o Meio Ambiente* foi fundado em Rio Claro por Paulo Rodrigues, no ano de 1976. Dedicava-se à pesquisa, à produção de materiais educativos e à difusão de práticas e tecnologias apropriadas para a recuperação, conservação e melhoria do meio ambiente e da cultura, ao mesmo tempo em que exercia “vigilância no sentido de impedir quaisquer tipos de violência contra o patrimônio natural, histórico, artístico e cultural”. Formou e difundiu um acervo com fotos e documentos históricos, além de uma importante videoteca registrando os mais variados temas locais, a partir de 1982. O *Banzo* também foi o responsável pela solicitação de pedidos de tombamento de imóveis de Rio Claro ao Condepahaat e pela realização do 1º Encontro Paulista de Preservação Municipal (BALDESSIN, 2004).

este item do presente trabalho com a reprodução de trechos de um texto que o arquiteto produziu em 1988 com o intento de promover um balanço das discussões promovidas e das atividades desenvolvidas pela entidade. Texto esse, aliás, provocativo como o autor e como a *Febre* que ele liderou:

Se o descaso e a incompetência técnica dos poderes públicos locais não fossem extremos nestes últimos anos, talvez não existisse hoje, pelo menos nos termos em que ficou conhecido, o persistente “grupo” que leva à sua frente o “maldito” nome “Febre Amarela”.

[...] Ausência consentida. Cúmplice.

Aquilo que começou como um grupo “quixotesco” se transformou em sociedade civil de “preservacionistas de plantão” e hoje é a única fundação de estudos urbanos, dirigidos a uma questão específica, conhecida na região administrativa de Campinas.

[...] sua prática todos conhecem, está amplamente documentada pela imprensa local, pois sempre que necessário defendemos nossas posições publicamente, sem mistificações tecnicistas ou conchavos econômicos.

Trabalhamos desde o início para criação e institucionalização do Conselho do Patrimônio Cultural de Campinas.

Processamos judicial e criminalmente, por infração do código de direito civil e penal, proprietários inescrupulosos [...] por demolirem, nos fins de semana ou na calada da noite edifícios em processo de tombamento pelo Condephaat. Processamos também a Prefeitura, por fornecer alvarás de demolição irregulares e por descaracterizar áreas de proteção, à revelia de constantes notificações do Febre Amarela e do Condephaat.

[...] Nosso compromisso tem sido com a cidade e o que restou do seu patrimônio cultural.

Porém, durante esses anos “febre amarela” também procurou construir massa crítica, isto é, promoveu eventos, palestras, encontros, exposições fotográficas [...]. Montamos e informatizamos o mais completo inventário sobre acervos documentais, iconográficos e bibliográficos da história urbana de Campinas [...]. Elaboramos levantamento fotográfico sobre as transformações urbanas [...]. Ministramos cursos [...].

Assim, procuramos somar às nossas ações concretas frente à cidade a necessária qualificação científica profissional, pois somente desta maneira poderemos agir com algum critério no campo da preservação ambiental e urbana. [...]

Porém perguntamos: será preciso muita fundamentação para estabelecermos as diferenças entre uma construção neoclássica do início do século e uma construção dos anos 80?

[...] sugerimos uma pequena experiência, simples mesmo até para o mais singelo cidadão: encaminhem-se para a frente da antiga

casa do Visconde de Indaiatuba ou do Barão de Itapura, olhem bem, entrem, e depois dêem uma olhada para os prédios da Francisco Glicério [...]. E depois disso, se não perceberam ainda a diferença, a única solução será descolar da lente dos seus óculos o dólar! E cuidado, pois um dia o mosquito pode te picar... (SANTOS, 1988)

3.2.3. O Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Campinas e as decorrentes políticas de preservação

A primeira notícia que encontramos referente ao início das tentativas de institucionalização das políticas públicas de defesa do patrimônio cultural de Campinas remonta ao ano de 1979, quando foi encaminhado ao então Prefeito Municipal Francisco Amaral um projeto para criação do Conselho do Patrimônio Histórico e Artístico de Campinas (Cophac). Sugestão de seu vice, José Roberto Magalhães Teixeira, o projeto vinculava o órgão à Secretaria de Cultura e determinava como sua atribuição *“incrementar a proteção e conservação dos bens tombados, possuidores de valor histórico e artístico”* (CAMPINAS, 1978).

O documento encaminhado, conforme veiculou o jornal *O Estado de São Paulo*, apresentava com riqueza de detalhes não só os bens passíveis de tombamento como também as compensações oferecidas aos futuros proprietários de bens tombados:

O novo projeto da Prefeitura consegue garantir a existência das matas e [...] o tombamento dos bens imóveis ou integrados “em conjuntos urbanos e rurais da cidade e do município de Campinas, tanto de propriedade particular como pertencentes às pessoas jurídicas de direito público, que forem julgados necessários à evocação e preservação do passado histórico de Campinas, de forma a tornar esses bens apreciados pela sua forma original e realçados por seus aspectos característicos” [...]. O mesmo documento permite o tombamento de próprios [sic] municipais, estaduais e federais, vinculados a fatos memoráveis da história local e, ao mesmo tempo, autoriza o tombamento de obras de arte de autores ligados a Campinas.

Estabelece ainda que, “como compensação às restrições estabelecidas pela legislação (limitação do uso e alterações, demolições ou mesmo pinturas) poderá o prefeito municipal conceder redução de até 100 por cento do imposto predial a que estiver sujeito o imóvel tombado” (CAMPINAS, 1978).

No entanto, no ano seguinte, quando promulgada a Lei nº. 4886 de 14 de maio de 1979, que cria o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico e Artístico de Campinas, esses itens sequer são mencionados, ficando sujeitos a uma regulamentação que deveria ocorrer em um prazo de 60 dias, mas que nunca foi efetivada. Desse modo a lei apenas determinou os seguintes objetivos e atribuições do conselho:

Artigo 2º - O Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico e Artístico de Campinas tem os seguintes objetivos:

I - Definir a política municipal de defesa do patrimônio histórico e artístico;

II - Coordenar, integrar e executar as atividades públicas referentes à defesa do patrimônio histórico e artístico;

III - Proceder a estudos para elaboração e aperfeiçoamento de recursos institucionais e legais, genéricos ou específicos para defesa do patrimônio histórico e artístico.

Artigo 3º - Cabe ao Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico e Artístico:

I - Sugerir aos poderes competentes, (VETADO), quando forem de âmbito estadual ou federal, medidas, inclusive pela modificação da legislação existente, para cumprimento das exigências no tocante à defesa do patrimônio histórico e artístico;

II - Efetuar, sempre que necessário, gestões junto a entidades privadas, objetivando que estas colaborem na execução da defesa do patrimônio histórico e artístico;

III - Elaborar o seu regimento interno. (CAMPINAS, 1979).

Quanto à composição, excetuando-se um representante nomeado por livre escolha do prefeito e um representante da Câmara Municipal, o conselho seria majoritariamente formado pela representação de entidades civis atuantes no município e de instituições de ensino, com: um representante da Academia Campineira de Imprensa; um da Academia Campineira de Letras e Artes; um da Academia Campineira de Letras; dois indicados pelos clubes de serviço com sede no Município; um arquiteto, indicado pela Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Campinas; e dois historiadores, indicados respectivamente pela Unicamp e pela Puccamp. (CAMPINAS, 1979).

No início dos anos 1980 o projeto permaneceria engavetado. Em agosto de 1982, durante um debate realizado na Prefeitura Municipal com a participação dos arquitetos Carlos Lemos e Benedito Lima de Toledo, ambos, que já traziam consigo a experiência no Condephaat ressaltaram a urgência da estruturação do serviço de patrimônio recém-criado. Lemos, ao final do debate, disse:

[...] acreditar que se concretize de fato a Comissão que está começando a se organizar em Campinas, para atuar junto ao Serviço de Patrimônio do Município, “e que sua efetivação se dê independentemente de quaisquer divergências, que ainda são comuns na discussão do que e como preservar o patrimônio cultural de uma cidade” (MEMÓRIA, 1982).

Os representantes de entidades preservacionistas presentes, corroborando com a explanação de Lemos, decidiram por uma agenda de reuniões para que se intensificassem as propostas à Administração Municipal *“de criação de mecanismos legais capazes de regular uma política de preservação e valorização do patrimônio histórico”* (MEMÓRIA, 1982).

Os encontros somente aconteceriam depois de um ano, a partir de outubro de 1983. Na ocasião, representantes do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB), da Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Campinas (AEAC), do Centro de Ciências, Letras e Artes (CCLA), da Unicamp e da Puccamp se reuniram pela primeira vez no intuito de concretizar o inativo conselho do patrimônio. Antonio da Costa Santos – não como membro da *Febre Amarela*, sequer mencionada nessas discussões, mas sim como representante da AEAC – havia, para tanto, procurado o apoio de Magalhães Teixeira, então prefeito, de quem recebera *“carta branca para o andamento da proposta e do conselho”* (PATRIMÔNIO, 1983).

Na reunião, ocorrida na sede do CCLA, da qual participaram cerca de 30 pessoas, foi criada uma comissão provisória formada por seis pessoas, cuja tarefa seria a de estudar a legislação existente e buscar a formalização do grupo junto ao Secretário de Cultura (CRIADA, 1983).

A segunda reunião da comissão, ainda informal, aconteceu em março de 1984, na Associação Campineira de Imprensa, quando foi redigido um

abaixo-assinado solicitando ao Prefeito a inclusão de outras entidades além daquelas previstas na lei de criação do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico e Artístico de Campinas (PATRIMÔNIO, 1984). O encontro contou dessa vez com a participação de três pessoas já escolhidas pela Prefeitura Municipal para atuar na formação do conselho: Odilon Nogueira de Matos, da Puccamp, Antonio Euler Lopes Camargo, da Delegacia Regional de Cultura, e José Roberto do Amaral Lapa, da Unicamp (PEDIDA, 1984).

As reuniões ocorridas a partir de agosto daquele ano passaram a ser documentadas e suas atas constam dos arquivos da Coordenadoria Setorial do Patrimônio Cultural como documentação oficial da criação do Condepacc.⁸⁶

Na primeira delas, em 31 de agosto, a partir dos comentários do professor Celso Maria de Mello Pupo, pode-se inferir que o foco das discussões permanecia em torno da legislação pertinente à atuação do conselho. Pupo considerava ser imprescindível o refinamento do discurso e dos significados das expressões, já que a ênfase no discurso arquitetônico – como havia percebido no estudo da legislação do Condephaat – fugia aos requisitos jurídicos, gerando uma orientação não muito segura de sentido (LIVRO ATA, 31/08/1984, f. 01 e 01 verso).

Ainda nessa primeira reunião, Toninho revelou ter contatado Antônio Augusto Arantes Neto, então presidente do Condephaat, que se prontificara a uma conversa com os membros da comissão de Campinas. A presença de Arantes se deu logo na reunião seguinte do grupo, em 28 de setembro.

Na ata daquela reunião registrou-se que para “o Prof. Arantes a questão da preservação do patrimônio histórico estava diretamente ligada ao processo de produção da cultura – assim, uma política de preservação deveria ser flexível a fim de levar em conta as peculiaridades de cidades e regiões” (LIVRO ATA, 28/09/1984, f. 04). Também foram sugestões de Arantes a participação de um representante do

⁸⁶ Apesar de a legitimação dos participantes no grupo de trabalho somente ter ocorrido dois meses depois, por nomeação do prefeito em portaria publicada no Diário Oficial do Município.

Condephaat naquela comissão e a promoção de discussões junto às entidades existentes na cidade e às duas universidades (LIVRO ATA, 28/09/1984, f. 06).

Àquela época, após várias reivindicações por parte de seus membros, o Grupo de Trabalho (GT) foi finalmente oficializado. Por meio da Portaria nº. 18081 de 19 de outubro de 1984 foram nomeados para “*constituírem o Grupo de Trabalho encarregado pela discussão e encaminhamento dos assuntos relacionados ao Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico e Artístico de Campinas*”:

Representante	Instituição
Alexandre dos Santos Ribeiro	Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Alvaro Azevedo Marques	Associação dos Rotarianos de Campinas
Antonio da Costa Santos	Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Campinas
Antonio Euler Lopes Camargo	Museu Histórico e Pedagógico Campos Salles
Augusto César Petta	Sindicato dos Professores
Benedito Barbosa Pupo	Associação Campineira de Imprensa
Celso Maria de Mello Pupo	Museu Arquidiocesano de Campinas
Euclydes Guimarães	Academia Campineira de Letras e Artes
Ezequiel Theodoro da Silva	Secretaria de Cultura, Esportes e Turismo
João Caetano Monteiro Filho	Lyons Clube de Campinas
Jorge Antonio José	Câmara Municipal de Campinas
José Roberto do Amaral Lapa	Universidade Estadual de Campinas
Luiz Cláudio Bittencourt	Instituto dos Arquitetos do Brasil/Regional Campinas
Maria Erlinda Cassab Pallerosi	Secretaria de Planejamento e Coordenação
Odilon Nogueira de Matos	Academia Campinense de Letras
Plínio Guimarães Moraes	Gabinete do Prefeito
Tadeu Silva Gama	Confederação das Indústrias do Estado de São Paulo

Quadro 5 – Lista dos nomeados para compor o GT. Desses, três eram de setores da Administração Pública, um da Câmara Municipal e os outros treze de entidades civis e instituições de ensino.

Outra iniciativa foi a formação de grupos de trabalhos menores, que se reuniriam em encontros extraordinários para o estudo específico de áreas afins ao patrimônio. Assim foram estabelecidos os seguintes eixos temáticos e subgrupos, a partir das afinidades dos participantes com os assuntos sugeridos: imobiliário arquitetônico e histórico – Maria Erlinda, Toninho e Bittencourt; monumentos de Campinas – Euclydes Guimarães; arquivos e documentos – Antonio Euler, Lapa e Benedito Pupo; objetos e museus – Celso Pupo, Antonio Euler e Alexandre Ribeiro; assuntos jurídicos e

institucionais – Jorge Antonio, Ezequiel e Renato Nanni⁸⁷ (LIVRO ATA, 28/09/1984, f. 06 verso).

Na reunião de 26 de outubro de 1984 seriam delineadas as primeiras contribuições desses grupos. Lapa, por exemplo, apresentou os levantamentos preliminares que havia realizado sobre os acervos públicos e privados existentes em Campinas passíveis de tombamento. Antonio Augusto Arantes, presente novamente como convidado, se posicionou diante da questão colocada: “[...] revelou que a questão dos tombamentos dos acervos documentais é complicada devido à falta de critérios para a delimitação dos objetos em termos de preservação e utilização e que, por parte do Condephaat, não havia uma posição clara e definitiva sobre a questão” (LIVRO ATA, 26/10/1984, f. 08).

Toninho, por sua vez, informou sobre o arrolamento de imóveis que o grupo responsável por discutir o patrimônio imobiliário arquitetônico e histórico vinha realizando. Ponderou que a relação entre os territórios históricos – como o patrimônio ferroviário, o parque industrial e as vilas operárias – deveria ser pensada mais profundamente à luz do urbanismo contemporâneo e das estratégias de crescimento de Campinas, de modo que os objetos patrimoniais fossem tomados como “*coisas vivas*” (LIVRO ATA, 26/10/1984, f. 08 verso). Já o grupo responsável pelos assuntos jurídicos e institucionais se posicionou apenas quanto à necessidade do desenvolvimento de programas de educação patrimonial, postergando para o mês seguinte a revisão da legislação pertinente.⁸⁸

De fato, na reunião de 30 de novembro de 1984, após informe de que a Lei n°. 4.886 de 14 de Maio de 1979, em vigor, não tinha validade pois não

⁸⁷ Este último, não nomeado no GT, participava das reuniões como consultor pela Assessoria Jurídica da Secretaria Municipal de Planejamento. Na documentação consultada, localizamos cartas manuscritas de Nanni que elucidaram a questão: “Entendo não poder me manifestar nos autos como assessor [...]. Faço algumas considerações, *extra oficiais*, no entanto, visando esclarecer algumas das questões levantadas” (Grifo do autor. HISTÓRICO, ofício s/n°. de 23/05/1985).

⁸⁸ O curioso é que, apesar da compreensão das variadas dimensões do patrimônio cultural, percebida por meio dos temas escolhidos para os subgrupos, ainda durante os estudos para a formalização do Conselho, quando foi finalmente efetivado, o órgão passou a atuar sobre uma questão muito específica: o tombamento de bens considerados monumentais ou excepcionais em Campinas. Como todo o percurso da criação aponta que os envolvidos eram sensíveis a outras questões, consideramos pertinente avaliar a situação tendo em conta os limites da época: tratava-se de salvar exemplares de iminentes demolições.

havia sido regulamentada, seria apresentada pela primeira vez a nova minuta para criação do Conselho. Além dessa, outra novidade ficaria por conta da participação novamente de Arantes, mas dessa vez não como convidado e sim como Secretário de Cultura nomeado pelo Prefeito Municipal.

Sobre o assunto, Luiz Aquino, na entrevista que nos concedeu, atribuiu a nomeação de Arantes à necessidade do governo municipal de que o GT fosse encabeçado por alguém com habilidade política para conduzir os encaminhamentos, dada à heterogeneidade da comissão, mas também com sólido embasamento teórico e conhecidas qualidades técnicas, capazes de fazer frente aos questionamentos colocados pelos movimentos preservacionistas. Sobre a relação entre Arantes e a *Febre Amarela*, disse:

Olha, o Arantes... O Arantes, ele não gostava do *Febre*. Mas ele respeitava o *Febre*. Assim, ele não gostava por quê? Porque a gente incomodava e fazia com que ele tivesse que trabalhar. [...] Mas ele foi uma pessoa que temia o *Febre*. Então, se o *Febre* falava, ele mudava o olhar. Mas ele era muito seguro, e ele dava aquele ar pomposo pro cargo. [...]

Então, por que de repente aparece o Arantes pra ser Secretário de Cultura? Não quero ser vaidoso, não, mas era o *Febre*. Por quê? O Prefeito não tinha gente com gabarito (AQUINO, 2009, p. 11-12).

O nome de Arantes, desse modo, atendia satisfatoriamente aos pré-requisitos da Administração Municipal. Formado em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo, Arantes já era, àquela época, doutor em antropologia e professor há quinze anos do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp. Além disso, havia sua experiência no Condephaat, tendo lá permanecido inicialmente como assessor cultural e depois, de 1983 até sua ida para a Prefeitura de Campinas, como presidente do órgão.⁸⁹

Por outro lado, há que se considerar que Arantes havia assumido a presidência do Condephaat durante a gestão de André Franco Montoro no governo do Estado, político do PMDB que em 1988 seria um dos dissidentes criadores do PSDB. Em Campinas, Magalhães Teixeira, prefeito

⁸⁹ Durante sua permanência no órgão estadual Arantes organizou ainda um seminário, realizado entre os meses de julho e agosto de 1983, cujos resultados publicaria no livro *Produzindo o passado: estratégias de construção do patrimônio cultural*, que permanece como referência para as pesquisas na área até os dias de hoje (ARANTES, 1984).

que nomeia Arantes para o cargo de Secretário de Cultura, também havia sido eleito pelo PMDB e igualmente seria um dos nomes envolvidos com a fundação do PSDB, o que deixa clara a afinidade esboçada por Luiz Aquino quando se referiu aos *quadros* da Secretaria de Cultura: “*Então já tinha aquele núcleo, tinha um núcleo partidário...*” (AQUINO, 2009, p. 12).

Mas a despeito dos arranjos políticos e das qualificações do presidente daquela comissão de estudos, o desenrolar das atividades do GT não aconteceria sem reações por parte dos proprietários de imóveis históricos.

O ano de 1985 irrompeu com a demolição, já mencionada anteriormente, de quatro antigos casarões construídos na passagem do século XIX para o XX (EM 17 DIAS, 1985). Na ata da reunião do GT de 25 de janeiro, a *Febre Amarela* não é citada mas há menções a um “*grupo independente*” que vinha agindo visando à preservação de um casarão na Avenida Andrade Neves, região central da cidade. A preocupação, externada pelo professor Lapa, era a do relacionamento do evento ao conselho, “*à luz das interpretações veiculadas pela imprensa*” (LIVRO ATA, 25/01/1985, f. 14 verso)⁹⁰

Naquele ano, em virtude do agravamento dos problemas da preservação em nível municipal (LIVRO ATA, 08/03/1985, f. 17), os trabalhos do grupo foram intensificados visando à elaboração da nova lei, que deveria tratar da formação do conselho, mas também dos desdobramentos da política municipal de preservação, em geral, e da regulamentação dos tombamentos, em específico. Assim, em abril de 1985 seria distribuída para apreciação dos

⁹⁰ Encontramos na documentação um complemento à informação prestada por Luiz Aquino, de que naquela época todos os pedidos de abertura de estudo de tombamento enviados ao Condephaat pela *Febre Amarela* eram acatados. Marcos Carrilho, representante do órgão estadual no GT de Campinas, ponderou, em 1985, “*sobre a nova orientação do Presidente do Condephaat, Doutor Modesto Carvalhosa, no sentido de conter as demolições de imóveis em Campinas, onde a situação tinha atingido um nível crônico*” (LIVRO ATA, 08/03/1985, f. 18). Em abril do mesmo ano a reunião do GT contaria em sua abertura com uma fala de “*representante do grupo preservacionista Febre Amarela*”, que discorreu sobre seus objetivos, solicitando ainda adesão aos pedidos de tombamento encaminhados ao Condephaat. O representante não foi identificado, mas acreditamos fosse ou Toninho ou Luiz Cláudio Bittencourt, já que da lista de convidados presentes constam apenas os nomes do presidente e de um funcionário do Condephaat (LIVRO ATA, 08/03/1985, f. 19 verso e 20). Uma vez mais se pode notar a intenção de desvincular os membros da *Febre* da comissão oficial, na qual a participação somente lhes seria garantida por outras instituições, caso da AEAC e do IAB.

membros do GT a minuta final, elaborada por Renato Nanni e Jorge Antonio José.

A minuta tramitou internamente na Prefeitura Municipal por um ano,⁹¹ de modo que o GT só voltaria a se reunir em 29 de abril de 1986. Durante esse período foram debatidas questões pontuais da redação da nova lei, caso da criação da Coordenadoria do Patrimônio Cultural, bem como sua estrutura e suas atribuições (LIVRO ATA, 06/05/1986, f. 02), e da composição do conselho. Nesse caso, a discussão centrava-se na participação ou não de secretarias municipais representando o Executivo.

O parecer de Ezequiel Theodoro, da Secretaria de Cultura, Esportes e Turismo, foi pela manutenção no conselho das Secretarias de Planejamento e Coordenação, de Obras e Serviços Públicos e de Negócios Jurídicos. Às considerações proferidas, Arantes acrescentou *“achar de fundamental importância essa permanência na medida em que [permitiria] maior agilização das decisões”* (LIVRO ATA, 13/05/1986, f. 02). Manifestaram-se contrários apenas Bittencourt e Toninho:

O sr. Luiz Cláudio Bittencourt disse achar redundante a presença da Secretaria de Obras uma vez que todos os trabalhos dessa Secretaria estão atrelados e dependem da Secretaria de Planejamento. O Prof. Arantes apontou serem suas atribuições distintas e poderão, em suas instâncias, agilizar as determinações do Conselho. Indagou o Sr. Antonio da Costa Santos qual seria a função do Secretário Chefe de Gabinete junto ao Conselho, ao que o Prof. Arantes respondeu que o mesmo representa a célula da administração onde está o prefeito constituindo, assim, uma garantia de prontidão daquela autoridade no que tange às decisões do Conselho (LIVRO ATA, 13/05/1986, f. 02).

Apesar dos dois votos contrários – Toninho foi favorável apenas à permanência da Secretaria de Assuntos Jurídicos e Bittencourt contrário à permanência da Secretaria de Obras – a minuta foi aprovada. Nesse mesmo

⁹¹ Toda a tramitação, embora desorganizada e não catalogada, se encontra à disposição para consulta pública em uma pasta suspensa sob o título *“Histórico do Condepacc/Criação”* no acervo do Centro de Documentação Maria Luiza Pinto de Moura, vinculado à Coordenadoria Setorial do Patrimônio Cultural da Secretaria Municipal de Cultura de Campinas.

momento, “lembrou o Prof. Arantes a manifestação do sr. Prefeito a respeito da inclusão de um representante dos grupos preservacionistas e ambientalistas o que, certamente, incentivaria a formação de novos grupos com essas finalidades” (LIVRO ATA, 13/05/1986, f. 03). Resolvia-se assim a questão da *Febre Amarela*, incluída – pois não se tem notícia de outra entidade preservacionista registrada até aquele momento – sem ser reconhecida de fato. Toninho absteve-se da votação desse ponto da pauta, igualmente aprovado. Também foi aprovada, mas dessa vez por unanimidade, a inclusão de representantes da Sociedade Amigos da Cidade e da Associação Campineira de Imprensa.

Ainda em 1986 foi elaborada a minuta final do anteprojeto de lei em pauta, com todas as modificações sugeridas. Submetida em 20 de maio à apreciação dos membros do Grupo de Trabalho pelo presidente da comissão, Antonio Augusto Arantes, a minuta não recebeu nenhuma manifestação contrária, sendo considerada aprovada em sua totalidade (LIVRO ATA, 20/05/1986, f. 01).

O projeto, no entanto, permaneceria mais de um ano paralisado, como vimos anteriormente. Apenas em dezembro de 1987, após toda a mobilização realizada pela *Sociedade Febre Amarela*, é que o anteprojeto seria levado à votação, culminando com a promulgação da Lei nº. 5885 de 17 de dezembro de 1987. A partir dela, o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico e Artístico de Campinas, criado pela Lei n. 4886 de 14 de maio de 1979, passou a denominar-se Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Campinas e suas competências foram assim estipuladas, em seu Artigo 2º:

I - definir a política municipal de defesa e proteção do patrimônio cultural, compreendendo o histórico, artístico, estético, arquitetônico, arqueológico, documental e ambiental do Município;

II - coordenar, integrar e executar as atividades públicas referentes a essa política;

III - proceder a estudos para elaboração e aperfeiçoamento de recursos institucionais e legais, genéricos ou específicos, para os fins dessa política;

IV - sugerir aos poderes públicos estadual ou federal medidas para cumprimento das exigências decorrentes da execução dessa política, inclusive a modificação da legislação em vigor;

V - efetuar, sempre que necessário, gestões junto a entidades privadas, solicitando-lhes a colaboração na execução da política de que trata o item I deste artigo;

VI - elaborar o seu regimento interno (CAMPINAS, 1987, Artigo 2º).

Juntamente com o Condepacc foi criada a Coordenadoria do Patrimônio Cultural, órgão diretamente subordinado ao Secretário de Cultura, cujos técnicos – especialistas nas áreas de arquitetura e urbanismo, história, ciências sociais, geografia, ciências biológicas, documentação e arqueologia – seriam responsáveis por:

I - localizar, identificar e inventariar os bens culturais do Município;

II - instruir os processos de tombamento e os referentes às áreas envoltórias dos bens tombados;

III - propor ao Conselho normas para regulamentação das áreas envoltórias;

IV - fiscalizar e supervisionar todos os serviços necessários à conservação e restauração de bens culturais do Município (CAMPINAS, 1987, Artigo 12).

Por fim, a lei estabelecia definitivamente que os bens estipulados como patrimônio cultural do município seriam protegidos e preservados pelo instituto jurídico do tombamento, não podendo ser destruídos, dissolvidos, mutilados ou alterados, nem reparados, pintados ou restaurados sem prévia autorização do Conselho (CAMPINAS, 1987, Artigos 9º, 10 e 15).

A Lei nº. 5885 de 17 de dezembro de 1987 inaugurou uma nova fase nas políticas preservacionistas do município e foi noticiada com entusiasmo pela imprensa local, que considerava que a Prefeitura havia dado “*um passo decisivo na questão da preservação do patrimônio histórico de Campinas*” (DRUZIAN, 1987b). Em relação especificamente ao Conselho, esperava-se “*um trabalho contínuo de estudo e preservação*” e que criasse na população “*uma consciência crítica sobre a importância de se preservar o passado através do presente, com olhos bem abertos para o futuro*” (CARDILLO, 1988).

As primeiras realizações do Condepacc, assim como aquelas levadas a cabo pelos membros da *Sociedade Febre Amarela*, configuraram-se mais como respostas a demandas específicas – mormente a salvaguarda de edifícios ameaçados de demolição – que propriamente como fruto do estabelecimento de uma política pública para o campo do patrimônio cultural.

O primeiro estudo de tombamento aberto em 1988 foi o do Solar do Barão de Ataliba Nogueira (CONSELHO, 1988a), após o qual se seguem outras sete solicitações.⁹² O conjunto de bens para o qual se volta a preocupação do Conselho durante o primeiro ano de sua atuação simboliza claramente a imagem da cidade de Campinas que se pretendia preservar. Sua prioridade foi assegurar a proteção legal de alguns bens já notadamente reconhecidos como patrimônio da cidade, de modo que os primeiros tombamentos do órgão contemplaram apenas bens isolados, localizados na região central, quase exclusivamente solares dos barões de café ou templos religiosos.

Em nossa pesquisa, buscamos recuperar a trajetória da política de preservação dos bens culturais no município, através da análise das deliberações do Condepacc. Verificamos toda a documentação relativa aos processos de tombamento abertos desde 1988 e, com isso, pudemos perceber que, se nos primeiros anos a ação do órgão esteve centrada na preservação de bens de origem aristocrática ou religiosa, ao longo dos anos foram sendo inseridos gradualmente bens de outras naturezas, como os ambientais, edifícios industriais ou vilas operárias. Mas, de modo geral, o caráter de excepcionalidade ainda dominava as discussões, de modo que grandes conjuntos urbanos, de casario como o projetado pelos *construtores licenciados*, ainda não seriam considerados.

Nos anos seguintes, são relevantes as aberturas dos processos de tombamento do Complexo Ferroviário Central da antiga Fábrica de Tecidos

⁹² Foram os seguintes processos de tombamento: Solar do Visconde de Indaiatuba; Solar do Barão de Itapura; Solar do Barão de Itatiba (Palácio dos Azulejos); Catedral Metropolitana; Capela de Nossa Senhora da Boa Morte, Imóvel situado à Rua Padre Vieira, 1.277, e Imóvel situado à Rua Dr. Quirino, 1396 e 1404 (CONSELHO, 1988a a 1988h).

Elásticos Godoy & Valbert (CONSELHO, 1989a), da anteriormente citada Lidgerwood Manufacturing Ltda. (CONSELHO, 1989b) e da antiga Fepasa (CONSELHO, 1989c). Apesar da incorporação de novas tipologias arquitetônicas, relacionadas ao patrimônio industrial, é importante ressaltar, porém, que os edifícios acima relacionados ainda foram eleitos mais por seu caráter individual de excepcionalidade ou representatividade histórica e não como uma nova categoria de bens que devesse ser sempre considerada.

O processo da antiga Fepasa, por exemplo, por seu título de “*Complexo*”, faz pensar que o procedimento do Condepacc foi o de considerar em seu plano de preservação o conjunto das edificações ferroviárias remanescentes no pátio ferroviário. No entanto, apenas foram tombados alguns edifícios *eleitos* pelos técnicos locais, que em vez de ter em consideração a noção de conjunto do parque ferroviário, ao contrário, selecionaram o que de *memorável* deveria ser preservado, coincidentemente edifícios de arquitetura monumental, deixando os outros, igualmente importantes para o funcionamento das atividades da ferrovia, condenados à ruína (FRANCISCO, 2007).

Outro indicativo dessa postura pode ser constatado através da análise dos documentos contidos no arquivo morto da CSPC, no qual se encontra um protocolo datado de 1991 solicitando o tombamento do prédio existente na Rua Carolina Florence, entre as Ruas Cônego Nery e 1º de março. Tratava-se de uma edificação tipicamente fabril, com forte influência da arquitetura inglesa de tijolos à vista e estrutura metálica. O processo de tombamento nunca chegou a ser aberto, visto que o primeiro conselheiro, representante da Associação Campineira de Imprensa, indicado como relator pediu desligamento do Conselho, alegando “[...] *uma aberração relatar para tombamento tal imóvel*”, e o segundo, representante da Câmara Municipal de Campinas, emitiu o parecer de que “*Em relação ao imóvel em si, o mesmo não demonstra nenhuma qualificação ou caracterização que sustente o seu tombamento [...]*”, recomendando o arquivamento do pedido.

Sobre os anos que se seguiram, é necessário fazer referência à inclusão de áreas de interesse ambiental e paisagístico nas pautas das deliberações do Condepacc. Em 1989 já havia aparecido pela primeira vez o pedido de abertura de um processo de tombamento desse gênero, em relação à Mata e à Área Florestal da antiga Fazenda Santa Elisa (CONSELHO, 1989d), mas somente em 1992 a temática foi retomada com a abertura de outros quatro estudos.⁹³ A iniciativa mais marcante, no entanto, aconteceria apenas em 2003, com a abertura do estudo de tombamento contemplando toda a reserva de áreas verdes do município de Campinas (CONSELHO, 2003).

Quanto ao que chamamos no início do trabalho de *arquitetura cotidiana* da cidade, no entanto, até a segunda metade dos anos 2000, nada ainda havia sido feito. Localizamos nos arquivos da CSPC inúmeros documentos, elaborados ao longo de duas últimas décadas, associados à *tentativa* de realização de um inventário do conjunto desses imóveis, com séries de fichas, registros gráficos e fotográficos. Dizemos *tentativa* pois não encontramos, no entanto, indícios de que esse material tenha sido articulado para auxiliar na determinação das políticas de preservação em Campinas, alinhando-se a um modelo de inventário profundamente vinculado à ideia de catalogação e registro, ou seja, ao processo de identificação, documentação e classificação, apenas.

Somente a partir de 2005 foi desenvolvido em Campinas o primeiro inventário de bens culturais. Isso porque, considerando-se as recentes discussões sobre a dimensão e o alcance desse instrumento, foi a primeira vez que as atividades de catalogação e registro não se constituíram como um fim em si, mas sim como meio para a implantação e o desenvolvimento de uma ferramenta a serviço da preservação.

A viabilização de um inventário para os bens culturais de Campinas teve início com o aceite do projeto “*Inventário como ferramenta para a preservação do patrimônio cultural*” pelo Programa de Políticas Públicas da Fundação de

⁹³ Maciço Arbóreo do Recanto Yara, distrito de Barão Geraldo, Reserva Florestal da Fundação José Pedro de Oliveira (Mata da Fazenda Santa Genebra) e respectivos Maciços Arbóreos “C” e “D”, a ela adjacentes (CONSELHO, 1992a, 1992b, 1992c, 1992 d).

Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) no ano de 2004. Iniciativa da Professora Dra. Silvana Rubino, do Departamento de História da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), a proposta criou as condições formais para a necessária parceria entre a universidade e a CSPC, órgão local do patrimônio.

Estabelecidas as orientações basilares por Rubino, coordenadora geral do projeto, coube à equipe de trabalho iniciar as pesquisas preliminares para estabelecimento dos recortes a serem trabalhados e da metodologia a ser empregada para consecução dos objetivos traçados. Determinados os limites para o desenvolvimento do *Inventário da Região Central de Campinas*, como ficou conhecido, as tarefas formuladas concentraram-se em atividades de duas naturezas principais: a pesquisa documental e a pesquisa de campo. Os detalhes desse percurso fogem ao escopo deste trabalho mas, como afirmado anteriormente foi nossa participação em sua execução, como técnica da CSPC, e o contato com a documentação primária pertinente que nos despertaram para o tema dos *construtores anônimos*, agora trazido para o centro das discussões por essa tese.

Com o fim da primeira fase do inventário – já que este, idealmente, não deve se encerrar, sendo constantemente alimentado e atualizado – houve o agrupamento dos imóveis remanescentes em conjuntos, visando à sua preservação, com a abertura de 29 estudos de tombamento.

Apesar disso, ainda há, mesmo dentro da própria Prefeitura Municipal, uma grande incompreensão sobre o que vem a ser o inventário e sobre suas reais finalidades. Para se ter uma ideia, a revista “Ver e Ouvir” – publicação institucional da Secretaria de Cultura – de novembro de 2007, cuja matéria de capa foi o inventário, trazia o seguinte título para seu editorial: “*Sinal verde para o crescimento*”. O foco da reportagem foi mostrar que o inventário serviria para definir a situação dos imóveis situados no centro histórico de Campinas, incidindo sobre

[...] o efetivo tombamento ou a liberação para negociação e/ou realização de quaisquer tipos de intervenções, como ampliações e reformas. Isso permitirá, como se depreende, a liberação de

extensas áreas localizadas no centro histórico de Campinas para novos empreendimentos residenciais ou empresariais, alavancando o crescimento e o progresso da cidade [...] (SINAL, 2007, contracapa).

É importante lembrar que tal abordagem num material institucional da Prefeitura Municipal revela as nuances do tratamento que receberia o patrimônio cultural de Campinas durante o governo Hélio de Oliveira Santos (2005-2012).

Ainda em seu primeiro ano à frente da Prefeitura foi promulgado o Decreto nº. 15.3047 de 03 de novembro de 2005, com a clara intenção de retirar o poder de decisão do Condepacc sobre a abertura de novos estudos de tombamento. Pelo decreto, antes de qualquer deliberação do Conselho, as solicitações deveriam ser encaminhadas às Secretarias Municipais de Urbanismo, de Planejamento, Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente e de Assuntos Jurídicos, “*para elaboração de pareceres técnicos*” (Art. 1º, § 2º). Alterado seis meses depois pelo Decreto nº. 15.471 de 16 de maio 2006, em vigor até os dias de hoje, o teor dessas determinações foi mantido. Além disso, ambos continham novas orientações para a análise de imóveis na área envoltória de bens tombados, deixada a cargo da Secretaria de Urbanismo, sem tramitação no Condepacc.⁹⁴

Voltando à questão da publicidade das ações encabeçadas pela CSPC, os jornais locais, por sua vez, também contribuíram para o crescimento do mito em torno do inventário. Na data de uma das apresentações dos resultados parciais do projeto ao Condepacc, em 13 de setembro de 2007, a equipe foi surpreendida com a seguinte notícia veiculada no Jornal Correio Popular:

⁹⁴ Ao analisarmos as resoluções que regulamentaram o tombamento de imóveis durante o governo Hélio, é possível perceber que a área envoltória foi reduzida ao mínimo, muitas vezes sendo adotada a qualificação “*restrita ao próprio lote*”, prejudicando significativamente a ambiência e a própria preservação dos bens. As resoluções estão disponíveis na Biblioteca Jurídica do portal da Prefeitura Municipal: <<http://2009.campinas.sp.gov.br/bibjuri/condepac.htm#resol>>. Num governo marcado por todo tipo de corrupção, inclusive a aprovação ilegal de vários empreendimentos, e que culminou com a perda do mandato do prefeito por *impeachment*, fica clara a intenção de restringir o poder decisório do Condepacc, colocando a máquina governamental ao serviço dos interesses dos especuladores imobiliários locais.

A Coordenadoria Setorial do Patrimônio Cultural (CSPC) apresentará hoje o resultado do Inventário da Região Central de Campinas que vem sendo realizado desde 2005 e que catalogou 6,7 mil imóveis construídos entre 1892 a 1945, dos quais pelo menos 40% poderão ser tombados pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Artístico e Cultural de Campinas (Condepacc) (COSTA, 2007).

Afora as incorreções de ordem mais geral – do nome do conselho ao recorte temporal – a mais preocupante refere-se à suposta catalogação de 6,7 mil imóveis e à possibilidade de tombamento de pelo menos 40% desses. O número apresentado pelo jornal aproxima-se, na verdade, da ordem de grandeza dos requerimentos consultados no acervo do Arquivo Municipal de Campinas. Desses, evidentemente, uma enormidade se refere a imóveis já perdidos ao longo dos anos e outros tantos se referem a um mesmo imóvel, já que foram registradas todas as intervenções por que passaram, desde o momento de sua construção.

Ademais, a leviana informação de que ao menos 2680 edificações seriam tombadas provocou uma desenfreada procura pela CSPC para apresentação de solicitações de demolições, o que, antes da formalização das aberturas de estudos de tombamento, não se pôde evitar.

Tais situações são apenas exemplos das dificuldades para se implementar ações de preservação para bens cujo reconhecimento como patrimônio não é tão automático como no caso de portentosos solares ou monumentais igrejas.

O exemplo apresentado no segundo capítulo, sobre os imóveis no entorno da Casa de Saúde demonstra como mesmo no âmbito do Condepacc – cujos participantes, espera-se, sejam conhecedores das práticas patrimoniais e sensíveis a argumentações visando à preservação como aquelas propostas pelo *Inventário* – as deliberações ainda são conservadoras e preconceituosas em relação às obras que consideram corriqueiras, menosprezando o primoroso trabalho dos *arquitetos licenciados* e de tantos outros profissionais não diplomados que contribuíram para a transformação do espaço urbano campineiro.

Há algumas páginas, já dizíamos que algo que não é conhecido não pode ser preservado, sendo historiografia e patrimônio cultural campos que se devem alimentar reciprocamente. Esperamos, portanto, que esta tese contribua para evitar que se diga dessas obras, como lamentavelmente ouvi de um conselheiro do Condepacc em uma de minhas apresentações durante a realização do *Inventário*, que se trata de “*excrecências arquitetônicas*”.

Desde as primeiras linhas desta tese procuramos demonstrar que a considerável produção arquitetônica edificada em Campinas entre fins do século XIX e as três primeiras décadas do século XX deve ser atribuída não a um ou mais nomes de projeção, mas a uma série de *construtores anônimos*, que agora sabemos *arquitetos licenciados*. Affonso Massaroto, Albino Riguetto, Antonio Cezar, Elias Cezar, Ercole Bonetti, Euzébio Carlos Dias, Henrique Fortini, Lima Gouvêa, Miguel de Filippis e Raphael Mauro são dez deles, cuja obra – por razões metodológicas, na impossibilidade de trabalhar com todo o universo documental do período – optamos por analisar e utilizar nos exemplos de projetos utilizados em nossa argumentação.

Abordamos o cenário resultante da atividade desses *licenciados*, espacializando-a na cidade, analisando características formais e técnicas das edificações projetadas, bem como novas tipologias e arranjos compositivos. Ao analisarmos as legislações edilícias então em vigor, averiguamos ainda o atendimento ou não a elas quanto às diretrizes projetuais e de partido daqueles profissionais, bem como sugerimos sua participação na mudança de normas consideradas precocemente ultrapassadas.

Como vimos, a teoria não orientou a prática de maneira unilinear, alimentando-se dela também. Ainda assim, mesmo sendo mais condescendente e tolerando uma espécie de burla consentida em determinados casos, foi a norma quem orquestrou o conjunto da produção arquitetônica no período estudado e garantiu sua qualidade formal e técnica.

Os projetos dos *arquitetos licenciados* aqui reproduzidos demonstraram como tais profissionais tinham proficiência nesse referencial técnico e como tiveram variada atuação, desde as mais modestas residências de poucos cômodos a grandes edifícios, muitas vezes de rebuscada ornamentação. Seu domínio sobre o mercado da construção civil campineira pode explicar porque, durante os embates pela regulamentação da profissão, engenheiros e engenheiros-arquitetos reivindicaram tanto a definição do campo de exercício de diplomados e não diplomados, bem como o fechamento das até então tênues fronteiras de atuação. Para minar a concorrência, dariam

início a um paulatino processo de desqualificação dos *licenciados* que, por fim, culminou com a completa proibição de sua atuação.

Portanto, quando em determinado momento do trabalho, ao refletir sobre a extremada valorização do arquiteto Ramos de Azevedo em Campinas, que lá pouco atuou, perguntávamos “*por que teria se cristalizado uma visão da cidade que se limita a três escolas, duas igrejas, um hospital, um mercado e um matadouro*”, intentávamos propor algumas outras perguntas, ainda que provisórias. Em uma dimensão tanto prospectiva quanto política deste trabalho, propúnhamos uma reflexão sobre os porquês da bibliografia ter tomado rumos como esse e os porquês do *esquecimento* de outros agentes da construção civil, relegando ao anonimato profissionais tão qualificados como os que estudamos aqui.

Intentamos, assim, com esta tese colaborar com novas frentes de estudo que sejam complementares e exemplificadoras dos temas tratados pela bibliografia tradicional mas ainda pouco explorados, como a questão da disciplinarização dos gostos e estilos arquitetônicos, da transformação significativa dos modos de morar e, enfim, de um processo de *reinvenção* da cidade.

Conforme foi possível perceber por meio do sucinto balanço bibliográfico realizado, esses temas, apesar de comuns à maioria dos trabalhos da área, não são investigados satisfatoriamente justamente por trazerem, atrelados a si, a constatação de toda uma série de carências informativas apenas passíveis de serem supridas por meio de um trabalho mais afeito ao exame e ao tratamento de fontes documentais e materiais, como o que propõem os mais recentes trabalhos aqui brevemente mencionados – caso de Eudes Campos e Lindener Pareto, por exemplo.

Por outro lado, aproximando-nos das discussões mais recentes sobre as relações entre história e memória (LE GOFF, 2003; NORA, 1993) e, especificamente das definições sinalizadas por Michael Pollak (1989), pode-se dizer que a natureza de nosso problema consiste em verificar as relações existentes entre a memória oficial que se deseja passar – ou impor – e aquilo

que denominou memórias subterrâneas (POLLAK, 1989, p. 3-4). A abordagem proposta em nossa tese de doutoramento se interessa, portanto, pelos processos e agentes capazes de intervir no trabalho de constituição e de formalização dessas memórias.

A investigação realizada sobre as origens das práticas preservacionistas na cidade de Campinas, a partir dos anos 1980, com a intenção de discutir o lugar da obra dos *licenciados* nessas políticas, nos parece particularmente interessante por demonstrar de forma clara quão equivocada é a recorrente ideia de *neutralidade* das políticas de defesa do patrimônio cultural.

Em nossa pesquisa procuramos compreender essas práticas a partir da caracterização dos agentes envolvidos e, conseqüentemente, das forças políticas em conflito. Para além de uma visão linear e sem contradições, essa abordagem nos oferece, ao contrário, um panorama repleto de tensões, disputas e fissuras, o que se torna evidente ao relembrarmos, por exemplo, a descontinuidade das ações de institucionalização do patrimônio na cidade desde 1979 até 1987, quando enfim foi criado o Condepacc.

Procuramos relativizar também a *dimensão coletiva* sempre atrelada à figura do patrimônio cultural, procurando tratá-la não como uma abstração em si, quase insondável, mas como uma reunião de fragmentos. Afinal, quando falamos das iniciativas preservacionistas em Campinas não falamos das manifestações de todos os moradores da cidade, mas sim de determinados grupos cuja sinergia de esforços foi determinante para a preservação dos bens culturais da cidade – ou, como vimos, de alguns bens eleitos.

A pressão exercida por dois desses grupos – *Sociedade Febre Amarela* e imprensa local – foi capaz de gerar um terceiro, o *Grupo de Trabalho encarregado pela discussão e encaminhamento dos assuntos relacionados ao Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico e Artístico de Campinas*. A convivência entre os grupos, no entanto, não se deu de forma colaborativa e no mais das vezes, como vimos, suas ações corriam paralelas. Emblemática, neste sentido, é a criação da genérica cadeira das *sociedades preservacionistas* no Condepacc, sem a concessão de assento à *Febre Amarela*.

Nesse aspecto cabe novamente retirar a discussão sobre o patrimônio cultural campineiro do campo das neutralidades para colocá-lo em um contexto maior: o da redemocratização do país após o fim da ditadura militar. Com o estabelecimento de eleições diretas para governadores em 1982, muitos candidatos – dentre eles Franco Montoro, de São Paulo – passaram a se mostrar preocupados em incorporar novas formas de participação nas decisões governamentais.⁹⁵

Conforme mencionamos anteriormente, Montoro e Magalhães Teixeira, prefeito de Campinas, compartilhavam o mesmo grupo político. Associe-se a isso o fato de que naquela conjuntura qualquer atitude autoritária em relação à *Febre Amarela* poderia ganhar repercussão bastante negativa e teremos montado o quadro que viabilizou a solução mencionada: se por um lado não se podia negar que a sociedade civil tinha assento no conselho, com as entidades preservacionistas, de outro a Prefeitura Municipal continuava com o controle da situação, sem imputar demasiado poder de atuação à mais organizada, e talvez única naquele momento, dessas entidades. A nomeação de Antonio Augusto Arantes como Secretário de Cultura e presidente do Condepacc na administração Magalhães Teixeira – vindo da presidência do Condephaat na gestão Franco Montoro – também corrobora com essa interpretação. Em vez de um enfrentamento direto com a *Febre Amarela*, optou-se por uma discussão fundamentalmente técnica.

Chegamos com isso a outro ponto bastante relevante a ser mencionado nessas considerações finais. Os embates travados pela *Febre Amarela* revelam também o entendimento de seus membros sobre qual o patrimônio cultural a ser preservado em Campinas. Assim, os bens eleitos e posteriormente tombados não devem ser considerados a partir de um caráter suspensivo do tempo, como remanescentes típicos de um passado que chega pronto aos

⁹⁵ Sobre o assunto, cf. SANTOS NETO, 2002: “Assumindo a participação popular em seus conceitos de governo democrático, todos os candidatos a governador procuram inserir a sociedade em seus programas de governo. [...] Dentro de um contexto em que o Estado procura dinamizar o seu poder de interação com a sociedade e, por outro lado, os movimentos sociais emergem com novas formas de ação, esses governadores eleitos se instalam com um discurso de participação popular”.

dias de hoje. Devem, sim, ser interpretados como fruto da atribuição de sentido e valor por parte de determinados agentes e, portanto, atualizados e vivificados. Em outros termos, vale ressaltar que os bens culturais não trazem em si verdades intrínsecas que apenas nos são reveladas – o que outra vez os tornaria *neutros* – mas são o suporte material por meio do qual interpretamos uma dimensão, o passado – que já transcorreu, não existindo mais – e a própria dimensão do presente.

Essas reflexões remetem, por sua vez, à construção da autoridade e da competência profissional dos agentes atuantes na definição do que deve ser preservado. No caso de Campinas, ainda que as políticas públicas do campo tenham se originado de demandas e questionamentos da sociedade civil – como demonstraram as numerosas matérias de jornais veiculadas sobre o assunto no período – não se pode negar que os grupos organizados eram compostos majoritariamente por aquilo que se convencionou chamar de *técnicos*, notadamente arquitetos, cujo repertório prévio ajudou a mapear e dar forma ao acervo do patrimônio campineiro.

A justificativa inicial para a formação do acervo dos bens patrimoniais do município era salvaguardar edifícios de iminente demolição, daí a recorrência na eleição de solares de barões, templos ou edifícios industriais de grandes proporções – em áreas hoje bastante valorizadas da cidade. No entanto, não se pode ignorar que tais *técnicos* envolvidos com o processo foram muito provavelmente formados intelectualmente pela bibliografia tradicional sobre a história de Campinas, preocupada com efemérides e personagens importantes. Não é de se estranhar, portanto, que a obra dos *licenciados*, até a realização do Inventário da Região Central de Campinas, sequer fosse considerada como passível de preservação.

Pelo modo como tradicionalmente eram conduzidas as políticas do campo da preservação do patrimônio, havia uma valorização muito grande dos autores dos edifícios, já que na arquitetura canônica essa autoria era de fácil identificação, pois havia uma diferenciação muito grande entre projetista e construtores. No caso da arquitetura da cidade *cotidiana*, o arquiteto

licenciado quebra esse estigma, de modo que há em sua atuação, além da dimensão artística e intelectual, a dimensão do trabalho. Há, portanto, que se repensar as abordagens para o estudo dessa produção, bem como para a inclusão desses edifícios não monumentais ou excepcionais no rol dos bens patrimoniais. Não se trata mais de analisar a obra individualmente, a relevância está na preservação de conjuntos urbanos, como os propostos para tombamento ao fim da fase inicial de implantação do inventário campineiro.

Sabemos da complexidade de todas as questões levantadas e da certa dose de subjetividade – que deve e pode ser controlada por meio de processos metodologicamente rigorosos – envolvida nas ações voltadas à preservação e à conservação do patrimônio arquitetônico. Apesar disso, faz-se premente iniciar uma discussão sobre que tipo de conhecimento tem-se pretendido construir sobre a história da cidade de Campinas ao excluir a produção dos arquitetos licenciados, ainda que consideradas as limitações de cada época na produção historiográfica e no estabelecimento das políticas de preservação. Somente ao analisar as tentativas conscientes de definir ou reforçar o que deve ser *rememorado* como patrimônio cultural campineiro é que podemos contribuir para que se reconheça a que ponto e com que intensidade o presente colore o passado.

Crédito das ilustrações

Fig. 1 a 2; 10 – Acervo digitalizado do Centro de Documentação Maria Luiza Pinto de Moura. Coordenadoria Setorial do Patrimônio Cultural. Secretaria Municipal de Cultural. Prefeitura Municipal de Campinas.

Fig. 3 – A ONDA, Campinas, n. 52, 16 de setembro de 1923. 1923. Acervo do Centro de Documentação Maria Luiza Pinto de Moura. Coordenadoria Setorial do Patrimônio Cultural. Secretaria Municipal de Cultural. Prefeitura Municipal de Campinas.

Fig. 4 e 5 – Acervo do Arquivo Municipal, setor de Pesquisa e Divulgação, Livro de Registro de Construtores. Coordenadoria Setorial de Arquivo Municipal. Secretaria Municipal de Administração. Prefeitura Municipal de Campinas.

Fig. 6 a 8 – Gráficos elaborados pela autora.

Fig. 9 – Montagem realizada pela autora a partir de mapa do Acervo digitalizado do Centro de Documentação Maria Luiza Pinto de Moura. Coordenadoria Setorial do Patrimônio Cultural. Secretaria Municipal de Cultural. Prefeitura Municipal de Campinas.

Fig. 11 a 40; 42 a 46; 50; 52 a 54; 56; 57 – Acervo do Arquivo Municipal, setor de Pesquisa e Divulgação, caixas de documentos avulsos intituladas “Desenvolvimento urbano – obras particulares” (1892 a 1933). Coordenadoria Setorial de Arquivo Municipal. Secretaria Municipal de Administração. Prefeitura Municipal de Campinas.

Fig. 41; 47 a 49; 51; 55 – fotos da autora.

Fig. 59 – Acervo do Museu da Imagem e do Som de Campinas. Secretaria Municipal de Cultural. Prefeitura Municipal de Campinas.

Fig. 59 – Acervo pessoal de Luiz Antonio Aquino.

Fig. 60 a 62– Acervo do Centro de Documentação Maria Luiza Pinto de Moura. Coordenadoria Setorial do Patrimônio Cultural. Secretaria Municipal de Cultural. Prefeitura Municipal de Campinas.

Fontes consultadas

A ONDA, Campinas, n. 52, 16 de setembro de 1923. 1923.

ALMANACH do Estado de São Paulo para 1890 por Jorge Seckler. São Paulo: Jorge Seckler & Comp, [1890].

AMARAL, Plínio do. *Campinas*: monografia editada sob os auspícios da Prefeitura Municipal. São Paulo: Habitat Editora Ltda., 1955.

AQUINO, Luiz Antonio Martins. *Depoimento* (jul. 2009). Entrevistadora: Rita de Cássia Francisco. Campinas, Coordenadoria Setorial do Patrimônio Cultural, 2009. Arquivo de vídeo digital (56 min.). Transcrição, 12 p.

ARQUIVO Municipal de Campinas (SP). Fundo “Obras particulares”. Portarias/protocolos n.ºs. 2 de 30/01/1899; 721 de 24/11/1899; 20 de 14/01/1901; 455 de 04/11/1901; 337 de 06/11/1902; 336 de 06/11/1902; 292 de 12/08/1903; 15 de 04/01/1905; 48 de 17/01/1905; 223 de 06/05/1905; 305 de 17/07/1905; 519 de 26/07/1905; 433 de 16/10/1905; 108 de 01/03/1906; 194 de 20/04/1906; 210 de 01/05/1906; 309 de 01/08/1906; 292 de 14/08/1906; 416 de 30/10/1906; 432 de 09/11/1906; 475 de 13/12/1906; 55 de 01/03/1907; 81 de 23/03/1907; 130 de 04/06/1907; 208 de 21/08/1907; 223 de 03/09/1907; 107 de 02/04/1908; 193 de 16/06/1908; 236 de 15/07/1908; 242 de 18/07/1908; 285 de 24/08/1909; 295 de 28/08/1909; 307 de 06/09/1909; 424 de 27/12/1909; 427 de 27/12/1909; 43 de 18/02/1910; 66 de 02/03/1910; 69 de 07/03/1910; 92 de 28/03/1910; 155 de 16/05/1910; 262 de 06/08/1910; 271 de 11/08/1910; 274 de 13/08/1910; 397 de 14/12/1910; 25 de 14/01/1911; 96 de 09/03/1911; 113 de 20/03/1911; 126 de 27/03/1911; 258 de 12/07/1911; 267 de 18/07/1911; 272 de 22/07/1911; 331 de 26/09/1911; 240 de 16/11/1911; 246 de 27/11/1911; 252 de 28/11/1911; 65 de 08/02/1912; 81 de 19/02/1912; 145 de 19/03/1912; 160 de 25/03/1912; 190 de 09/04/1912; 192 de 10/04/1912; 248 de 04/05/1912; 279 de 30/05/1912; 308 de 03/06/1912; 382 de 02/07/1912; 427 de 20/07/1912; 429 de 22/07/1912; 473 de 10/08/1912; 476 de 12/08/1912; 480 de 14/08/1912; 484 de 17/08/1912; 491 de 05/09/1912; 548 de 06/09/1912; 568 de 20/09/1912; 576 de 21/09/1912; 572 de 24/09/1912; 605 de 02/10/1912; 630 de 15/10/1912; 752 de 10/12/1912; 714 de 20/12/1912; 779 de 27/12/1912; 840 de 18/01/1913; 907 de 14/02/1913; 924 de 19/02/1913; 921 de 19/02/1913; 986 de 10/03/1913; 1064 de 08/04/1913; 1084 de 15/04/1913; 1143 de 02/05/1913; 1180 de 14/05/1913; 1313 de 25/06/1913; 1340 de 03/07/1913; 1543 de 09/09/1913; 1621 de 02/10/1913; 1687 de 04/11/1913; 1723 de 24/11/1913; 1801 de 31/12/1913; 1802 de 02/01/1914; 1807 de 05/01/1914; 1881 de 26/01/1914; 2015 de 12/03/1914; 2055 de 25/03/1914; 2062 de 27/03/1914; 2071 de 01/04/1914; 2018 de 18/04/1914; 2021 de 20/04/1914; 2093 de 14/05/1914; 2108 de 18/05/1914; 2176 de 11/06/1914; 2183 de 15/06/1914; 2206 de 26/06/1914; 2210 de 27/06/1914; 2492 de 06/10/1914; 2493 de

08/10/1914; 2504 de 10/10/1914; 2530 de 21/10/1914; 2579 de
 17/11/1914; 2594 de 21/11/1914; 2022 de 24/11/1914; 2663 de
 14/12/1914; 2660 de 15/12/1914; 2692 de 29/12/1914; 2698 de
 30/12/1914; 2715 de 09/01/1915; 2744 de 20/01/1915; 2746 de
 22/01/1915; 3002 de 09/02/1915; 2800 de 11/02/1915; 2144 de
 08/03/1915; 2151 de 10/03/1915; 2156 de 11/03/1915; 2160 de
 13/03/1915; 2214 de 05/04/1915; 2215 de 05/04/1915; 2213 de
 05/04/1915; 2242 de 16/04/1915; 2280 de 05/05/1915; 2325 de
 01/06/1915; 2351 de 09/06/1915; 2383 de 21/06/1915; 2417 de
 08/07/1915; 2445 de 19/07/1915; 2446 de 19/07/1915; 2463 de
 24/07/1915; 2493 de 06/08/1915; 2510 de 12/08/1915; 2610 de
 15/09/1915; 2619 de 20/09/1915; 4192 de 24/11/1915; 2762 de
 29/11/1915; 2875 de 20/01/1916; 2892 de 29/01/1916; 2982 de
 02/02/1916; 2923 de 09/02/1916; 2948 de 17/02/1916; 2984 de
 02/03/1916; 2991 de 03/03/1916; 2998 de 09/03/1916; 3008 de
 13/03/1916; 3010 de 14/03/1916; 3108 de 25/04/1916; 3171 de
 22/05/1916; 3178 de 25/05/1916; 3229 de 16/06/1916; 3248 de
 27/06/1916; 3929 de 29/07/1916; 4084 de 02/10/1916; 4090 de
 05/10/1916; 4104 de 09/10/1916; 4128 de 18/10/1916; 4137 de
 20/10/1916; 4213 de 21/11/1916; 4211 de 25/11/1916; 743 de
 01/12/1916; 760 de 11/12/1916; 773 de 19/12/1916; 69 de 17/01/1917;
 183 de 13/02/1917; 198 de 16/02/1917; 255 de 02/03/1917; 300 de
 12/03/1917; 373 de 24/03/1917; 385 de 27/03/1917; 516 de 05/05/1917;
 593 de 25/05/1917; 603 de 28/05/1917; 606 de 29/05/1917; 715 de
 25/06/1917; 908 de 06/08/1917; 955 de 18/08/1917; 960 de 20/08/1917;
 1013 de 01/09/1917; 1024 de 05/09/1917; 1098 de 22/09/1917; 1100 de
 22/09/1917; 1107 de 24/09/1917; 1178 de 11/10/1917; 1177 de
 11/10/1917; 638 de 03/11/1917; 1350 de 10/12/1917; 1641 de
 15/02/1918; 1755 de 07/03/1918; 1757 de 09/03/1918; 1882 de
 08/04/1918; 1974 de 30/04/1918; 2190 de 20/06/1918; 2255 de
 03/07/1918; s/n de 03/07/1918; 2292 de 15/07/1918; 2371 de
 05/08/1918; 2392 de 10/08/1918; 2424 de 16/08/1918; 2456 de
 26/08/1918; 2491 de 04/09/1918; 2512 de 09/09/1918; 2535 de
 12/09/1918; 2556 de 17/09/1918; 2602 de 01/10/1918; 2652 de
 16/10/1918; s/n de 05/01/1919; 2931 de 10/01/1919; 3034 de
 31/01/1919; 81 de 05/02/1919; 3127 de 18/02/1919; 3160 de
 26/02/1919; 3204 de 06/03/1919; s/n de 10/03/1919; 3348 de
 29/03/1919; 3396 de 09/04/1919; 3440 de 23/04/1919; 3549 de
 21/05/1919; 3580 de 27/05/1919; 3661 de 13/06/1919; 3790 de
 09/07/1919; 3920 de 06/08/1919; 4080 de 12/09/1919; 4291 de
 24/10/1919; 4368 de 07/11/1919; 4409 de 17/11/1919; 4643 de
 07/01/1920; 4907 de 28/02/1920; 5022 de 30/03/1920; 5121 de
 09/04/1920; 5164 de 19/04/1920; 5174 de 20/04/1920; 5201 de
 27/04/1920; 5253 de 03/05/1920; 5320 de 19/05/1920; 5323 de
 20/05/1920; 5350 de 24/05/1920; 5371 de 31/05/1920; 5449 de
 21/06/1920; 5517 de 02/07/1920; 5524 de 03/07/1920; 5549 de
 08/07/1920; 5663 de 28/07/1920; 5693 de 04/08/1920; 5708 de
 09/08/1920; 5710 de 09/08/1920; 5908 de 12/09/1920; 5914 de
 13/09/1920; 5971 de 23/09/1920; 5984 de 23/09/1920; 5990 de

25/09/1920; 6039 de 05/10/1920; 6069 de 08/10/1920; 6120 de
 15/10/1920; 6137 de 18/10/1920; 6144 de 19/10/1920; 6172 de
 23/10/1920; 6237 de 03/11/1920; 6234 de 04/11/1920; 6256 de
 09/11/1920; 6315 de 12/11/1920; 6296 de 16/11/1920; 6334 de
 22/11/1920; 6380 de 01/12/1920; 6429 de 09/12/1920; 6699 de
 17/01/1921; 6792 de 27/01/1921; 6783 de 27/01/1921; 6796 de
 28/01/1921; 6954 de 17/02/1921; 6981 de 22/02/1921; 7014 de
 01/03/1921; 7031 de 04/03/1921; 7044 de 08/03/1921; 7076 de
 14/03/1921; 7082 de 15/03/1921; 7093 de 17/03/1921; 7096 de
 17/03/1921; 7120 de 22/03/1921; 7250 de 09/04/1921; 7260 de
 09/04/1921; 7349 de 23/04/1921; 7368 de 26/04/1921; 7409 de
 04/05/1921; 7479 de 16/05/1921; s/n de 21/05/1921; 7567 de
 30/05/1921; 7559 de 01/06/1921; 7576 de 06/06/1921; s/n de
 07/06/1921; 7605 de 13/06/1921; 7651 de 21/06/1921; 7717 de
 04/07/1921; 7740 de 06/07/1921; 7746 de 07/07/1921; 7753 de
 09/07/1921; 7760 de 11/07/1921; 7838 de 26/07/1921; 7846 de
 27/07/1921; 7851 de 29/07/1921; 7879 de 01/08/1921; 7889 de
 02/08/1921; 7886 de 02/08/1921; 7909 de 03/08/1921; 7947 de
 12/08/1921; 7945 de 12/08/1921; 7969 de 18/08/1921; 7997 de
 19/08/1921; 7993 de 23/08/1921; 8037 de 30/08/1921; 8055 de
 01/09/1921; 8087 de 09/09/1921; 8090 de 09/09/1921; 8101 de
 10/09/1921; 8124 de 15/09/1921; 8161 de 21/09/1921; 8274 de
 07/10/1921; 8376 de 27/10/1921; 8423 de 03/11/1921; 8501 de
 16/11/1921; 8564 de 29/11/1921; 8584 de 01/12/1921; 8637 de
 09/12/1921; 8655 de 12/12/1921; 8677 de 17/12/1921; 8692 de
 20/12/1921; 8704 de 23/12/1921; 8800 de 17/01/1922; s/n de
 18/01/1922; 8813 de 19/01/1922; 8869 de 26/01/1922; 9109 de
 03/03/1922; 9072 de 06/03/1922; 9120 de 14/03/1922; 9150 de
 18/03/1922; 9222 de 31/03/1922; 9270 de 08/04/1922; 9294 de
 15/04/1922; 9342 de 20/04/1922; 9357 de 22/04/1922; 9363 de
 25/04/1922; 9449 de 08/05/1922; 9471 de 11/05/1922; 9517 de
 20/05/1922; 9538 de 23/05/1922; 9560 de 29/05/1922; 9652 de
 10/06/1922; 9658 de 13/06/1922; 9683 de 16/06/1922; 9832 de
 12/07/1922; 9874 de 18/07/1922; 10008 de 10/08/1922; 10034 de
 14/08/1922; 10036 de 15/08/1922; 10198 de 16/09/1922; 10335 de
 13/10/1922; 10341 de 14/10/1922; 10366 de 17/10/1922; 10439 de
 30/10/1922; 247 de 03/11/1922; 10465 de 06/11/1922; 10468 de
 07/11/1922; 10532 de 17/11/1922; 10533 de 18/11/1922; 10542 de
 20/11/1922; 10540 de 20/11/1922; 10541 de 20/11/1922; 10553 de
 22/11/1922; 10555 de 22/11/1922; 10422 de 26/11/1922; 10574 de
 27/11/1922; 10589 de 28/11/1922; 10663 de 11/12/1922; 10687 de
 15/12/1922; 10755 de 29/12/1922; 10807 de 09/01/1923; 10932 de
 31/01/1923; 11020 de 16/02/1923; 11045 de 20/02/1923; 11068 de
 23/02/1923; 11123 de 02/03/1923; 11150 de 05/03/1923; 11251 de
 20/03/1923; 11308 de 04/04/1923; s/n de 11/05/1923; 11565 de
 22/05/1923; 11607 de 29/05/1923; 11610 de 29/05/1923; 11615 de
 30/05/1923; 11658 de 05/06/1923; 11729 de 18/06/1923; 11805 de
 21/06/1923; 11923 de 27/06/1923; 11990 de 03/07/1923; 12016 de
 06/07/1923; 12039 de 10/07/1923; 12529 de 21/07/1923; 12551 de

24/07/1923; 12788 de 09/08/1923; 12898 de 20/08/1923; 12909 de
 20/08/1923; 13157 de 01/09/1923; 13233 de 04/09/1923; 13276 de
 06/09/1923; 13423 de 21/09/1923; 13503 de 26/09/1923; 13556 de
 04/10/1923; 13599 de 08/10/1923; 13598 de 08/10/1923; 13697 de
 20/10/1923; 13925 de 26/10/1923; 13974 de 31/10/1923; 14092 de
 19/11/1923; 14166 de 24/11/1923; 14177 de 26/11/1923; 14172 de
 26/11/1923; 14194 de 27/11/1923; 14215 de 28/11/1923; 14248 de
 04/12/1923; 14308 de 11/12/1923; 14461 de 28/12/1923; 14538 de
 07/01/1924; 14632 de 17/01/1924; 14756 de 30/01/1924; 14773 de
 31/01/1924; 14856 de 08/02/1924; 14880 de 12/02/1924; 14994 de
 25/02/1924; 15069 de 05/03/1924; 15089 de 07/03/1924; 15174 de
 18/03/1924; 15217 de 25/03/1924; 15217 de 25/03/1924; 15226 de
 25/03/1924; 15326 de 04/04/1924; 15355 de 07/04/1924; 15484 de
 22/04/1924; 15496 de 25/04/1924; 15489 de 25/04/1924; 15500 de
 25/04/1924; 15629 de 07/05/1924; 15101 de 12/05/1924; 15713 de
 14/05/1924; 15768 de 20/05/1924; 15798 de 22/05/1924; 15848 de
 28/05/1924; 16079 de 17/06/1924; 16078 de 17/06/1924; 16157 de
 26/06/1924; 16288 de 11/07/1924; 16294 de 15/07/1924; 16302 de
 17/07/1924; 16341 de 01/08/1924; 16546 de 09/09/1924; 16558 de
 11/09/1924; 16545 de 12/09/1924; 16701 de 24/09/1924; 16702 de
 24/09/1924; 16779 de 03/10/1924; 16845 de 09/10/1924; 16855 de
 11/10/1924; 16856 de 11/10/1924; 16940 de 22/10/1924; 16994 de
 27/10/1924; 16999 de 27/10/1924; 17001 de 27/10/1924; 17016 de
 29/10/1924; 17037 de 31/10/1924; 17086 de 07/11/1924; 17140 de
 17/11/1924; 17161 de 19/11/1924; 17173 de 20/11/1924; 17362 de
 15/12/1924; 17385 de 17/12/1924; 17411 de 19/12/1924; 17480 de
 27/12/1924; 17513 de 31/12/1924; 17573 de 07/01/1925; 17663 de
 16/01/1925; 17672 de 17/01/1925; 17704 de 19/01/1925; 17722 de
 21/01/1925; 17770 de 27/01/1925; 17791 de 28/01/1925; 17860 de
 08/02/1925; 17966 de 14/02/1925; 17959 de 14/02/1925; 18098 de
 02/03/1925; 18092 de 02/03/1925; 18391 de 02/03/1925; 18134 de
 04/03/1925; 18133 de 04/03/1925; 18190 de 10/03/1925; 18193 de
 10/03/1925; 18212 de 14/03/1925; 18224 de 16/03/1925; 18247 de
 18/03/1925; 18283 de 21/03/1925; 18330 de 26/03/1925; 18367 de
 31/03/1925; 18445 de 13/04/1925; 18472 de 15/04/1925; 18515 de
 17/04/1925; 18555 de 20/04/1925; 18556 de 20/04/1925; 18574 de
 22/04/1925; 18629 de 27/04/1925; 18641 de 27/04/1925; 18704 de
 30/04/1925; 18697 de 30/04/1925; 18825 de 10/05/1925; 18834 de
 12/05/1925; 18865 de 15/05/1925; 18947 de 23/05/1925; 18997 de
 26/05/1925; 19124 de 04/06/1925; 19194 de 11/06/1925; 19284 de
 20/06/1925; 19307 de 23/06/1925; 19400 de 02/07/1925; 19449 de
 08/07/1925; 19712 de 03/08/1925; 19707 de 03/08/1925; 19740 de
 08/08/1925; 19784 de 13/08/1925; 19925 de 27/08/1925; 19970 de
 01/09/1925; 90010 de 04/09/1925; 20030 de 09/09/1925; 20128 de
 17/09/1925; 20136 de 18/09/1925; 20165 de 22/09/1925; 20200 de
 24/09/1925; 20219 de 25/09/1925; 20276 de 02/10/1925; 20427 de
 21/10/1925; 20468 de 27/10/1925; 20611 de 16/11/1925; 20726 de
 27/11/1925; 20725 de 27/11/1925; 20777 de 04/12/1925; 21001 de
 31/12/1925; 21141 de 07/01/1926; 21195 de 13/01/1926; 21273 de

21/01/1926; 21397 de 02/02/1926; 21458 de 06/02/1926; 21457 de
 06/02/1926; 21557 de 17/02/1926; 21579 de 19/02/1926; 21652 de
 25/02/1926; 21704 de 03/03/1926; 21853 de 16/03/1926; 21874 de
 18/03/1926; 21947 de 24/03/1926; 22087 de 09/04/1926; 21900 de
 19/04/1926; 22175 de 22/04/1926; 22218 de 26/04/1926; 22292 de
 06/05/1926; 22322 de 08/05/1926; 22367 de 15/05/1926; 22401 de
 20/05/1926; 22434 de 22/05/1926; 22445 de 24/05/1926; 22478 de
 27/05/1926; 22512 de 29/05/1926; 22520 de 31/05/1926; 22556 de
 02/06/1926; 22626 de 05/06/1926; 22586 de 08/06/1926; 22638 de
 12/06/1926; 22665 de 15/06/1926; 22786 de 30/06/1926; 22796 de
 02/07/1926; 22919 de 09/07/1926; 23007 de 20/07/1926; 23021 de
 21/07/1926; 23040 de 22/07/1926; 23042 de 22/07/1926; 23097 de
 29/07/1926; 23234 de 10/08/1926; 23269 de 13/08/1926; 23292 de
 17/08/1926; 23417 de 28/08/1926; 23426 de 30/08/1926; 23500 de
 04/09/1926; 23709 de 23/09/1926; 23755 de 27/09/1926; 23850 de
 07/10/1926; 23855 de 07/10/1926; 23923 de 13/10/1926; 23968 de
 16/10/1926; 23964 de 16/10/1926; 23995 de 19/10/1926; 24096 de
 27/10/1926; 24246 de 13/11/1926; 24265 de 16/11/1926; 24264 de
 16/11/1926; 24206 de 20/11/1926; 24380 de 26/11/1926; 24411 de
 30/11/1926; 24440 de 02/12/1926; 24473 de 04/12/1926; 24546 de
 13/12/1926; 24612 de 18/12/1926; 24735 de 31/12/1926; 24834 de
 11/01/1927; 24949 de 18/01/1927; 24867 de 13/01/1927; 25013 de
 24/01/1927; 25055 de 27/01/1927; 25102 de 31/01/1927; 24197 de
 03/02/1927; 25157 de 04/02/1927; 25163 de 05/02/1927; 25275 de
 14/02/1927; 25314 de 17/02/1927; 25320 de 17/02/1927; 25356 de
 22/02/1927; 25358 de 22/02/1927; 25384 de 25/02/1927; 25407 de
 26/02/1927; 25533 de 14/03/1927; 25601 de 19/03/1927; 25608 de
 19/03/1927; 25657 de 25/03/1927; 25683 de 28/03/1927; 25756 de
 02/04/1927; 25771 de 04/04/1927; 25808 de 07/04/1927; 26083 de
 10/04/1927; 25836 de 11/04/1927; 25837 de 11/04/1927; 25853 de
 12/04/1927; 25998 de 02/05/1927; 26132 de 17/05/1927; 26297 de
 02/06/1927; 26303 de 06/06/1927; 26300 de 06/06/1927; 26378 de
 09/06/1927; 26520 de 20/06/1927; 26546 de 22/06/1927; 26584 de
 27/06/1927; 26621 de 30/06/1927; 26640 de 01/07/1927; 26655 de
 04/07/1927; 26659 de 04/07/1927; 27031 de 09/08/1927; 27061 de
 12/08/1927; 27144 de 23/08/1927; 27162 de 25/08/1927; 27224 de
 08/09/1927; 27509 de 06/10/1927; 27520 de 07/10/1927; 27755 de
 31/10/1927; 27797 de 07/11/1927; 27976 de 25/11/1927; 28016 de
 30/11/1927; 28113 de 01/12/1927; 28260 de 26/12/1927; 28261 de
 26/12/1927; 28428 de 16/01/1928; 28544 de 23/01/1928; 28548 de
 23/01/1928; 28549 de 23/01/1928; 28573 de 24/01/1928; 28653 de
 01/02/1928; 28647 de 01/02/1928; 28798 de 14/02/1928; 28818 de
 16/02/1928; 28838 de 17/02/1928; 28891 de 27/02/1928; 28890 de
 27/02/1928; 28976 de 05/03/1928; 29013 de 07/03/1928; 29033 de
 08/03/1928; 29064 de 13/03/1928; 29119 de 19/03/1928; 29195 de
 28/03/1928; 29208 de 29/03/1928; 29558 de 07/05/1928; 29559 de
 08/05/1928; 29606 de 11/05/1928; 29658 de 17/05/1928; 29695 de
 21/05/1928; 30001 de 19/06/1928; 30043 de 22/06/1928; 30064 de
 25/06/1928; 30309 de 18/07/1928; 30371 de 24/07/1928; 30392 de

25/07/1928; 30506 de 07/08/1928; 30523 de 08/08/1928; 30624 de 18/08/1928; 30823 de 11/09/1928; 30870 de 14/09/1928; 30924 de 20/09/1928; 30925 de 20/09/1928; 30944 de 22/09/1928; 31092 de 06/10/1928; 31121 de 09/10/1928; 31266 de 24/10/1928; 31283 de 24/10/1928; 31325 de 29/10/1928; 31400 de 08/11/1928; 31577 de 26/11/1928; 31640 de 03/12/1928; 31742 de 14/12/1928; 31850 de 24/12/1928; 31923 de 02/01/1929; 31980 de 08/01/1929; 32103 de 19/01/1929; 32144 de 23/01/1929; 32200 de 29/01/1929; 32247 de 04/02/1929; 32353 de 09/02/1929; 32385 de 15/02/1929; 32477 de 21/02/1929; 32481 de 21/02/1929; 32509 de 25/02/1929; 32518 de 26/02/1929; 32589 de 04/03/1929; 32823 de 25/03/1929; 32875 de 01/04/1929; 32905 de 02/04/1929; 32935 de 05/04/1929; 32988 de 10/04/1929; 32987 de 10/04/1929; 32997 de 11/04/1929; 33049 de 16/04/1929; 33070 de 18/04/1929; 33368 de 18/04/1929; 33866 de 02/06/1929; 33828 de 27/06/1929; 34144 de 30/07/1929; 34145 de 30/07/1929; 34166 de 02/08/1929; 34165 de 02/08/1929; 34194 de 05/08/1929; 34261 de 13/08/1929; 34427 de 02/09/1929; 34443 de 03/09/1929; 34480 de 10/09/1929; 6496 de 16/09/1929; 34552 de 18/09/1929; 34558 de 19/09/1929; 34651 de 30/09/1929; 34795 de 16/10/1929; 34835 de 22/10/1929; 35026 de 16/11/1929; 35176 de 07/12/1929; 2413 de 17/04/1935, anexo ao Ofício nº. 312 de 06/07/1935.

_____. Livro de Registro de Constructores.

ATA da Assembléia de fundação da Sociedade Febre Amarela. Campinas, 15/03/1985. Acervo pessoal de Luiz Antonio Martins Aquino.

AZEVEDO, Cornelio Carneiro de Barros; MARQUES, Alfredo de Azevedo. *Auxiliar do constructor*: contendo a nomenclatura tecnologica e alphabetica da construcção. Rio de Janeiro: Alves, 1908.

BRASIL. Decreto nº. 23.569 de 11 de dezembro de 1933. Regula o exercício das profissões de engenheiro, de arquiteto e de agrimensor. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/decreto/1930-1949/D23569.htm>>. Acesso em 15/05/2010.

_____. Lei nº. 12.378 de 31 de dezembro de 2010. Regulamenta o exercício da Arquitetura e Urbanismo; cria o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil - CAU/BR e os Conselhos de Arquitetura e Urbanismo dos Estados e do Distrito Federal - CAUs; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12378.htm>. Acesso em 15/05/2010.

CAMPINAS. Camara Municipal. *Codigo de Posturas da Camara Municipal da Cidade de Campinas*. Campinas: Typ. Campineira, 1880.

_____. Camara Municipal. *Leis, provimentos, resoluções e regulamentos promulgados em 1894*. Campinas: Typographia Livro Azul – Castro Mendes & Irmão, 1895a.

_____. Camara Municipal. *Leis e resoluções da Camara Municipal de Campinas promulgadas em 1900*. Campinas: Typ. a vapor Livro Azul – Castro Mendes & Irmão, 1901.

_____. Camara Municipal. *Leis, resoluções e mais actos promulgados durante o anno de 1912*. Campinas: Linotypia da Casa Genoud, 1912a.

_____. Camara Municipal. *Leis, resoluções e mais actos promulgados durante o anno de 1914*. Campinas: Typ. Casa Mascote – J. Ladeira, 1915a.

_____. Camara Municipal. *Leis, resoluções e mais actos promulgados durante o anno de 1917*. Campinas: Typ. Casa Mascote – J. Ladeira, 1918.

_____. Camara Municipal. *Leis, resoluções e mais actos promulgados durante o anno de 1919*. Campinas: Typ. Casa Genoud, 1920.

_____. Camara Municipal. *Leis, resoluções e mais actos promulgados durante o anno de 1920*. Campinas: Typ. Casa Genoud, 1921a.

_____. Camara Municipal. *Leis, resoluções e mais actos promulgados durante o anno de 1922*. Campinas: Typ. Casa Genoud, 1922a.

_____. Camara Municipal. *Leis, resoluções e mais actos promulgados durante o anno de 1926*. Campinas: Companhia Stella Limitada, 1927.

_____. Camara Municipal. *Leis, resoluções e mais actos promulgados durante o anno de 1927*. Campinas: Typ. Casa Mascotte, 1928a.

_____. Camara Municipal. *Leis, resoluções e mais actos promulgados durante o anno de 1928*. Campinas: Typ. Casa Mascotte, 1928b.

_____. Camara Municipal. *Leis, resoluções e mais actos promulgados durante o anno de 1929*. Campinas: Typ. Casa Genoud, [1930?].

_____. Camara Municipal. *Leis, resoluções e mais actos promulgados em 1896*. Campinas: Typ. a vapor Livro Azul – Castro Mendes & Irmão, 1896.

_____. Camara Municipal. *Leis, resoluções etc. de 1895*. Campinas: Typographia Livro Azul – Castro Mendes & Irmão, 1895b.

_____. Camara Municipal. *Livro de correspondencias: 1872 a 1881*.

_____. Camara Municipal. *Livro de correspondencias, posturas e editais: 1856 a 1872*.

_____. *Decreto nº. 15.3047 de 03 de novembro de 2005*. Dispõe Sobre o Recebimento de Pedidos de Abertura de Processos de Tombamento e Aprovação de Projetos de Intervenção em Bens Tombados, Preservados e em Áreas Envoltórias.

_____. *Decreto nº. 15.471 de 16 de maio 2006*. Dispõe Sobre Abertura de Processos de Tombamento e Aprovação de Projetos de Intervenção em Bens Tombados, Preservados e em Áreas Envoltórias.

_____. Intendencia Municipal. *Relatorio apresentado á Camara pelo Intendente Municipal Dr. Antonio Alvares Lobo referente 1º trimestre de 1º de janeiro a 31 de março de 1895*. Campinas: Typographia “Livro Azul” de Castro Mendes & Irmão, 1895d.

_____. *Lei nº. 4.886 de 14 de Maio de 1979*. Cria o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico e Artístico de Campinas.

_____. *Lei nº. 5.885 de 17 de Dezembro de 1987*. Dispõe sobre a Proteção e Preservação do Patrimônio Histórico, Artístico, Estético, Arquitetônico, Arqueológico, Documental e Ambiental do Município de Campinas.

_____. *Portaria nº. 18081 de 19 de outubro de 1984*. Nomeia o Grupo de Trabalho encarregado pela discussão e encaminhamento dos assuntos relacionados ao Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico e Artístico de Campinas.

_____. Regulamento da Lei nº. 43 de 22 de setembro de 1896. *Leis, resoluções e mais actos promulgados em 1896*. Campinas: Typ. a vapor Livro Azul – Castro Mendes & Irmão, 1896.

_____. *Relatorio apresentado á Camara pelo Intendente Municipal Dr. Antonio Alvares Lobo sobre o período de 1º de abril a 30 de junho de 1895*. Campinas: Typ. “Livro Azul” de Castro Mendes & Irmão, 1895e.

_____. *Relatorio apresentado á Camara Municipal pelo Intendente Dr. Manoel de Assis Vieira Bueno e referente ao triennio de 1899-1901*. Campinas: Typ. A vapor “Livro Azul” de Castro Mendes & Irmão, 1902.

_____. *Relatorio do Intendente Municipal*. Campinas: Typographia Cardona, 1895c.

_____. *Relatorio do Intendente Municipal Dr. Antonio Alvares Lobo apresentado á Camara Municipal em sessão de 7 de janeiro de 1904 e referente ao anno de 1903*. Campinas: Typ. á vapor “Livro Azul” - Castro Mendes & Irmão, 1904.

_____. *Relatorio dos serviços do anno de 1905 apresentado á Camara Municipal Municipal pelo Intendente Dr. Francisco de Araujo Mascarenhas*. Campinas: Typ. “Livro Azul” – A. B. de Castro Mendes, 1906.

_____. *Relatorio dos serviços do anno de 1906 apresentado á Camara Municipal Municipal pelo Intendente Dr. Francisco de Araujo Mascarenhas*. Campinas: Typ. Casa Mascotte – J. Ladeira, 1907a.

_____. *Relatorio dos serviços do anno de 1907 apresentado á Camara Municipal pelo Intendente Dr. Francisco de Araujo Mascarenhas*. Campinas: Typ. Casa Mascotte – J. Ladeira, 1907b.

_____. *Resoluções relativas aos annos de 1890 a 1892*. Campinas: Typ. a vapor Livro Azul – Castro Mendes & Irmão, 1900.

_____. Prefeitura Municipal. *Código de construções*. “Separata” do Código de Posturas Municipais. Decreto nº. 76 de 16 de março de 1934. Campinas: Typ. da Casa Genoud, 1935.

_____. Lei nº. 400 de 26 de fevereiro de 1927. Serviços de Águas e Esgotos. *Leis, resoluções e mais actos promulgados durante o anno de 1927*. Campinas: Typ. Casa Mascotte, 1928a.

_____. Lei nº. 418 de 9 de maio de 1928. Regulamentando a profissão de constructores. *Leis, resoluções e mais actos promulgados durante o anno de 1928*. Campinas: Typ. Casa Mascotte, 1928b.

_____. *Relatorio da Prefeitura Municipal apresentado á Camara em Sessão de 6 de abril de 1908 e correspondente ao primeiro trimestre do exercicio*. Campinas: Commercio de Campinas, 1908.

_____. *Relatorio dos serviços realizados no triennio de 1908-1910 apresentado em sessão da Camara de 15 de janeiro de 1911*. Campinas: Typ. da Casa Genoud, 1911.

_____. *Relatorio dos trabalhos da Prefeitura de Campinas durante o anno de 1911 apresentado á Camara Municipal pelo Prefeito Dr. Heitor Teixeira Penteado*. Campinas: Typ. Livro Azul – A. B. de Castro Mendes, 1912b.

_____. *Relatorio dos trabalhos da Prefeitura de Campinas durante o anno de 1912 apresentado á Camara Municipal pelo Prefeito Dr. Heitor Teixeira Penteado*. Campinas: Typ. a vapor “Livro Azul” – A. B. de Castro Mendes, 1913.

_____. *Relatorio dos serviços realizados pela Prefeitura durante o exercicio de 1913 apresentado á Camara em sessão de 15 de janeiro de 1914 pelo Prefeito Dr. Heitor Teixeira Penteado*. Campinas: Typ. Livro Azul – A. B. de Castro Mendes, 1914.

_____. *Relatorio dos serviços realizados pela Prefeitura Municipal durante o exercicio de 1914 apresentado á Camara em sessão de 1 de fevereiro de 1915 pelo Prefeito Dr. Heitor Teixeira Penteado*. Campinas: Typ. Livro Azul – A. B. de Castro Mendes, 1915b.

_____. *Relatorio dos serviços da Prefeitura Municipal durante o exercicio de 1915 apresentado á Camara pelo Prefeito Dr. Heitor Teixeira Penteado*. Campinas: Typ. Livro Azul – A. B. de Castro Mendes, 1916.

_____. *Relatorio dos serviços realizados pela Prefeitura Municipal durante o exercicio de 1916, apresentado á Camara em sessão de 3 de março de 1917 pelo Prefeito Dr. Heitor Teixeira Penteado*. Campinas: Typ. Livro Azul – A. B. de Castro Mendes, 1917.

_____. *Relatorio dos trabalhos realizados pela Prefeitura de Campinas, durante o exercicio de 1918, apresentado á Camara Municipal pelo Prefeito Dr. Heitor Penteado*. Campinas: Typ. Livro Azul – A. B. de Castro Mendes, 1919.

_____. *Relatorio dos trabalhos realizados pela Prefeitura de Campinas, durante o exercicio de 1920, apresentado a Camara Municipal pelo Prefeito Raphael de Andrade Duarte*. Campinas: Linotypia da Casa Genoud, 1921b.

_____. *Relatorio dos trabalhos realizados pela Prefeitura de Campinas, durante o exercicio de 1921, apresentado a Camara Municipal pelo Prefeito Raphael de Andrade Duarte*. Campinas: Linotypia da Casa Genoud, 1922b.

_____. *Relatorio dos trabalhos realizados pela Prefeitura de Campinas, durante o exercicio de 1922, apresentado a Camara Municipal pelo Prefeito Raphael de Andrade Duarte*. Campinas: Linotypia da Casa Genoud, 1923.

_____. *Relatorio dos trabalhos realizados pela Prefeitura de Campinas, durante o exercicio de 1923 e apresentado á Camara Municipal pelo Prefeito Dr. Miguel de Barros Penteado*. Campinas: Typ. Livro Azul – A. B. de Castro Mendes, 1924.

_____. *Relatorio dos trabalhos realizados pela Prefeitura de Campinas, durante o exercicio de 1924 e apresentado á Camara Municipal pelo Prefeito Dr. Miguel de Barros Penteado*. Campinas: Typ. Mascotte – J. Ladeira, 1925.

CAMPINAS criará Conselho para preservar patrimônio. O Estado de São Paulo. São Paulo, 10/05/1978. Acervo do Centro de Documentação Maria Luiza Pinto de Moura.

CARDILLO, Denise. Condepacc: uma realidade inédita preservando Campinas antiga. *Correio Popular*. Campinas, 24/04/1988. Acervo da Biblioteca do Centro de Memória da Unicamp.

CASA grande e tulha: hoje, o tombamento. *Diário do Povo*. Campinas, 26/04/1986. Acervo do Centro de Documentação Maria Luiza Pinto de Moura.

COM AS REMODELAÇÕES da área central a cidade assume um novo aspecto. *Correio Popular*. Campinas, 28/06/1956. Acervo da Biblioteca Municipal Professor Ernesto Zink.

CONDEPACC vai avaliar imóveis para tombamento. *Ver e Ouvir*, Campinas, n. 27, p. 4-5, nov. 2007.

CONSELHO de Defesa do Patrimônio Cultural de Campinas. Processo nº. 01/1988. Dispõe sobre o tombamento da Solar do Barão de Ataliba Nogueira, sito à Rua Regente Feijó, 1087, Centro. 1988a.

_____. Processo nº. 02/1988 - Solar do Visconde de Indaiatuba, sito à Rua Barão de Jaguara, 1252 e 1276, Centro. 1988b.

_____. Processo nº. 03/1988 - Solar do Barão de Itapura, sito à Rua Marechal Deodoro, 1.099, Centro. 1988c.

_____. Processo nº. 04/1988 - Solar do Barão de Itatiba (Palácio dos Azulejos), sito à Rua regente Feijó, 859, Centro. 1988d.

_____. Processo nº. 05/1988 - Catedral Metropolitana de Campinas, Rua Regente Feijó, 1.013, Centro. 1988e.

_____. Processo nº. 06/1988 - Capela de Nossa Senhora da Boa Morte, Rua Benjamim Constant, 1.651, Centro. 1988f.

_____. Processo nº. 07/1988. Imóvel situado à Rua Padre Vieira, 1.277, Centro. 1988g.

_____. Processo nº. 08/1988. Imóvel situado à Rua Dr. Quirino, 1396 e 1404, Centro. 1988h.

_____. Processo nº. 01/1989. Dispõe sobre o tombamento da Antiga Fábrica de Tecidos Elásticos Godoy & Valbert S/A, situada à Rua José Paulino, 1829 Centro. 1989a.

_____. Processo nº. 03/1989. Dispõe sobre o tombamento da Lidgerwood Manufacturing Co. Ltda. 1989b.

_____. Processo nº. 04/1989. Dispõe sobre o tombamento do Complexo Ferroviário Central de Fepasa, sito à Praça Marechal Floriano Peixoto s/n, Centro. 1989c.

_____. Processo nº. 10/1989. Dispõe sobre o tombamento da Área Florestal da antiga Fazenda Santa Elisa. 1989d.

_____. Processo nº. 07/1991. Dispõe sobre o tombamento da Casa de Saúde de Campinas. 1991a.

_____. Processo nº. 09/1991. Dispõe sobre o tombamento da Creche Bento Quirino. 1991b.

_____. Processo nº. 04/1992. Dispõe sobre o tombamento do Maciço Arbóreo do Recanto Yara, distrito de Barão Geraldo. 1992a.

_____. Processo nº. 06/1992. Dispõe sobre o tombamento da Reserva Florestal da Fundação José Pedro de Oliveira (Mata da Fazenda Santa Genebra). 1992b.

_____. Processo nº. 08/1992. Dispõe sobre o tombamento do Maciço Arbóreo “C”. 1992c.

_____. Processo nº. 09/1992 Dispõe sobre o tombamento do Maciço Arbóreo “D”. 1992d.

_____. Processo nº. 08/1994. Dispõe sobre o tombamento da Praça Visconde de Indaiatuba, “Largo do Rosário”. 1994.

_____. Processo nº. 04/2003. Dispõe sobre o tombamento do Conjunto de áreas verdes naturais, fragmentos de matas remanescentes, inclusive parques e bosques, que contém áreas de vegetação nativa, áreas de floresta estacional semidecidual, áreas de floresta paludosa (matas brejosas) e áreas de cerrado do município de Campinas. 2003.

_____. Processo nº. 07/2007. Dispõe sobre o tombamento do “Conjunto Conceição”. 2007.

_____. Processo nº. 011/2008. Dispõe sobre o tombamento dos Imóveis do entorno da Casa de Saúde de Campinas. 2008.

CONSELHO Federal de Engenharia, Arquitetura e Agrimensura. Resolução nº. 10 de 30 de setembro de 1936a. Esclarece e dá nova redação à Resolução aprovada em 12 de março de 1936. Disponível em: <<http://normativos.confea.org.br/ementas/visualiza.asp?idEmenta=59&idTipoEmenta=5&Numero=>>. Acesso em 02/11/2010.

_____. Resolução nº. 12 de 24 de maio de 1936b. Regula o uso de título e designações. Disponível em: <<http://normativos.confea.org.br/ementas/visualiza.asp?idEmenta=61&idTipoEmenta=5&Numero=>>. Acesso em 02/11/2010.

CONSELHO Regional de Engenharia, Arquitetura e Agrimensura da 6ª Região. Ato nº. 1 de 7 de janeiro de 1935. *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, n. 9, ano 45, 11/01/1935, p. 24. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/3840337/dosp-diario-oficial-11-01-1935-pg-24/pdfView>>. Acesso em 30/06/2011.

CONSELHO municipal espera regulamentação. *Correio Popular*. Campinas, 13/04/1986. Acervo da Biblioteca do Centro de Memória da Unicamp.

COSTA, Maria Teresa. Inventário vai nortear tombamento. *Correio Popular*, Campinas, 13 set. 2007.

CRIADA comissão de defesa do patrimônio histórico. *Correio Popular*. Campinas, 02/11/1983. Acervo do Centro de Documentação Maria Luíza Pinto de Moura.

CURADOR pede inquérito para apurar furto na Lidgerwood. *Correio Popular*. Campinas, 02/06/1987. Acervo da Biblioteca do Centro de Memória da Unicamp.

DITCHUN, Ricardo. Atuação inclui outros locais. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 29/07/1991a. Acervo da Biblioteca do Centro de Memória da Unicamp.

DITCHUN, Ricardo. Fundação Febre Amarela ganha sede em Campinas: a entidade, que cuida da preservação do patrimônio arquitetônico, garantiu sede em local histórico. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 29/07/1991b. Acervo da Biblioteca do Centro de Memória da Unicamp.

DRUZIAN, Bernadete. A difícil convivência do passado e do presente. *Diário do Povo*. Campinas, 27/12/1987a. Acervo da Biblioteca do Centro de Memória da Unicamp.

DRUZIAN, Bernadete. Criação do Conselho pode agilizar a preservação. *Diário do Povo*. Campinas, 27/12/1987b. Acervo da Biblioteca do Centro de Memória da Unicamp.

DRUZIAN, Bernadete. O crescimento destrói a identidade de Campinas. *Diário do Povo*. Campinas, 27/12/1987c. Acervo da Biblioteca do Centro de Memória da Unicamp.

EM 17 DIAS, quatro casarões demolidos. *Correio Popular*. Campinas, 18/01/1985. Acervo do Centro de Documentação Maria Luiza Pinto de Moura.

FALASCHI, Celso Luiz. Campinas ia conservar prédios demolidos. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 27/01/1985. Acervo do Centro de Documentação Maria Luiza Pinto de Moura.

FEBRE Amarela contra mudança no Centro. *Diário do Povo*. Campinas, 29/09/1985. Acervo do Centro de Documentação Maria Luiza Pinto de Moura.

HISTÓRICO do Condepacc/Criação. Documentos diversos organizados em pasta suspensa. Campinas. Acervo do Centro de Documentação Maria Luiza Pinto de Moura.

INDICE alfabético das leis e mais actos decretados pela Câmara e promulgados pelo Executivo de 1890 a 1919. Campinas: Typ. Casa Mascote – J. Ladeira, 1921.

INDICE alfabético das leis, resoluções e mais actos promulgados pelo Executivo de 1920 a 1934. Campinas: Comp. Stella, 1936.

LADEIRA, José M. e OCTAVIO, Benedicto. *Almanach de Campinas para 1908*. Campinas: Typographia e Stereotyp. da Casa Mascotte, 1908.

LAMAS, Flávio. Dia a dia da cidade. *Diário do Povo*. Campinas, 26/10/1985. Acervo do Centro de Documentação Maria Luiza Pinto de Moura.

LAPA, José Roberto do Amaral et al. *Solicitação de abertura de estudo de tombamento do imóvel localizado na Avenida Andrade Neves, nº. 1*. Campinas, 04/07/1985. Acervo pessoal de Luiz Antonio Martins Aquino.

LARGO DO Rosário, símbolo da cidade gerando polêmica. *Correio Popular*. Campinas, 10/11/1985. Acervo do Centro de Documentação Maria Luiza Pinto de Moura.

LEITÃO, Luiz Augusto. *Curso Elementar de Construções*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1896.

LIVRO ATA das reuniões do grupo de trabalho encarregado da discussão e encaminhamento dos assuntos relacionados ao Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico e Artístico de Campinas : 31 de agosto de 1984 a 12 de abril de 1985 (manuscrito). Acervo do Centro de Documentação Maria Luiza Pinto de Moura.

LIVRO ATA das reuniões do grupo de trabalho encarregado da discussão e encaminhamento dos assuntos relacionados ao Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico e Artístico de Campinas: 29 de abril de 1986 a 21 de dezembro de 1987 (datilografado). Acervo do Centro de Documentação Maria Luiza Pinto de Moura.

MARTINS, José Pedro. Inquietação e a luta pela preservação dos tesouros da cidade. *Correio Popular*. Campinas, 14/07/2002. Acervo da Biblioteca do Centro de Memória da Unicamp.

MEMBROS do Conselho tomam posse hoje. *Correio Popular*. Campinas, 08/04/1988a. Acervo da Biblioteca do Centro de Memória da Unicamp.

MEMBROS do Condepacc são empossados. *Diário do Povo*. Campinas, 08/04/1988b. Acervo da Biblioteca do Centro de Memória da Unicamp.

MEMÓRIA da cidade vai ser preservada. *Diário do Povo*. Campinas, 22/08/1982. Acervo do Centro de Documentação Maria Luiza Pinto de Moura.

MOISY, Alexandre. *O Vinhola dos proprietários*, ou as cinco ordens de architectura Segundo J. Barrozio de Vinhola, por Moisy. Seguido da carpintaria, marcenaria e serralharia, por Thiolllet. Obra escripta em francez, e traduzida em portuguez, por José da Fonseca. Paris: J. Langlumé, 1853.

MONOGRAFIA Histórica do Município de Campinas. Rio de Janeiro: IBGE, 1952.

MORADORES “abraçam” a antiga fábrica Lidgerwood. *Correio Popular*. Campinas, 07/06/1987. Acervo da Biblioteca do Centro de Memória da Unicamp.

O URBANISMO em Campinas. *O projeto de demolição da Igreja do Rosário* (folheto). Campinas: Typ. Paulista, 1936.

OCTAVIO, Benedicto e MELILLO, Vicente. *Almanach Historico e Estatistico de Campinas*. Campinas: Casa Mascote, 1912.

_____. *Almanach Historico e Estatistico de Campinas*. Campinas: Typographia Casa Mascote, 1914.

OLIVEIRA, Aguinaldo Pinto; TULLIO SOBRINHO, Pompêo & GARCIA FILHO, José. *Album de Campinas*. Campinas: Tipografia Comercial Ltda., 1939.

PAES, Álvaro, CASTRO MENDES, Cleso & BIOND, Mário A. *Album propaganda de Campinas*. Campinas: Casa Livro Azul, 1930.

PATRIMÔNIO: Câmara aprova mudança de nome. *Correio Popular*. Campinas, 20/05/1987. Acervo da Biblioteca do Centro de Memória da Unicamp.

PATRIMÔNIO: entidades são por uma participação maior. *Diário do Povo*. Campinas, 14/03/1984. Acervo do Centro de Documentação Maria Luiza Pinto de Moura.

PATRIMÔNIO histórico da cidade poderá ter uma nova legislação. *Diário do Povo*. Campinas, 28/10/1983. Acervo do Centro de Documentação Maria Luiza Pinto de Moura.

PEDIDA criação de Condephaat para Campinas. *Correio Popular*. Campinas, 16/03/1984. Acervo do Centro de Documentação Maria Luiza Pinto de Moura.

PORTINARI, Maria Helena. A luta em busca do equilíbrio entre o antigo e o novo. *Jornal de Domingo*. Campinas, 25/10/1987a. Acervo da Biblioteca do Centro de Memória da Unicamp.

PORTINARI, Maria Helena. O esclarecimento do secretário de Cultura. *Jornal de Domingo*. Campinas, 25/10/1987b. Acervo da Biblioteca do Centro de Memória da Unicamp.

PRÉDIO Lidgerwood será preservado: Condephaat apressa análise das demolições. *Correio Popular*. Campinas, 11/06/1987. Acervo da Biblioteca do Centro de Memória da Unicamp.

PREFEITURA nega envolvimento. *Diário do Povo*. Campinas, 02/06/1987. Acervo da Biblioteca do Centro de Memória da Unicamp.

PRESERVAÇÃO da Lidgerwood não é uma derrota, diz o prefeito. *Correio Popular*. Campinas, 12/06/1987. Acervo da Biblioteca do Centro de Memória da Unicamp.

PRESERVAR é preciso. *Diário do Povo*. Campinas, 20/11/1985. Acervo do Centro de Documentação Maria Luiza Pinto de Moura.

PROJETO das obras viárias só estará definido em 15 dias. *Correio Popular*. Campinas, 03/07/1987. Acervo da Biblioteca do Centro de Memória da Unicamp.

PROPRIETÁRIOS contra medidas do Condepacc. *Correio Popular*. Campinas, 29/07/1988. Acervo da Biblioteca do Centro de Memória da Unicamp.

RAINVILLE, Cesar de. *O Vinhola Brasileiro*, Rio de Janeiro: Lammert, 1880.

ROUBADAS águia de bronze do prédio Lidgerwood. *Correio Popular*. Campinas, 02/06/1987. Acervo da Biblioteca do Centro de Memória da Unicamp.

SANTOS, Antonio da Costa. Febre Amarela fala da “febre amarela”. *Diário do Povo*. Campinas, 30/07/1988. Acervo da Biblioteca do Centro de Memória da Unicamp.

SÃO PAULO (Estado). Lei nº. 22 de 27 de dezembro de 1924. Regula o exercício da profissão de engenheiro, architecto e agrimensor. *Diario Official*, São Paulo, SP, 31 dez. 1924, p. 8197-8198.

SIMIONATO, Maurício. TJ de São Paulo reabre apuração da morte de Toninho do PT. *Folha online*. Campinas, 28/01/2009. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u495229.shtml>>. Acesso em: 10/07/2009.

STEVENSON, Carlos William. *Palestra proferida no Rotary Club de Campinas em 17 de novembro de 1933*. Campinas: Linotypia da Casa Genoud, 1933.

TULLIO SOBRINHO, Pompêo & GARCIA FILHO, José. *Album de Campinas*. Campinas: Tipografia Comercial Ltda., 1939.

UM DEBATE sobre preservar ou destruir: o crescimento de Campinas e a preservação do patrimônio foram objetos de debate promovido pela Fundação Pedroso Horta. *Diário do Povo*. Campinas, 18/01/1986. Acervo da Biblioteca do Centro de Memória da Unicamp.

VEREADOR destaca a importância do Conselho. *Correio Popular*. Campinas, 13/04/1988. Acervo da Biblioteca do Centro de Memória da Unicamp.

Referências bibliográficas

- AMARAL, Leopoldo. *Campinas Recordações*. São Paulo: Seção de Obras d'O Estado de São Paulo, 1927.
- ANDRADE, Carlos Roberto Monteiro de. *A peste e o plano: o urbanismo sanitista do engenheiro Saturnino de Brito*. 1992. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo.
- ARANTES, Antonio Augusto (org.). *Produzindo o passado: estratégias de construção do patrimônio cultural*. São Paulo: Brasiliense/Secretaria de Estado da Cultura, 1984.
- ARGAN, Giulio Carlo. *História da arte como história da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- ATIQUE, Fernando. *Arquitetando a boa vizinhança: a sociedade urbana do Brasil e a recepção do mundo norte-americano 1876-1945*. 2007. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo.
- BADARÓ, Ricardo de Souza Campos. *Campinas, o despontar da modernidade*. Campinas: Área de Publicações CMU/ Unicamp, 1996.
- _____. *O Plano de Melhoramentos Urbanos de Campinas (1934-1962)*. 1986. Dissertação (Mestrado). Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo, São Carlos.
- BALDESSIN, Sandra Regina. *Rio Claro é Cultura*. Rio Claro: Ponto de Cultura Rio Claro, 2004. Disponível em: <www.pcrc.utopia.com.br/tiki-download_file.php?fileId=102>. Acesso em: 12/07/2009.
- BARBUY, Heloisa. *A Cidade-Exposição: comércio e cosmopolitismo em São Paulo, 1860-1914*. São Paulo: Edusp, 2006.
- BARRETO, Margarida. *Vivendo a história de Campinas*. Campinas: Mercado de Letras Autores Associados, 1995.
- BATTISTONI FILHO, Duílio. *Alguns aspectos da arquitetura urbana em Campinas*. Publicações da Academia Campinense de Letras nº 54. Campinas: Komedi, 2002.
- _____. *Aspectos culturais da história de Campinas*. Campinas: Mousinho, 1983.
- BAXANDALL, Michael. *Padrões de intenção: a explicação histórica dos quadros*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- BERNARDO, Rosana Guimarães. *Histórico da ocupação do solo no município de Campinas*. 2002. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo.

BERGÓ, Maria Estela de Abreu. Estudo geográfico da cidade de Campinas. In *Anais do X Congresso Brasileiro de Geografia*. Volume III. Rio de Janeiro, 1952.

BORGES, Zacarias Pereira. *A política educacional do Estado de São Paulo durante os governos do PMDB (1983-1994): a proposta partidária e sua execução*. 2001. Tese (Doutorado). Faculdade de Educação/Unicamp, Campinas.

BOURDIEU, Pierre. Gênese histórica de uma estética pura. In: _____. *As regras da arte*. Gênese e estrutura do campo literário. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

BRITO, Jolumá. *História da cidade de Campinas*. 26 volumes. Campinas: Saraiva, 1956-1969.

BRITO, Mônica Silveira. *A participação da iniciativa privada na produção do espaço urbano: São Paulo, 1890-1911*. 2000. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo.

CAMILLO, Ema Elisabete Rodrigues. *Guia histórico da indústria nascente em Campinas*. 1850-1887. Campinas: Mercado de Letras/Centro de Memória da Unicamp, 1998.

CAMPOS JUNIOR, Eudes de Mello. *Arquitetura paulistana sob o Império: aspectos da formação da cultura burguesa em São Paulo*. 1997. Tese (Doutoramento). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo.

CANO, Wilson. *O processo de interiorização da indústria paulista*. São Paulo: Fundação Seade, v. 1-3, 1988.

CARPINTERO, Antonio Carlos Cabral. *Momento de ruptura: as transformações no centro de Campinas na década dos cinquenta*. Campinas: Área de Publicações CMU/Unicamp, 1996.

CARVALHO, Maria Cristina Wolff de. *Ramos de Azevedo*. São Paulo: Edusp, 2000.

CARVALHO, Edemir de. *Crise urbana e habitação popular em Campinas 1870-1956*. 1991. Dissertação (Mestrado). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.

_____. Sept propositions sur le concept d'autenticité et son usage dans les pratiques du patrimoine historique. In *Conference de Nara sur l'Authenticité*. Paris: UNESCO, 1995, p. 101-120.

CORONA, Eduardo e LEMOS, Carlos A. C. *Dicionário de Arquitetura Brasileira*. São Paulo: EDART, 1972.

COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à república: momentos decisivos*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

COSTA, Lúcio. Arquitetura Jesuítica no Brasil. In: *Arquitetura Religiosa*. São Paulo, FAUUSP/MEC-IPHAN, 1978.

CUNHA, Maria Clementina Pereira (org.). *O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo: Departamento do patrimônio Histórico (DPH/SP), 1992.

D'ALAMBERT, Clara Correia. *O tijolo nas construções paulistanas do século XIX*. 1993. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo.

DEBENEDETTI, Emma; SALMONI, Anita. *Arquitetura italiana em São Paulo*. São Paulo: Perspectiva, 1981.

DEAN, Warren. *A industrialização de São Paulo*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1971.

DEZAN, Waldir Vilalva. *A implantação de uma modernidade: o processo de verticalização da área central de Campinas*. 2007. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Engenharia, Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

DIAS, Márcia Lúcia Rebello Pinho. *Desenvolvimento urbano e habitação popular em São Paulo (1870-1914)*. São Paulo: Nobel, 1989.

FABRIS, Annateresa. Arquitetura eclética no Brasil. o cenário da modernização. *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, São Paulo, v. 1, n. 1, 1993, p. 131-143.

_____. (org.). *Ecletismo na arquitetura brasileira*. São Paulo: Nobel/Edusp, 1987.

FARDIN, Sônia Aparecida. Dois teatros, duas demolições. In: MUSEU da imagem e do Som de Campinas. *Fragmentos de uma demolição: história oral do Teatro Municipal Carlos Gomes*. Campinas: Átomo, 2000, p. 13-19.

FERREIRA, Caio de Souza. *O processo de verticalização na cidade de Campinas: da gênese à Lei 640 de 1951*. 2007. Dissertação (Mestrado). Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologia da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas.

FICHER, Sylvia. *Os arquitetos da Poli: ensino e profissão em São Paulo*. São Paulo: Edusp, 2005.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, MinC – Iphan, 2005.

FRANCISCO, Rita de Cássia. *As oficinas da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro: arquitetura de um complexo produtivo*. 2007. Dissertação (Mestrado).

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo.

_____. Inventário como ferramenta de preservação: a experiência da cidade de Campinas/SP. *Revista eletrônica do Centro de Preservação Cultural da Universidade de São Paulo (CPC)*, Vol. 1, n. 6 (maio 2008/out. 2008). São Paulo: Universidade de São Paulo, Centro de Preservação Cultural, 2008, p. 119-141.

GENNARI, Luciana Alem. *As casas em série do Brás e da Mooca*: um aspecto da constituição da cidade de São Paulo. 2005. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A retórica da perda*: os discursos do patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro: Editora UFRJ / MinC – Iphan, 2002.

GONÇALVES, Maria Flora. *As engrenagens da locomotiva*: ensaio sobre a formação urbana paulista. 1998. Tese (Doutoramento). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

GOULART, Edmo. *Campinas*: ruas da época imperial. Campinas: Maranata, 1983.

GUIDES, Fátima Regina Mônaco. *Moradias urbanas em Santo André (1900-1950)*: caracterização da arquitetura popular e seus meios de produção. 2008. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo.

GUINZBURG, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 1994.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2004.

HOMEM, Maria Cecília Naclério. *O palacete paulistano e outras formas de morar da elite cafeeira (1867-1918)*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

KÜHL, Beatriz Mugayar. *Arquitetura do ferro e arquitetura ferroviária em São Paulo*: reflexões sobre sua preservação. São Paulo: Ateliê/FAPESP/SEC, 1998.

LAPA, José Roberto do Amaral. *A Cidade*: os cantos e os antros. São Paulo: Edusp, 1996.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

LE MOS, Carlos A. C.. *A República ensina a morar (melhor)*. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____. *Alvenaria Burguesa*: Breve história da arquitetura residencial de tijolos em São Paulo a partir do ciclo econômico liderado pelo café. São Paulo: Nobel, 1985.

_____. *Casa paulista*: história das moradias anteriores ao ecletismo trazido pelo café. São Paulo: Edusp, 1999.

_____. *Cozinhas, etc.*: um estudo sobre as zonas de serviço da casa paulista. São Paulo: Perspectiva, 1978.

_____. *Ramos de Azevedo e seu escritório*. São Paulo: Pini, 1993.

LOPES, Doraci Alves. *O movimento da Assembléia do Povo e a crítica da marginalidade*. 1988. Dissertação (Mestrado). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/Unicamp, Campinas.

LOUREIRO, Maria Amélia Salgado. *A evolução da casa paulistana e a arquitetura de Ramos de Azevedo*. São Paulo: Voz do Oeste e Secretaria de Estado da Cultura, 1981.

MARIANO, Julio. *Campinas de ontem e anteontem*: quadros históricos menos conhecidos da Cidade Princesa, que se traçaram tendo por base documentos inéditos do Arquivo da Câmara Municipal de Campinas. Campinas: Maranata, 1970.

MARINS, Paulo César Garcez. *Através da rótula*: sociedade e arquitetura urbana no Brasil, séculos XVII a XX. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2001.

MARTINS, José de Souza. A ferrovia e a modernidade em São Paulo: a gestação do ser dividido. *Revista USP*, n. 63, p. 6-16, setembro/novembro 2004.

MATOS, Odilon Nogueira de. *Café e ferrovias*: a evolução ferroviária de São Paulo e o desenvolvimento da cultura cafeeira. São Paulo: Arquivo do Estado, 1981.

MELLO, Joana. Da arqueologia portuguesa à arquitetura brasileira. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 44, p. 69-98. set. 2006.

MENEGUELLO, Cristina. *Da ruína ao edifício*: neogótico, reinterpretação e preservação do passado na Inglaterra vitoriana. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2008.

MICELI, Sérgio. Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945). In: _____. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

_____. SPHAN: refrigério da cultura oficial. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n.22, 1987.

MOISES, Jose Álvaro. Sociedade civil, cultura, política e democracia: descaminhos da transição política. In: COVRE, Maria de Lourdes (org.). *A cidadania que não temos*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MONBEIG, Pierre. *Pioneiros e fazendeiros em São Paulo*. São Paulo: Hucitec/Polis, 1984.

MONTEIRO, Ana Maria Reis de Góes. *Ramos de Azevedo: presença e atuação profissional em Campinas: 1879-1886*. 2000. Dissertação (Mestrado). Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologia da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas.

_____. Ramos de Azevedo e seu projeto de posturas para uma nova Campinas. *Oculum Ensaio* (Puccamp), v. 02, jan. 2002, Campinas, p. 42-49.

MUSEU da Imagem e do Som de Campinas. *Fragments de uma demolição: história oral do Teatro Municipal Carlos Gomes*. Campinas: Átomo, 2000.

NORA, Pierre. *Entre memória e história: a problemática dos lugares*. Projeto História. São Paulo: Puc, n. 10, p. 07-28, dezembro de 1993.

PARETO JUNIOR, Lindener. *O cotidiano em construção: os “práticos licenciados” em São Paulo (1893-1933)*. 2011. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo.

PELLICCIOTTA, Mirza. Subsídios para o estudo da evolução urbana de Campinas. *Revista do ICH*, Campinas, n. 1, p. 96-124, outubro de 1997.

PESEZ, Jean-Marie. História da cultura material. In: LE GOFF, Jacques (org.). *A história nova*. São Paulo: Martins Fontes: 2005, p. 237-285.

PINHEIRO, Maria Lucia Bressan. A história da arquitetura brasileira e a preservação do patrimônio cultural. *Revista eletrônica do Centro de Preservação Cultural da Universidade de São Paulo (CPC)*, Vol. 1, n. 1 (nov.2005/abr. 2006). São Paulo: Universidade de São Paulo, Centro de Preservação Cultural, 2005, p. 41-74.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

PUPPI, Marcelo. *Por uma história não moderna da arquitetura*. Campinas: Pontes, CPHA/IFCH, 1998.

PUPO, Celso Maria de Melo. *Campinas, seu berço e juventude*. Campinas: Academia Campinense de Letras, 1969.

_____. *Campinas, município do Império*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1983.

REIS FILHO, Nestor Goulart. *Quadro da arquitetura no Brasil*. São Paulo, Perspectiva, 1970.

RAMALHO, Maria Lucia Pinheiro. *Da beaux-arts ao bungalow: uma amostragem da arquitetura eclética no Rio de Janeiro e em São Paulo*. 1989. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo.

RODRIGUES, Marly. *Imagens do passado: a instituição do patrimônio em São Paulo 1969-1987*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000.

ROSSETTO, Pedro Francisco. *A cidade do curto século XX: uma história social do advento do padrão de casa urbana isolado no lote em Campinas como história da síntese (1917-1927) de um novo padrão de cidade*. 2006. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo

SAES, Flávio Azevedo Marques de. *As ferrovias de São Paulo, 1870-1940: expansão e declínio do transporte ferroviário de São Paulo*. São Paulo: HUCITEC, 1981.

SALGUEIRO, Heliana Angotti. *La casaque d'arlequin: Belo Horizonte, une capitale éclectique au 19e siècle*. Paris: Editions de L'École des Hautes Études em Sciences Sociales, 1997.

SANTOS, Antonio da Costa. *Ato de morar: uma oficina urbana de posseiros*. 1985. Dissertação (Mestrado). Escola de Engenharia de São Carlos/USP, São Carlos.

_____. *Campinas, das origens ao futuro*. Campinas: Editora da Unicamp, 2002.

_____. *Compra e venda de terra e água e um tombamento na primeira sesmaria da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição das Campinas do Mato Grosso de Jundiá (1732-1992)*. 1999. Tese (Doutorado). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo.

SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço. Técnica e Tempo. Razão e Emoção*. São Paulo: Hucitec, 1999.

SANTOS NETO, João Gervásio. Redemocratização brasileira e educação. In: Encontro de pesquisa em educação da UFPI, 2, 2002. Teresina. *Anais eletrônicos...* Teresina: UFPI/PPGED, 2002. Disponível em: <http://www.ufpi.br/mesteduc/eventos/ii_encontro.html>. Acesso em: 24/07/2009.

SCHMITT, Jean-Claude. A história dos marginais. In: LE GOFF, Jacques (org.). *A história nova*. São Paulo: Martins Fontes: 2005, p. 351-390.

SCHNECK, Sheila. *Formação do Bairro do Bexiga em São Paulo: loteadores, proprietários, construtores, tipologias edilícias e usuários, 1881-1913*. 2010. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo.

SCHWARCZ, Lilia (1993). *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil: 1870-1930*. São Paulo: Cia. Das Letras.

SEMEGHINI, Ulysses Cidade. *Campinas: agricultura, industrialização e urbanização*. 1988. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Economia da Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

_____. *Do café à indústria: uma cidade e seu tempo*. Campinas: Editora da Unicamp, 1991.

SESSO JUNIOR, Geraldo. *Retratos da velha Campinas*. Campinas: Palmeiras, 1970.

SMITH, Robert C. Arquitetura civil no período colonial. In: *Arquitetura civil I*, FAUUSP/MEC-IPHAN, 1975.

TELLES, Pedro Carlos da Silva. *História da engenharia no Brasil*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora, 1984.

TOLEDO, Benedito Lima de. Do século XVI ao início do século XIX: maneirismo, barroco e rococó. In: ZANINI, Walter. *História geral da arte no Brasil*. São Paulo: Instituto Walther Moreira Salles, 1983a, v. 1, p. 88-298.

_____. *São Paulo: três cidades em um século*. São Paulo, Duas cidades, 1983b.

TREVISAN, Francine. *A arquitetura de Ramos de Azevedo em Campinas*. 2001. Relatório científico apresentado à Fapesp. Faculdade de Engenharia Civil da Universidade Estadual de Campinas, Campinas. Disponível em: <http://www.fec.unicamp.br/~arquitetura/pesquisas/ramos/ramos_campinas.html>. Acesso em 26/05/2008.

VARGAS, Milton (org.). *História da técnica e da tecnologia no Brasil*. São Paulo: Editora da UNESP/Centro de Estudos de Educação e Tecnologia Paula Souza, 1994.

VAUTHIER, Louis Léger. Casas de residência no Brasil. In: *Arquitetura civil I*. São Paulo: FAUUSP/MEC-IPHAN, 1975.

Anexo I – Lista completa de construtores identificados por meio de portarias/protocolos existentes no acervo do Arquivo Municipal de Campinas (1892-1929)

Construtor	Nº. de requerimentos
Ercole Bonetti	199
Affonso Massarotto	189
Raphael Mauro, Raphael Mauro e Filho, Raphael Mauro e Macchi, Raphael Mauro e Maceli, Raphael Mauro Filho	130
De Filippis e Cia., De Filippis e Uccelli	118
Antonio Cezar	113
Henrique Fortini, Henrique Fortini e Filho e Henrique Fortini Filho	105
Euzébio Carlos Dias	94
Lima Gouvêa e Cia.	94
Albino Righetto	75
Antonio Ferreira Marques Laranja	68
Emilio Scolari	68
Carlos Macchi	66
Carlos Barone Junior	65
Victorino Simões	58
Manoel Carvalho Guerra	50
Eugenio Perez	47
Herminio H. Bertani	47
Mariano Lucenti	47
José Tartari	46
Hoche Neger Segurado	41
Masini e Cia.	39
Joaquim Alves Dias	38
Antonio Gouvêa	34
Pedro A. Anderson	34
Tito M. Ferraz	34
Carlos Dias e Filho	29
José Salgueiro	28
Juan Gonzales Perez	27
Gouvêa e Cunha	26
Mariano Montesanti	26
Americo Segalho Ernesto	25
Elias Cezar, Elias e Carmo Cezar	25
Luiz Nacaratto	23
Paschoal Laloni	25
João Baptista Meiller	20
Frederico Pedro Samensen	19
Angelo Orsi	18
Verginio Scanavini	17
Alvaro Dias	16
Montesanti e Segurado	16
Turrini e Pitta	16
Francisco Pilz	15
Sergio Portoghese	15
Turrini e Perez	15

Construtor	Nº. de requerimentos
José Taboga	14
Domingos Ferreira Bento	13
Giulio Macchi	13
Ricardo Hartmann	13
Roberto Bergallos	13
Antonio Dias de Oliveira	12
José Augusto Silva	12
Armio e Acrisio Paes Cruz	10
Augusto Corsetti	10
Henrique Husemann	10
Augusto Scolari	9
Euclides Vieira	9
Macchi e Mazzuccheli	9
Manoel Moreira	9
Emilio Gesteira	8
José Leite de Oliveira	8
José Righetto	8
Vicente Gigliotti	8
Plinio Moreira	7
Egisto Bertini	6
Mariano Montemauro	6
Masini, Meiller e Cia	6
Paulo Dias da Silva	6
Vasco Moi	6